

Otto Nogami

Economia

Edição revisada

IESDE Brasil S.A.
Curitiba
2012

© 2007 – IESDE Brasil S.A. É proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo, sem autorização por escrito dos autores e do detentor dos direitos autorais.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N696e

Nogami, Otto

Economia / Otto Nogami. - 1.ed. rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2012.

246p. : 24 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-387-3040-8

1. Economia. I. Título.

12-6035.

CDD: 330

CDU: 330

23.08.12 30.08.12

038445

Capa: IESDE Brasil S.A.

Imagem da capa: Shutterstock

Todos os direitos reservados.



**Inteligência
Educativa**

IESDE Brasil S.A.

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200

Batel – Curitiba – PR

0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

Otto Nogami

Doutorando em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli USP). Mestre em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UP). Especialista em Economia Brasileira pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Especialista em Local Government pelo Local Autonomy College (Tóquio/Japão). Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA-USP. Pós-graduado em Finanças pelo Ibmec São Paulo.

A essência do problema econômico

9

- 9 | Os problemas da organização econômica
- 10 | A lei da escassez
- 11 | O que a Economia é
- 12 | A “caixa de desejos”
- 15 | O consumo
- 16 | Bens e serviços
- 17 | Os preços e sua importância na Economia
- 18 | A estrutura de consumo individual
- 18 | A renda
- 19 | Relação entre renda e consumo
- 20 | Satisfazendo a “caixa de desejos”
- 20 | O dinheiro e as empresas

O fluxo circular da atividade econômica

27

- 28 | As empresas e os fatores de produção
- 30 | Geração de renda
- 32 | Consumo
- 32 | Produto
- 33 | Condições de equilíbrio
- 34 | Fluxo real e monetário
- 35 | O surgimento da poupança e o desequilíbrio do sistema econômico
- 37 | O mercado financeiro e a retomada do equilíbrio
- 38 | Os investimentos e o seu impacto sobre a economia
- 39 | O papel econômico do governo
- 40 | O papel do setor externo

Política econômica

49

- 50 | Política fiscal
- 53 | Política cambial
- 54 | Política monetária
- 57 | Política econômica

Questões econômicas fundamentais **65**

- 65 | Questões econômicas fundamentais
- 66 | A curva de possibilidades de produção: uma ilustração do problema da escassez e da escolha
- 74 | Mudanças na curva de possibilidades de produção: o crescimento

Organização econômica **81**

- 82 | Economia de mercado
- 88 | Economia planificada centralmente
- 90 | Economia mista

A atividade econômica e o modelo de três setores **101**

- 101 | Modelo de economia simples
- 103 | Modelo de economia fechada (com governo e sem setor externo)
- 105 | Modelo de economia aberta (com governo e com setor externo)
- 107 | A questão da dependência ao capital estrangeiro
- 108 | O balanço de pagamentos
- 110 | Movimentação do capital estrangeiro

Contabilidade nacional **119**

- 119 | O que é a contabilidade nacional?
- 120 | A importância da contabilidade nacional
- 125 | Algumas considerações a respeito da elaboração da contabilidade nacional
- 125 | Produto Nacional Bruto (PNB)
- 128 | O PNB nominal e o PNB real
- 130 | PNB *per capita*
- 131 | O PNB pela ótica da despesa

- 133 | Síntese do Produto Nacional
133 | O Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL)
135 | O Produto Interno Bruto
135 | O PNB e o bem-estar nacional

141

O papel e a importância da moeda

- 141 | A origem e evolução da moeda
148 | As funções da moeda
150 | As características da moeda
152 | Formas de moeda
153 | Quase-moedas
153 | A oferta monetária
154 | Demanda de moeda (versão keynesiana)
156 | O equilíbrio do mercado monetário
156 | Política monetária

163

Sistemas monetários e financeiros: a intermediação financeira

- 163 | Sistema monetário
164 | Sistema financeiro
165 | Instituições financeiras
166 | Instrumentos financeiros
166 | Segmentação dos mercados financeiros
168 | Sistema financeiro brasileiro
169 | A composição atual

187

Relações econômicas internacionais

- 187 | Autossuficiência e especialização
188 | Teorias do comércio internacional
193 | Política comercial internacional
196 | Balanço de pagamentos
202 | Variáveis determinantes das importações e exportações
204 | Taxas de câmbio

211

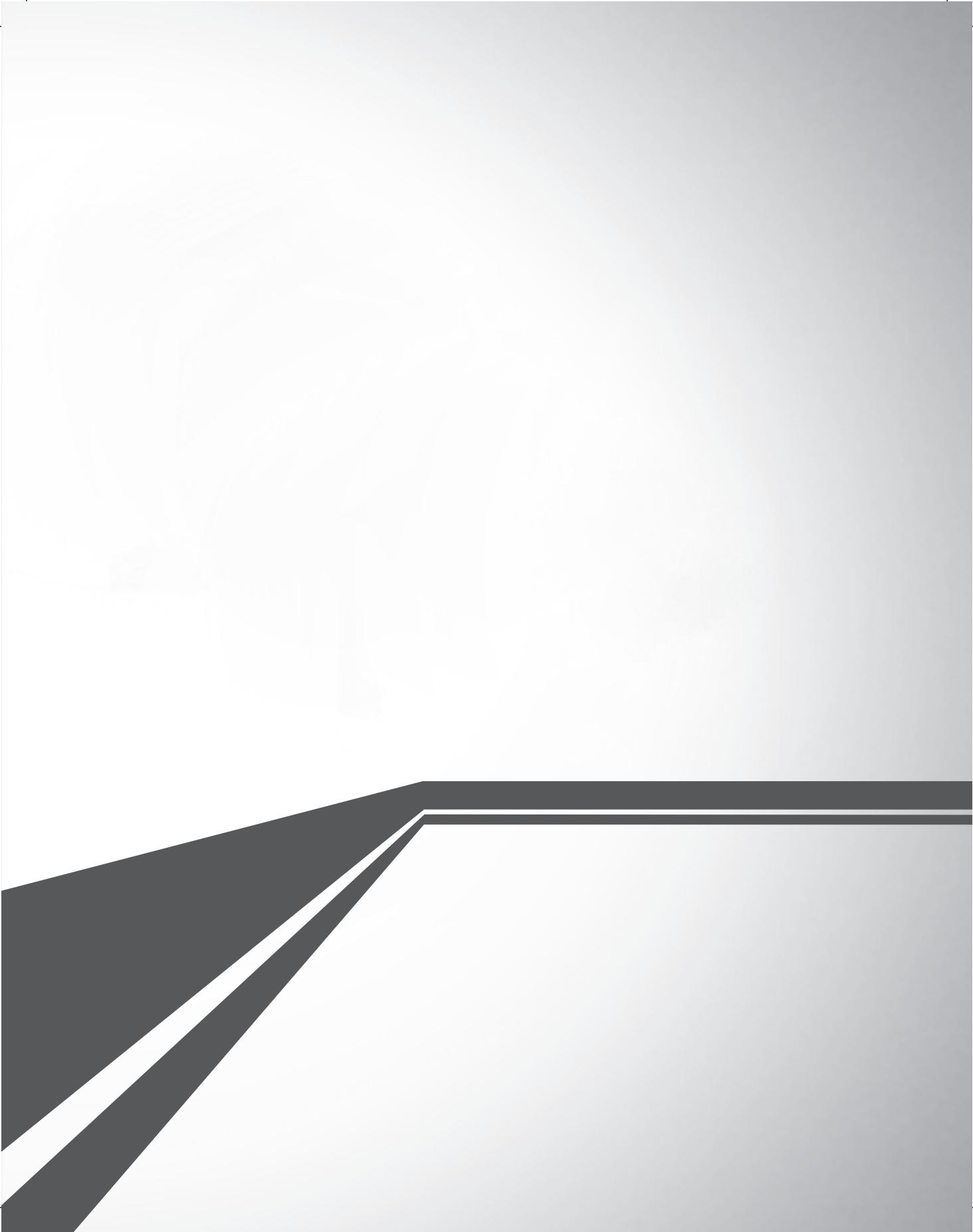
Inflação e desemprego

- 212 | Conceito de inflação
- 212 | Efeitos da inflação
- 214 | Tipos de inflação
- 216 | A interação entre inflação de demanda e inflação de custo
- 217 | A visão monetarista
- 218 | Formas de combate à inflação
- 218 | Sistema de metas inflacionárias
- 219 | Principais índices de preços
- 221 | A questão do desemprego

231

Crescimento e desenvolvimento econômico

- 231 | Crescimento econômico
- 233 | Desenvolvimento econômico
- 237 | Indicadores tradicionais
- 238 | Novos indicadores



■ A essência do problema econômico

Ao darmos uma rápida observada na situação econômica mundial iremos verificar que os países, antes de mais nada, não possuem características comuns. Cada um se defronta com diversas questões de natureza econômica como desemprego, inflação, *deficit* público, variação na sua taxa de câmbio, carga tributária, taxa de juros, distribuição da renda etc.

Conforme salientam Passos e Nogami (2005, p. 3) “na realidade, os princípios e as práticas econômicas têm, ao longo do tempo, moldado o cotidiano dos cidadãos e, por conseguinte, da sociedade”. Nos dias de hoje, mais do que nunca, o conhecimento sobre assuntos econômicos se faz necessário, pois a maior parte dos complexos problemas das sociedades modernas, como a globalização ou a questão ambiental, entre outros, está atrelada a problemas de natureza econômica.

Entretanto, apesar das pessoas participarem das mais diferentes atividades econômicas, poucas possuem os conhecimentos teóricos necessários que lhes permitam analisar os problemas econômicos que as cercam no dia a dia.

Essa é, sem sombra de dúvida, a principal razão para se estudar Economia. O seu estudo proporcionará um conjunto de conhecimentos, que permitirá ter opinião própria a respeito dos pequenos e grandes problemas econômicos que assolam a humanidade desde o início do século XXI, tornando-nos cidadãos de fato em nossa sociedade conscientes dos problemas que nos cercam.

Os problemas da organização econômica

Qualquer sociedade, independentemente da forma como ela esteja organizada (economia de mercado, economia planificada centralmente, economia mista), deve de alguma maneira, enfrentar três problemas econômicos fundamentais e interdependentes:

- Quais (o que) as mercadorias que deverão ser produzidas e em que quantidades? Ou seja, qual a quantidade e quais os bens e serviços alternativos que serão produzidos? Automóveis ou alimentos? Alimentos ou roupas? Mais alimentos e menos roupas, ou vice-versa?

- Como deverão ser produzidos os bens? Em outras palavras, por quem e com que recursos produtivos, e com que tecnologia eles serão produzidos? Produção em grande ou pequena escala?
- Para quem deverão ser produzidos os bens? Isto é, quem irá usufruir e obter o benefício dos bens e serviços oferecidos? Ou de outra forma, como será distribuído o total da produção entre os mais diferentes indivíduos?

Esses são, portanto, os três problemas fundamentais e comuns a todas as economias, mas cada sociedade procura resolvê-los de maneira diferente.

A lei da escassez

O que, como e para quem produzir não seriam problemas se os recursos fossem ilimitados. Se fosse possível produzir quantidades infinitas de qualquer bem, ou se todas as necessidades humanas pudessem ser plenamente satisfeitas, certamente não faria diferença produzir uma quantidade excessiva de qualquer produto em particular.

Tampouco haveria importância se a mão de obra e as matérias-primas fossem combinadas e utilizadas de forma pouco produtiva. Conforme Samuelson (1975, p. 20), “desde que todos pudessem ter tudo o que desejassem, não importaria a maneira pela qual os bens e as rendas fossem distribuídas entre diferentes indivíduos e famílias”.

Não haveria, então, bens econômicos, isto é, bens que são relativamente escassos, e dificilmente haveria necessidade de estudar-se Economia ou como “economizar”.

Assim, o problema da escassez está presente em qualquer sociedade, seja ela rica ou pobre. É verdade que para alguns países como Estados Unidos e Alemanha ela não é um problema tão grave como na Etiópia ou Somália, onde sequer as necessidades básicas da população são satisfeitas. Mesmo assim, a escassez continua sendo um problema, uma vez que as aspirações por bens e serviços em geral superam a quantidade de bens e serviços produzidos pela sociedade.

Segundo Passos e Nogami (2005, p. 4), pode-se afirmar então que

[...] a escassez é a preocupação básica da Ciência Econômica. Somente devido à escassez de recursos em relação às ilimitadas necessidades humanas é que se justifica a preocupação de utilizá-los da forma mais racional e eficiente possível.

O que a Economia é

Logo no início de um curso introdutório de Economia, os alunos pedem uma definição sucinta de Economia, e para isso não faltam descrições. Eis algumas oferecidas:

- Economia, ou Economia Política, é o estudo das atividades que, com ou sem dinheiro, envolvem transações de troca entre pessoas;
- Economia é o estudo da maneira pela qual os homens decidem utilizar recursos produtivos escassos ou abundantes (terra, mão de obra, bens de capital como maquinaria, conhecimento tecnológico) para produzir várias mercadorias (como bens de capital, bens de consumo) e distribuí-las a vários membros da sociedade, para consumo;
- Economia é o estudo do homem em sua atividade comum, ganhando e desfrutando a vida;
- Economia é o estudo da maneira pela qual a humanidade realiza a tarefa de organizar suas atividades de consumo e produção;
- Economia é o estudo da riqueza;
- Economia é o estudo de como melhorar a sociedade.

A lista de definições é extensa, e é sempre difícil resumir em poucas palavras uma descrição exata de uma matéria, dando a perfeita ideia do que ela é. Nos dias de hoje, os economistas estão de acordo quanto a uma definição geral, que nos é apresentada por Samuelson (1975, p. 3):

Economia é o estudo de como os homens e a sociedade decidem, com ou sem a utilização do dinheiro, empregar recursos produtivos escassos, que poderiam ter aplicações alternativas, para produzir diversas mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para consumo, agora e no futuro, entre diversas pessoas e grupos da sociedade. Elas analisam os custos e os benefícios da melhoria das configurações de alocação de recursos.

A “caixa de desejos”

Uma vez entendidos alguns dos fundamentos básicos que norteiam o estudo da Economia, vamos fazer uma abordagem diferente para entender a essência do problema econômico. E para tanto, nada melhor do que fazer uma simples pergunta: quem é o maior responsável por todos os problemas que assolam a humanidade?

Será a hegemonia de alguns países, ditos industrializados, no contexto mundial? Serão os países mais ricos e privilegiados? Serão os indivíduos detentores do capital de produção? Serão as elites? Pasmem vocês! Os maiores culpados por todos os desequilíbrios que assolam a humanidade somos nós mesmos: indivíduos ou famílias.

Mas antes que possamos entender a essência desse problema, vamos dar uma rápida olhada sobre a sociedade mundial.

Desequilíbrios mundiais

Observando os dados mundiais sobre produção e população, na tabela 1, verificamos que apenas sete países, conhecidos como G-7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália), detêm a maior parcela da produção mundial, aproximadamente 61%, enquanto o contingente populacional desses países representa pouco mais que 11% da população mundial.

Tabela 1

A virtude de ser um país rico: capacidade produtiva				
Relação desproporcional entre as economias industrializadas e as emergentes (Dados do Banco Mundial em 2005)				
Economia	PIB		População	
	US\$ bilhões	% do total	milhões habitantes	% do total
Grupo dos Sete	26.883,9	60,6	717,6	11,1
Emergentes	17.501,0	39,4	5.720,2	88,9
Mundo	44.384,9	100,0	6.437,8	100,0

Ao contrário, podemos observar que o restante dos países do mundo, que são responsáveis por 39,4% de tudo o que se produz no mundo, possuem uma população equivalente a quase 89% da população mundial.

A lâmpada de Aladim

Com certeza muitos acharão estranho este título em um livro de Economia. Mas a lâmpada de Aladim é apenas uma analogia para poder explicar o significado da “caixa de desejos”. Muitos dos leitores tiveram o seu primeiro contato com este personagem, Aladim, nos livros ilustrados de páginas grossas ou ouvindo a sua aventura sendo contada pelos pais, avós, irmãos ou tios. Tudo dentro de um contexto que chamamos de “o mundo encantado da criança”.

Entretanto, se refletirmos por alguns minutos sobre o real significado dessa história, poderemos entender o sentido principal de tudo o que faz movimentar a atividade econômica de uma sociedade, no seu aspecto mais amplo e em qualquer parte do planeta, seja ela pobre, emergente ou industrializada.

De acordo com Nogami (2004, p. 13), imagine-se andando em uma praia de areias brancas entrecortadas por verdes palmeiras que contrastam com o azul do mar e que, ironia do destino, você esbarra em algo como um bule com tampa semienterrado na areia. Ao tomá-lo nas mãos e recordando da antiga estória, por brincadeira, resolvesse dar uma esfregada em um dos lados do objeto. E... como por encanto, uma fumaça esbranquiçada começasse a sair pelo bico formando a figura do velho gordo e preguiçoso personagem do sonho infantil, e ele, após um largo sorriso e uma leve reverência, lhe dissesse: “Pode parecer um sonho mas não é! Estou aqui para servi-lo e lhe proporcionar três desejos”. Quais os três desejos que você pediria a ele?

Com certeza, entre as muitas respostas, o dinheiro de alguma forma estará sempre presente. E por que a resposta mais comum é o dinheiro? Muito simples, ele é o que possibilita às pessoas consumir, ou seja, satisfazer suas necessidades e desejos.

Dessa forma, podemos dizer que o centro de todo problema que aflige a sociedade mundial está no indivíduo. Por quê? Simplesmente porque cada um de nós, indistintamente se recém-nascido ou idoso, carrega 24 horas por dia, 365 dias do ano, uma caixa sobre os ombros, que vamos chamá-la de “caixa de desejos”. Tudo o que fazemos ao longo da vida visa obter recursos para simplesmente suprir nossas necessidades e desejos que estão dentro dessa caixa.

E de que maneira, no mundo moderno, podemos suprir essa “caixa de desejos”? Utilizando-se da linguagem econômica podemos dizer que é pelo consumo de bens e serviços. E à medida que melhor satisfizermos a “caixa de desejos”, mais felizes nos sentiremos, pelo menos do ponto de vista material. Como assim?

Mais uma vez, do ponto estritamente material, o que nos faria sentir plenamente satisfeitos e felizes? Poder satisfazer plenamente a nossa “caixa de desejos”. Dessa constatação, podemos desenvolver uma expressão matemática, apresentada abaixo, em que a felicidade é dada pela relação entre consumo e “caixa de desejos”. Se consumo e desejos forem iguais, o quociente será um, ou seja, estaremos 100% felizes.

$$\text{Felicidade} = \frac{\text{Consumo}}{\text{“caixa de desejos”}}$$

Dessa forma podemos concluir, nesta abordagem, que a capacidade que cada um de nós tem em satisfazer necessidades e desejos, pelo menos do ponto de vista material, irá definir o nosso grau de felicidade.

Entretanto, acabamos percebendo que por maior que seja a capacidade de consumir do indivíduo, ele nunca se sentirá plenamente satisfeito, o que nos leva a inferir que desejos tendem a infinito. Ora, se na fórmula acima substituímos a “caixa de desejos” por infinito, então qualquer que seja o volume de consumo dividido, por infinito, tenderá a zero, ou seja, a felicidade não existe.

Aí está a essência do problema mundial, pelo menos do ponto de vista material.

O diagrama

Para ilustrar a lógica do indivíduo consumista, ou do *Homo economicus* (homem econômico), temos a figura 1, onde temos o indivíduo como o centro de todo problema que aflige a sociedade mundial, sustentando uma caixa de desejos. Essa caixa será satisfeita através do consumo de bens e serviços. Mas como os bens e serviços que consumimos são escassos, eles possuem um preço.

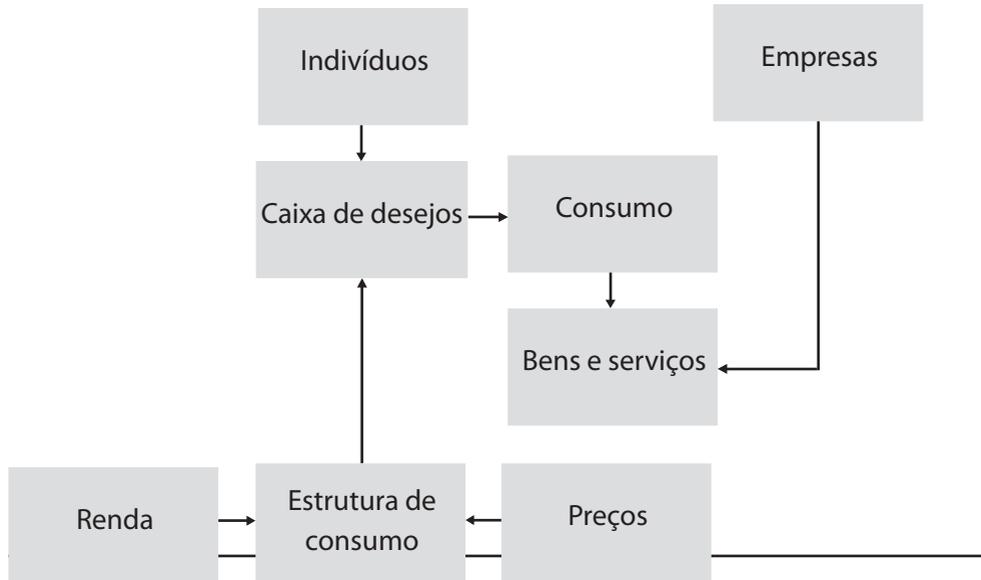


Figura 1 – Homem econômico e sua “caixa de desejos”.

Dessa forma, é em função dos preços dos mais diferentes bens e serviços que consumimos para satisfazer nossas necessidades e desejos é que cada um de nós possui uma estrutura de consumo.

E podemos despendar recursos o quanto quisermos? Claro que não, pois temos um elemento delimitador para o consumo que chamamos de renda.

Assim fica mais fácil entender toda relação econômica: quanto maior a renda, maior o consumo e, conseqüentemente, mais felizes estaremos.

O consumo

Entende-se por consumo a atitude econômica utilizada para atender as necessidades humanas, ou seja, satisfazer necessidades e desejos. Nós sabemos, por experiência própria, que necessitamos do ar, da água, dos alimentos, de roupas, para que possamos sobreviver. Sabemos, também, que não há limite à variedade e à quantidade das necessidades humanas.

Entretanto, isso não é tudo. Podemos desejar também outras coisas pessoais e imateriais, e que são igualmente importantes em matéria de qualidade de vida, como a sabedoria, autoconfiança, prestígio, paz, liberdade e amor.

Assim sendo, podemos depreender que o consumidor possui dois tipos de necessidades: as necessidades econômicas (que são satisfeitas com bens que podem ser produzidos) e as necessidades não econômicas (que são satisfeitas com bens que não podem ser produzidos, como o ar que respiramos).

Para a Economia, entretanto, o que importa é o atendimento das necessidades humanas que possam ser satisfeitas por bens que não sejam gratuitos, mas que o homem precisa fornecer e/ou produzir. Neste caso, temos o consumo para atender necessidades econômicas. E os bens que as satisfazem são chamados bens econômicos, e são aqueles que têm preço.

Bens e serviços

De modo geral, pode-se dizer que bem é tudo aquilo que permite satisfazer uma ou várias necessidades humanas. Por essa razão, um bem é procurado porque é útil. Os bens são classificados em bens livres e bens econômicos, em função de sua escassez.

Os bens livres são aqueles que existem em quantidade ilimitada e podem ser obtidos com pouco ou nenhum esforço humano. Nessa categoria estão a luz solar, o ar, a areia da praia etc., que são bens porque satisfazem necessidades, mas cuja utilização não implica relações de ordem econômica. A principal característica dos bens livres é a de que não possuem preço.

Os bens econômicos, ao contrário, são relativamente escassos e supõem a ocorrência do esforço humano na sua obtenção. Tais bens apresentam como característica básica o fato de terem um preço (preço maior que zero). Quanto à natureza estes bens são classificados em dois grupos: bens materiais e bens imateriais ou serviços.

Os primeiros são de natureza material, sendo, portanto, tangíveis, e a eles podemos atribuir características como peso, altura etc. Alimentos, roupas e automóveis são exemplos de bens materiais.

Os serviços, ao contrário, são intangíveis, ou seja, não podem ser trocados. Fazem parte dessa categoria de bens o atendimento médico, os serviços de um advogado, o serviços de transporte etc., que acabam no mesmo momento da sua produção. Outra característica importante é a de que eles não podem ser estocados.

Quanto ao destino, os bens materiais classificam-se em bens de consumo e bens de capital.

Bens de consumo são aqueles diretamente utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Esses bens podem ser de uso não durável, ou seja, que desaparecem quando utilizados (alimentos, bebidas, gasolina etc.), ou de uso durável, que têm como característica o fato de poderem ser utilizados várias vezes durante muito tempo (televisores, geladeira, móveis etc.).

Os bens de capital, por sua vez, são aqueles que são utilizados para produzir outros bens. Como exemplos têm-se as máquinas, computadores, equipamentos, edificações etc.

Tanto os bens de consumo quanto os bens de capital são classificados como bens finais, uma vez que já passaram por todos os processos de transformação possíveis, o que significa que estão acabados.

Além dos bens finais existem ainda os bens intermediários, que são aqueles que ainda precisam ser transformados para atingir sua forma definitiva. Como exemplo podemos citar o fertilizante utilizado nas mais diferentes culturas, ou então, o aço, o vidro etc.

Os preços e sua importância na Economia

Vamos entender por preço o valor atribuído aos mais diferentes bens e serviços disponíveis na sociedade, para satisfazer necessidades e desejos dos indivíduos. A dimensão dos preços, por sua vez, está associada, em tese, ao conceito da escassez. Quanto mais escasso o produto, maior tende a ser seu preço. Se eles são abundantes na sociedade, menor será o seu preço.

Mas não é só pelo fato da escassez que os bens e serviços possuem preço. Eles possuem preço também em função da utilidade que têm para o consumidor.

E qual a importância do preço no nosso dia a dia? Ele é importante para a nossa tomada de decisão de consumo. Assim, se o preço é elevado, normalmente, consumimos menos quantidades de determinados produtos. Por outro lado, se o preço é baixo, nossa tendência é consumirmos mais quantidades desse bem. Esses são os princípios que regem a lei da oferta e da demanda.

Mas em uma situação ou outra, os preços são importantes para que cada um de nós possa ter a sua estrutura de consumo. E cada um de nós possui uma estrutura de consumo própria, em função dos hábitos de consumo, relacionados a gostos e preferências, que cada um de nós tem para satisfazer necessidades e desejos e em função dos preços desses bens.

De acordo com Sandroni (1999, p. 487-488), o preço, em sentido amplo,

[...] expressa a relação de troca de um bem por outro. Em sentido mais usual e restrito, representa a proporção de dinheiro que se dá em troca de determinada mercadoria, constituindo, portanto, a expressão monetária do valor de um bem ou serviço. No sentido econômico de livre-empresa, os preços têm a função de aglutinar as decisões de milhões de indivíduos de interesses muitas vezes competitivos, assegurando coerência à economia como um todo.

Prossegue ainda o autor (Sandroni) no que diz respeito ao preço que,

[...] considerando as variações dos preços, os agentes econômicos podem decidir pelos bens ou serviços que suas empresas devem produzir, sobre a quantidade desses bens etc. O comportamento dos consumidores também é considerado nessas decisões: os empresários sabem que esses pagam mais por bens que lhe tragam grande satisfação e menos por artigos pouco satisfatórios.

A estrutura de consumo individual

A estrutura de consumo representa os hábitos, os gostos e as preferências do consumidor ao longo de um determinado período de tempo. E como já foi visto anteriormente, cada indivíduo possui sua estrutura própria de consumo, de acordo com os preços dos mais diferentes bens e serviços que ele tem por hábito consumir.

Bom seria se pudéssemos consumir quantidades ilimitadas de bens e serviços. Mas isso não é possível porque a nossa disponibilidade de dinheiro, ou seja, a nossa renda é limitada. Dessa forma, à medida que o consumidor deseja consumir mais de um determinado item, em função da limitação da renda, necessariamente ele terá que consumir menos de outros produtos.

A renda

Vamos entender por renda a remuneração dos recursos produtivos utilizados nos processos de produção de bens e serviços da Economia.

Assim, se fornecemos mão de obra à empresa, ela será remunerada sob a forma de salário. E o salário é um dos quatro componentes da renda, juntamente com os lucros, juros e aluguéis. Dessa forma, à medida que a economia absorve mais recursos produtivos, maior será a renda da sociedade.

Relação entre renda e consumo

Como vimos na figura 1, a renda dos indivíduos ou famílias será utilizada para consumir os bens e serviços disponíveis na Economia, dando a eles a condição de ter uma estrutura de consumo para satisfazer suas necessidades e seus desejos.

Podemos afirmar, de forma resumida, que preços e renda formam uma combinação explosiva que vai determinar a capacidade de consumir de cada indivíduo ou família, formando as suas estruturas de consumo.

Se falarmos em políticas governamentais, podemos observar que uma das primeiras preocupações que o governo tem é manter a estabilidade dos preços, para que o poder de compra das pessoas não se deteriore ao longo do tempo. À medida que a Economia sofre com uma elevação generalizada dos preços ao longo de um determinado período, e se nesse espaço de tempo a renda se mantiver constante, o maior prejudicado será o assalariado, que tem a sua renda reajustada, normalmente, a cada ano. Nesse intervalo de tempo certamente o seu poder de compra se corrói.

Uma segunda preocupação que deveria estar presente na mente dos nossos governantes é a preocupação de propiciar aumentos reais de renda ao cidadão, ao longo do tempo. Mantendo-se preços estáveis e elevando-se a renda, melhora a estrutura de consumo dos indivíduos, permitindo a eles satisfazer melhor suas “caixas de desejos”.

O controle dos preços da Economia é feito, nos dias de hoje, através de um mecanismo denominado “metas de inflação”. O governo estipula o máximo de inflação que ele irá admitir dentro de determinadas condicionantes, normalmente em um período de um ano, sinalizando que se houver pressão sobre esse delimitador ele poderá intervir na Economia através de mecanismos de política monetária, controlando a moeda que está em circulação.

Por outro lado, o aumento da renda só é possível através de investimentos no setor produtivo da economia, através da destinação de recursos monetários em empreendimentos que renderão mais lucros, juros, salários e aluguéis, a longo prazo. O termo investimento se aplica, aqui, à compra de máquinas, equipamentos, ferramentas e imóveis para a instalação de unidades produtivas, ou empresas.

Satisfazendo a “caixa de desejos”

À medida que o indivíduo tem uma melhor estrutura de consumo, melhor ele estará satisfazendo suas necessidades e desejos. Conseqüentemente, mais feliz ele se sentirá.

Economias mais desenvolvidas, as chamadas economias industrializadas, possuem essas características: renda alta e inflação baixa, conseqüentemente, melhores condições de satisfazer as necessidades e desejos da sua sociedade.

De acordo com Nogami (2004, p. 14),

[...] é por isso que tanto se enfatiza a necessidade de um país crescer e se desenvolver. Invariavelmente, quanto mais um país cresce, mais empregos ele estará criando. Mais empregos significam mais salários sendo pagos na Economia. Mais salários proporcionam mais consumo, e mais consumo resulta na necessidade das empresas produzirem mais. Produzir mais significa mais mão de obra nas linhas de produção, o que resultará em mais salários gerando mais consumo, e assim sucessivamente.

O dinheiro e as empresas

Imagine uma sociedade moderna com um contingente populacional da ordem de seis bilhões de pessoas, cada uma carregando a sua “caixa de desejos”, e com centenas, milhares de itens de consumo à sua disposição. Se a prática do escambo ainda imperasse, quantas relações de troca seriam exigidas para satisfazer necessidades e desejos de consumo da população? Você já pensou na quantidade de itens que consome por dia?

Então, para solucionar esse tipo de problema do consumidor é que surgiram o dinheiro e a empresa. O papel que o dinheiro – ou moeda, como os economistas costumam denominar – desempenha na sociedade é muito fácil de ser entendido. Por conceito podemos dizer que o dinheiro é um instrumento de troca. Troca-se o dinheiro por um bem ou serviço, eliminando a prática do escambo na sua forma antiga. E com o dinheiro podemos comprar o bem ou o serviço que desejarmos.

O processo de especialização de uma família na produção de determinado bem é o que podemos chamar de empresa, que nada mais é do que a agregação de um conjunto de fatores para a produção de um bem ou serviço.

Esse processo de especialização da economia que acabou surgindo veio simplificar a relação entre as pessoas. Agora não é mais necessário praticar o escambo. Basta termos uma maneira para obter dinheiro e com ele realizar o tão almejado consumo.

Para grande parte da sociedade, a forma mais comum e simples é oferecer o trabalho, a mão de obra para as empresas, em troca de dinheiro, ou salário.

Ampliando seus conhecimentos

As pessoas enfrentam *tradeoffs*¹

(MANKIW, 2001, p. 4-5)

A primeira das lições acerca da tomada de decisões se resume no dito popular de que “Nada é de graça”. Para obter uma coisa que desejamos, em geral, temos de abrir mão de outra coisa da qual gostamos. Tomar decisões exige comparar um objetivo com outro.

Considere uma estudante que deve decidir como alocar seu recurso mais valioso – seu tempo. Pode passar todo o tempo estudando Economia; pode passar todo o tempo estudando Psicologia; ou pode dividir o tempo entre as duas disciplinas. Cada hora que dedica ao estudo de uma disciplina é uma hora em que deixa de estudar a outra disciplina. E cada hora que dedica ao estudo é uma hora que deixa de fazer outras coisas como tirar uma soneca, andar de bicicleta, assistir à televisão ou trabalhar meio expediente para juntar dinheiro para uma despesa extraordinária.

Ou pense em um casal decidindo como gastar a renda da família. Podem comprar comida, roupa ou gastar nas férias. Ou podem poupar parte dessa renda para a aposentadoria ou para pagar os estudos dos filhos. Quando eles escolhem gastar um dólar em algum desses itens, eles ficam com um dólar a menos para as outras despesas.

¹ Significa escolha. Em Economia, expressão que define situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica, que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros.

Quando as pessoas estão agrupadas em sociedades, elas se deparam com diferentes tipos de *tradeoffs*. O *tradeoff* clássico é aquele entre “armas e manteiga”. Quanto maior for o gasto em defesa nacional para proteger o país de agressores externos (armas), menos se pode gastar com bens pessoais para aumentar o padrão de vida (manteiga). Também é importante na sociedade moderna a opção entre um meio ambiente despoluído e um alto nível de renda. Leis que exigem que as empresas reduzam a poluição aumentam o custo da produção de bens e serviços. Em função dos custos mais altos essas empresas auferem lucros menores, pagam salários mais baixos, cobram preços mais altos, ou alguma combinação de todas essas coisas. Assim, embora os regulamentos antipoluição nos beneficiem com um meio ambiente de melhor qualidade e a melhor saúde que daí advém, têm o custo de reduzir a renda dos donos das empresas, dos trabalhadores e dos clientes.

Outro *tradeoff* que a sociedade enfrenta é o da eficiência e equidade. Eficiência significa que a sociedade recebe o máximo possível por seus recursos escassos. Equidade implica que os benefícios derivados de tais recursos estão distribuídos justamente entre os membros da sociedade. Em outras palavras, eficiência se refere ao tamanho do bolo econômico e equidade, à forma em que são distribuídas suas fatias. Muitas vezes, quando se formulam políticas governamentais, esses dois objetivos entram em conflito.

Considere, por exemplo, políticas destinadas a distribuir de forma mais igualitária o bem-estar econômico. Algumas dessas políticas, como o sistema de bem-estar ou o seguro-desemprego, procuram ajudar aquelas pessoas mais necessitadas dentro da sociedade. Outras, como o imposto de renda da pessoa física, requerem que os bem-sucedidos financeiramente contribuam mais do que outros para o sustento do governo. Embora tais políticas tenham o benefício de contribuir para uma maior equidade, elas têm um custo em termos de menor eficiência. Quando o governo redistribui renda dos ricos para os pobres, reduz a recompensa pelo esforço de trabalho; em consequência, as pessoas trabalham menos e produzem menos bens e serviços. Em outras palavras, quando o governo tenta cortar o bolo econômico em fatias mais iguais, diminui o tamanho do bolo.

O fato de reconhecer que as pessoas enfrentam inúmeros *tradeoffs* não nos diz, por si só, que decisões tomarão ou desejarão tomar. Uma estudante não deveria abandonar o estudo de Psicologia só porque isso aumentaria o tempo disponível para o estudo da Economia. A sociedade não deveria deixar

de proteger o meio ambiente só porque as regulamentações ambientais reduzem o padrão de vida material. Os pobres não deveriam ser ignorados só porque ajudá-los distorce os incentivos ao trabalho. Contudo, reconhecer os *tradeoffs* da vida é importante porque as pessoas só tomam decisões acertadas se entenderem as opções disponíveis.

Atividades de aplicação

1. Procure formular uma definição própria do que você entende por Ciência Econômica.
2. Podemos dizer que os indivíduos são os maiores responsáveis por todos os desequilíbrios que assolam a humanidade? Explique detalhadamente o porquê.
3. Escassez significa o mesmo que pobreza? Justifique sua resposta.
4. Distinguir entre os conceitos de bens livres e bens econômicos. Exemplifique.
5. Explique detalhadamente o que entende por necessidades não econômicas.

Referências

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOGAMI, Otto. **Não Seja o Pato do Mercado Financeiro**: as aventuras do pato rico. São Paulo: Avercamp, 2004.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

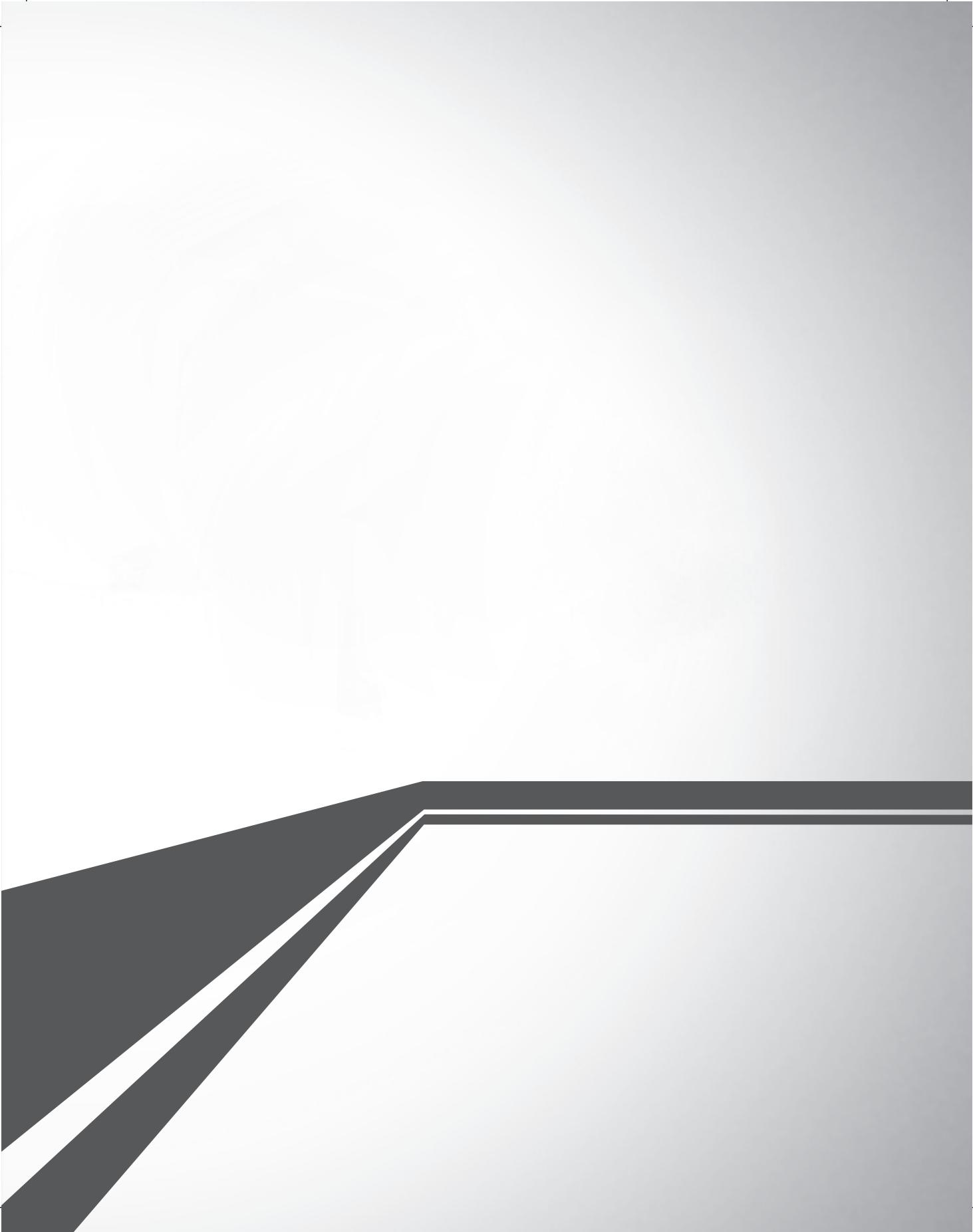
Gabarito

1. Ciência econômica é o estudo da alocação dos recursos produtivos escassos para organizar da melhor maneira as condições de vida em uma sociedade.
2. Sim, porque cada indivíduo possui necessidades e desejos que demandam o consumo de bens e serviços. Quanto mais consumimos, mais ficamos satisfeitos e isso aumenta nosso grau de felicidade. De maneira a alcançar essa sensação continuamente, consumimos cada vez mais, o que aumenta os desequilíbrios.
3. Não. A escassez está relacionada à estrutura de consumo de cada indivíduo, preço dos mais diferentes bens e serviços e restrição orçamentária. Enquanto a pobreza está relacionada à situação de renda abaixo do mínimo aceitável para ter condições básicas de sobrevivência, como alimentação, vestuário etc.
4. Bens livres são aqueles que existem em quantidade ilimitada e podem ser obtidos com pouco ou nenhum esforço humano, sendo sua característica não possuir preço (por exemplo: a luz solar, o ar, o vento).

Bens econômicos são aqueles relativamente escassos e supõem a ocorrência do esforço humano na sua obtenção. Sua característica básica é ter preço maior que zero. Estes bens são classificados em dois grupos: bens materiais, por exemplo, roupas e alimentos, e bens intermediários ou serviços, como serviços de transporte e atendimento médico.

5. As necessidades não econômicas são aquelas satisfeitas com bens que não podem ser produzidos, como o ar que respiramos.





■ O fluxo circular da atividade econômica

A expressão pode parecer estranha à primeira vista, mas, na verdade, retrata a maneira pela qual a economia se movimenta como um todo. São aspectos diretamente relacionados ao nosso dia a dia e sobre os quais nunca paramos para pensar.

A economia, nos dias de hoje, se caracteriza por uma quantidade infinita e contínua de transações entre pessoas, entre firmas, e entre pessoas e firmas, significando que todas as unidades econômicas transacionam entre si.

O fluxo circular da atividade econômica mostra de forma simplificada a maneira pela qual, indivíduos e empresas, interagem na economia, cada qual buscando atingir diferentes objetivos. As firmas procurando maximizar seus lucros e os indivíduos procurando maximizar a satisfação de seus desejos e necessidades.

Nesta nossa análise, inicialmente, consideraremos uma sociedade bem simples, na qual existam apenas dois setores: indivíduos ou famílias e empresas. Os indivíduos oferecem mão de obra para as empresas, que a utilizam para a produção de bens e serviços, remunerando-os sob a forma de salários. Com esses salários eles adquirem bens e serviços produzidos pelas empresas. O fluxo dessas operações é apresentado na figura 1 (a seguir).

Pelo que foi descrito acima, notamos a relação que se pode estabelecer entre indivíduos e empresas, e o papel que cada um desempenha no contexto de uma sociedade. Mas é importante observar que existe uma relação ainda mais forte entre esses dois agentes econômicos – entenda-se por agentes econômicos aqueles que contribuem para o funcionamento do sistema econômico, ou seja, os indivíduos, as empresas e os governos. Toda a economia, no seu fundamento básico, gira em torno deles. Eles representam a essência da atividade econômica.

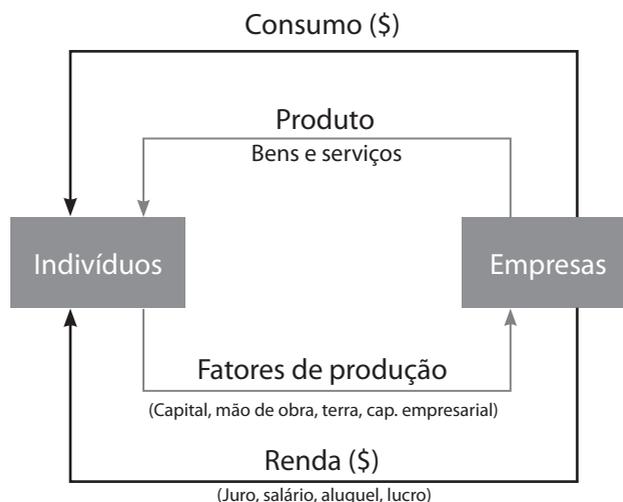


Figura 1 – Fluxo básico da Economia.

As empresas e os fatores de produção

O que é necessário para constituir uma empresa? Uma ideia, dinheiro, mão de obra e matérias-primas? Em Economia, denominamos esses elementos de, respectivamente, capacidade empresarial, capital, mão de obra ou trabalho e recursos naturais ou terra. Esses itens representam os fatores de produção, ou recursos produtivos, que pertencem em última instância às famílias ou indivíduos.

Assim sendo, podemos dizer que os fatores de produção, também denominados recursos produtivos, são elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de mercadorias, as quais, por sua vez, são utilizadas para satisfazer necessidades e desejos dos indivíduos.

Os fatores de produção podem ser classificados, portanto, em quatro grandes grupos: capacidade empresarial, capital, trabalho e recursos naturais.

Terra

Terra, ou recursos naturais, é o nome dado pelos economistas para designar os recursos naturais existentes, tais como florestas, recursos minerais, recursos hídricos etc. Compreende não só o solo utilizado para fins agrícolas, mas também o solo utilizado na construção de imóveis, estradas etc.

Na verdade, toda a natureza, a energia do Sol, os ventos, as marés, a gravidade da Terra são utilizados na produção de bens econômicos. A utilização desses elementos, segundo Passos e Nogami (2005, p. 13), vai variar em função de fatores como facilidade de extração, refino e transporte, entre outros. O que devemos destacar é que a quantidade de recursos naturais, ou Terra, é limitada, até mesmo para as nações consideradas ricas.

Trabalho

É o nome dado a todo esforço humano, físico ou mental, despendido na produção de bens e serviços. Assim, constitui trabalho no sentido econômico o serviço prestado por um médico, o trabalho de um operário empregado na construção civil, a supervisão de um gerente de banco, o trabalho de um agricultor no campo.

O tamanho da população, de acordo com Passos e Nogami (2005, p. 13), estabelece para esse fator de produção um limite em termos de quantidade. Entretanto, importa também a qualidade do trabalho. Todos sabemos que duas pessoas que trabalham oito horas por dia não são, necessariamente, igualmente produtivas.

Por essa razão, em qualquer país, a qualidade e o tamanho da força de trabalho são limitados, o que implica dizer que a quantidade total do recurso denominado trabalho também o é.

Capital ou bens de capital

Pode ser definido como o conjunto de bens fabricados pelo homem e que não se destinam à satisfação das necessidades através do consumo, mas que são utilizados no processo de produção de outros bens. O capital inclui todas as instalações, edifícios e todos os tipos de equipamentos que podem ser utilizados na produção de bens. Exemplos de capital são computadores, máquinas, usinas, estradas de ferro, instalações fabris, e todos os tipos de equipamento utilizados na fabricação de bens e serviços.

É usual que, ao falarmos de capital, pensemos em coisas tais como dinheiro, ações, certificados de depósito bancário, títulos públicos etc. Tais instrumentos, entretanto, devem ser considerados como capital financeiro e não constituem realmente riqueza, e sim direitos a ela.

Não haverá aumento de riqueza na sociedade se esses direitos de papel aumentarem, sem que ocorram aumentos correspondentes de edifícios, equipamentos, estoques etc., ou seja, na capacidade de produção das empresas.

Capacidade empresarial

Alguns economistas, como Passos e Nogami (2005, p. 13), consideram a capacidade empresarial também como um fator de produção. Isto porque o empresário exerce funções fundamentais para o processo produtivo.

É ele quem organiza a produção, reunindo e combinando os demais recursos produtivos, assumindo, assim, todos os riscos inerentes à elaboração de bens e serviços. É ele quem colhe os ganhos do sucesso (lucro) ou as perdas do fracasso (prejuízo).

Em algumas firmas, o empresário pode ter dupla função e ser também o gerente; em outras, tal fato não ocorre. De qualquer maneira, a função empresarial é necessária na economia.

Geração de renda

Qualquer que seja a empresa, agrícola, industrial ou de serviços, ela necessita, para operar, de recursos produtivos. Necessita, por exemplo, de um pedaço de terra; necessita também de bens de capital, que são bens utilizados para produzir outros bens; além disso, muitas vezes o empresário pode ter necessidade de dinheiro de terceiros para a compra de máquinas, matérias-primas etc.; necessita, finalmente, de mão de obra ou força de trabalho para operar os bens de capital de modo a transformar os bens intermediários em novos produtos.

O preço pago pela utilização dos serviços dos fatores de produção vai se constituir na renda dos proprietários desses fatores.

Segundo a definição de renda geralmente aceita, a renda obtida em um ano é o pagamento pelos serviços dos fatores de produção durante um ano.

Por quê?

Com relação ao fator trabalho, podemos dizer que o trabalhador é proprietário desse recurso, e que a remuneração que ele recebe das empresas

pela utilização que estas fazem desse recurso denomina-se, genericamente, salário. Na verdade, a empresa remunera o trabalhador pelo uso do seu tempo, e essa remuneração (salário) pode ser semanal, mensal etc. A renda do trabalhador, portanto, consiste no salário que ele recebe.

Com relação ao fator de produção terra, ele pode ser negociado de duas maneiras: o proprietário pode vender o direito de uso durante um mês, um ano, ou qualquer outro período que se estabeleça; nesse caso, o preço pago pelo uso temporário da terra é chamado aluguel; ou o proprietário pode vender a terra de uma vez, o que dá a seu novo dono o direito de usá-la. Aqui percebe-se que, se vender o uso temporário da terra, a renda do proprietário é o aluguel da terra.

Vamos examinar, agora, a renda do capital. Se uma empresa alugar um torno e utilizá-lo no processo de produção, o valor do aluguel pago ao dono do torno é considerado um pagamento pelos serviços do bem de capital, sendo entendido como um pagamento de renda ao proprietário do torno.

Em outra situação, suponhamos que os proprietários da empresa sejam, eles mesmos, proprietários dos bens de capital. Nesse caso, a renda do capital é combinada com o lucro, e é paga aos proprietários da empresa.

Existe ainda uma outra maneira pela qual os proprietários de uma firma podem obter bens de capital sem pagar diretamente por eles. Ao invés de alugar um bem de capital, uma empresa pode fazer empréstimos e usar o dinheiro para comprar esse bem.

Nesse caso pagará juros sobre o empréstimo, representando esse juro um pagamento pelo uso de capital, sendo considerado um pagamento pelos serviços de um fator de produção.

O lucro, por fim, constitui-se na remuneração do recurso capacidade empresarial, uma vez que, como já dissemos, é o empresário quem organiza a produção, assumindo os riscos inerentes à elaboração de bens e serviços.

Se somarmos a renda auferida por todas as famílias de uma sociedade, em um determinado período, obtemos a *Renda Nacional* relativa a esse período. Isso pode ser observado na parte inferior da figura 1, em que apresentamos o fluxo de renda (juros, lucros, salários e aluguéis) das empresas para os indivíduos, fruto do fornecimento dos fatores de produção dos indivíduos para as empresas (capacidade empresarial, capital, mão de obra e terra).

Esse é o processo de geração de renda na economia. E para que os indivíduos desejam renda? Para poder consumir o que as empresas produzem de bens e serviços.

Consumo

O consumo representa a demanda total de bens e serviços dos indivíduos em uma economia, e que dependem da renda disponível desses indivíduos. As despesas em consumo efetuadas pelas famílias constituem o maior componente da demanda agregada do país.

Os gastos em consumo dividem-se em três itens básicos: bens duráveis, bens não duráveis e serviços. Os bens de consumo duráveis são aqueles que são consumidos durante um período de tempo relativamente longo, como uma máquina de lavar roupa, uma televisão ou um automóvel. Diferem dos bens de consumo não duráveis, como os alimentos, que são usados uma única vez.

Além dessa diferença intrínseca, os bens de consumo duráveis diferem dos não duráveis pelo fato de que sua comercialização está sujeita a oscilações muito maiores, devido a modismos, à situação econômica geral e outras influências.

Por sua vez, serviços é a denominação dada ao conjunto das atividades que se desenvolvem especialmente nos centros urbanos e que são diferentes das atividades industriais e agropecuárias.

Tais atividades normalmente se enquadram no chamado setor terciário da economia, como o comércio, os transportes, a publicidade, a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, o setor financeiro e de seguros e a administração pública.

Produto

As empresas, utilizando os fatores de produção disponíveis, produzirão bens e serviços que serão oferecidos aos indivíduos. Denomina-se, portanto, *produto nacional* o valor de toda a produção gerada pelas empresas. O fluxo do produto nacional pode ser observado na parte superior da figura 1.

Em sentido amplo, produto é o conjunto de todos os bens e serviços resultantes da atividade produtiva de um indivíduo, empresa ou nação. Mais especificamente, e conforme o setor da atividade econômica, podemos destacar o produto industrial, o produto agrícola e outros.

Alguns economistas fazem distinção entre os conceitos de bens e de produto: enquanto os bens são objetos materiais destinados à satisfação das necessidades humanas, o produto é o resultado geral da ação transformadora do homem sobre a natureza.

De qualquer maneira, ele representa, aqui, a contrapartida do consumo realizado pelos indivíduos ou famílias junto às empresas.

Condições de equilíbrio

Se somarmos a renda auferida por todas as famílias de uma sociedade, em um determinado período, obteremos a *renda nacional* relativa a esse período.

As firmas, utilizando os fatores de produção disponíveis, produzirão bens e serviços que serão oferecidos às famílias. Denomina-se, portanto, *produto nacional* o valor de toda a produção gerada pelas firmas.

Se, nessa economia simples, fizermos a suposição de que toda a renda das famílias é destinada ao consumo, esse consumo retratará o total de despesas efetuadas pelos indivíduos na aquisição de todos os bens e serviços produzidos pelas firmas.

Assim, denominamos despesa o pagamento pelos bens e serviços adquiridos pelos indivíduos às firmas. A soma de todos os pagamentos efetuados dentro de uma economia, em um determinado período de tempo, chama-se *despesa nacional*.

Do que foi apresentado até agora, podemos concluir que o valor do *produto nacional* é igual ao valor da *despesa nacional*, que, por sua vez, é igual à *renda nacional*, ou:

$$PN = DN = RN$$

Essa é a condição de equilíbrio de um modelo econômico simplificado, ou ainda, essa é a identidade básica da contabilidade nacional.

Neste ponto, podemos salientar os dois papéis que indivíduos e empresas desempenham dentro do sistema econômico. Os indivíduos são responsáveis pelo fornecimento de fatores de produção às empresas, e pelo consumo dos bens e serviços produzidos por elas. E as empresas são responsáveis pela geração e pagamento de renda aos indivíduos, e pela produção de bens e serviços que serão consumidos por eles.

Fluxo real e monetário

Devemos observar que o fluxo da atividade econômica, ou o fluxo circular de renda, como também é conhecido, é composto de outros dois fluxos, bem definidos, conforme ilustrado na figura 2:

- fluxo real; e
- fluxo monetário.

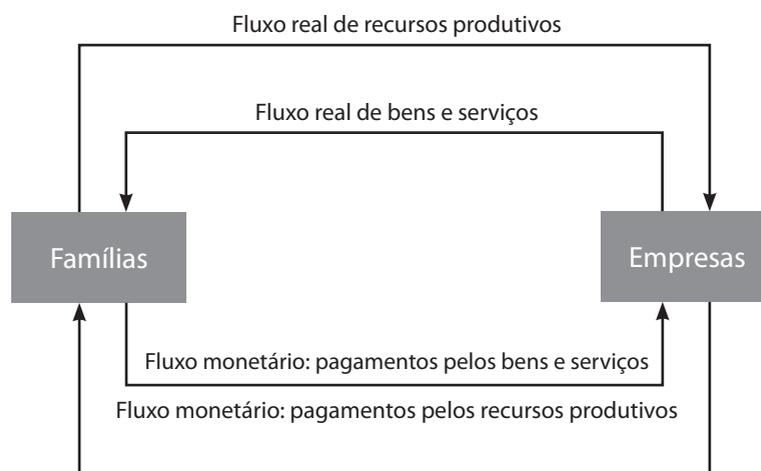


Figura 2 – Fluxo da atividade econômica.

Fluxo real

Por fluxo real entende-se o movimento dos recursos produtivos e de bens e serviços entre os diversos agentes econômicos.

Explicando um pouco melhor. As firmas contratam mão de obra, compram matérias-primas e bens de investimentos, e produzem bens que são, posteriormente, vendidos a outras firmas que transformam o produto ainda mais, até que o produto final seja vendido ao consumidor.

Durante todas essas posições, há uma constante transferência de bens e serviços entre os agentes econômicos, que representa o fluxo real da Economia.

Fluxo monetário

Como contrapartida monetária dos fluxos reais temos os fluxos monetários. Toda vez que um bem ou serviço é transferido de um agente para outro, são efetuados pagamentos em troca deles. O fluxo monetário, conseqüentemente, gira em direção contrária ao fluxo real.

A figura 2 retrata o mesmo fluxo de renda visto anteriormente. Entretanto, agora, na parte superior temos o movimento dos fatores de produção e de bens e serviços produzidos pelas empresas, que denominamos *fluxo real*.

O pagamento em moeda pela utilização desses recursos produtivos e pela aquisição dos bens e serviços denomina-se *fluxo monetário*, conforme ilustrado na parte inferior da figura 2.

Em linhas gerais, conforme estabelece Passos e Nogami (2005, p. 372), “pode-se dizer que a preocupação do estudo macroeconômico é com o que determina a magnitude desses fluxos e por que esses fluxos variam ao longo do tempo”.

O surgimento da poupança e o desequilíbrio do sistema econômico

Acabamos de ver a relação que se pode estabelecer entre indivíduos e empresas, e o papel que cada um desempenha no contexto de uma sociedade. Lembramos também que esta relação deve estar permanentemente em equilíbrio. E o que significa isso?

Suponhamos, então, segundo Nogami (2004, p. 17-24), que as empresas tenham contratado determinada quantidade de fatores de produção e que o montante a ser despendido por mês seja de \$1.000. Isso significa que os indivíduos obterão uma remuneração – ou renda – pelo fornecimento dos fatores de produção de \$1.000. De posse desse montante, o que os indivíduos farão? Irão utilizar os recursos no consumo de bens e serviços produzidos pelas empresas. Assim, se os indivíduos utilizarem toda a renda no consumo, as empresas estarão obtendo uma receita de \$1.000, o montante exato para ela pagar pelos fatores de produção, contratados junto aos indivíduos, e a serem utilizados para um novo ciclo de produção no período seguinte que, supondo-se inalterados, montarão \$1.000. Esses recursos novamente irão para os indivíduos, que os utilizarão integralmente no consumo, e assim por diante.

Note que, nesse processo, os \$1.000 circulam alimentando tanto a produção das empresas como satisfazendo as necessidades de consumo dos indivíduos. Tudo normal e ajustado, podemos afirmar que a economia está em equilíbrio e, para tanto, estamos partindo do pressuposto de que os indivíduos estão gastando toda a sua renda para satisfazer suas necessidades e desejos.

Agora, o que acontecerá com esse fluxo se um indivíduo ou um grupo de indivíduos resolver não utilizar toda a sua renda no consumo?

Retomando o exemplo numérico: imaginemos que as empresas paguem uma renda de \$1.000 aos indivíduos, e que estes, por sua vez, resolvam, por uma razão qualquer, renunciar ao consumo em \$100. Essa atitude se refletirá no faturamento das empresas, que passarão a faturar \$900 ao invés dos \$1.000. Atentem ao detalhe de que a empresa, na condição de equilíbrio, produziu e esperava vender \$1.000. O que aconteceu no âmbito da empresa? Surgiu um excedente de produção, que chamaremos de *estoque involuntário*, ou seja, um estoque de \$100, provocado por uma externalidade – no caso, uma decisão unilateral dos indivíduos em não utilizar toda a renda no consumo. Ora, se a empresa tem compromissos com a remuneração dos fatores de produção no montante de \$1.000 e fatura apenas \$900, surge um desequilíbrio financeiro. E como ela resolve esse problema?

Como não falamos de preços, governo ou setor externo, só existe uma maneira, num primeiro momento, da empresa resolver essa questão: reduzir a quantidade de fatores de produção utilizados. Essa redução, por sua vez, resultará em menos remuneração sendo paga aos indivíduos, que, conseqüentemente, terão menos renda para o consumo. Menos consumo, menos faturamento, e assim sucessivamente. Temos aqui o processo gerador, no seu fundamento, de uma espiral recessiva. E como isso não é desejável, temos que buscar outra forma de evitar esse desequilíbrio.

Fica fácil, a essa altura, prognosticar a origem do problema: a renúncia ao consumo. Então, se o problema está nos indivíduos, seria razoável imaginar os empresários saindo à rua com o objetivo de identificar os indivíduos que deixaram de utilizar toda a sua renda disponível e convencê-los a lhes emprestarem esses recursos para que eles possam reequilibrar suas contas. Assim, a relação entre empresas e indivíduos retomaria o equilíbrio. Quando os indivíduos resolvessem utilizar o montante emprestado às empresas, estas retirariam o dinheiro de seu caixa, entregando-o aos indivíduos, que, indo ao consumo, adquiririam bens e serviços que estavam sob a forma de estoque involuntário nas empresas, convertendo-os em dinheiro em seus caixas, retomando, assim, o equilíbrio do fluxo.

O mercado financeiro e a retomada do equilíbrio

Entretanto, em uma sociedade composta de incontável contingente populacional e igual número de empresas, imaginem a confusão que geraria essa incansável caçada dos empresários em busca dos indivíduos renunciadores ao consumo. É nesse contexto que podemos colocar o *mercado financeiro* como sendo o elemento com o papel primordial de atrair os recursos referentes à renúncia do consumo e transferi-los a quem necessite deles, no caso as empresas, restabelecendo o equilíbrio.

Dessa forma, o papel fundamental desempenhado por esse mercado é o de prestador de serviços, tomando emprestado de quem tem recursos sobrando e emprestando a quem necessita (figura 3). Portanto, um banco quando está emprestando dinheiro, está emprestando recursos de terceiros; a regra recomenda que ele nunca empreste seu próprio patrimônio.

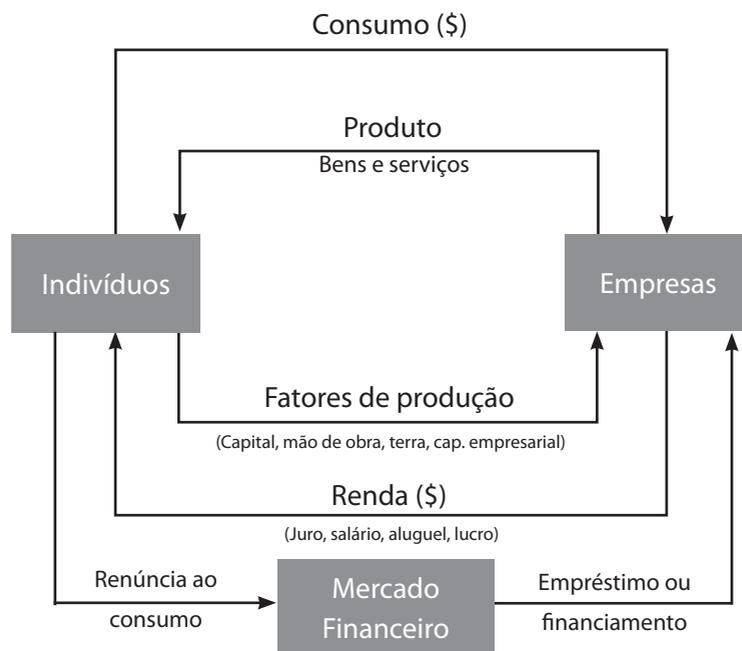


Figura 3 – Fluxo básico da Economia com Mercado Financeiro.

Apesar da importância do mercado financeiro, possibilitando a retomada do equilíbrio do modelo econômico quando as famílias resolvem poupar, ele, em tese, não contribui para o crescimento de uma economia. E o crescimento de uma economia se dá com a melhoria nas condições de produção, que assim absorverá mais fatores de produção e, em consequência, gerará mais renda para as famílias, para que elas possam consumir mais a produção das empresas.

E como fazer isso?

Os investimentos e o seu impacto sobre a economia

No item anterior, após a retomada do equilíbrio, verificamos que de um lado os indivíduos eram possuidores de recursos excedentes, que a partir de agora chamaremos de *poupança*, e de outro as empresas simplesmente como tomadoras de empréstimos.

Segundo a teoria econômica, a poupança formada no âmbito das famílias ou indivíduos é o elemento-chave para promover o processo de crescimento

e desenvolvimento de uma economia, ou seja, o elemento que, a longo prazo, irá proporcionar mais bem-estar para a sociedade, o que, via de regra, é representado pelo incremento da renda dos indivíduos, implicando em poder consumir mais e assim satisfazer melhor sua “caixa de desejos”. E como fazer uma economia crescer?

Imaginemos agora que, em vez de os indivíduos colocarem sua poupança no mercado financeiro, eles decidam direcionar esses recursos às empresas na forma de fatores de produção, como capital, e esperem a remuneração do capital para um período mais distante.

Desse modo podemos concluir que, se a poupança dos indivíduos for utilizada sob a forma de um fator de produção, situação que passaremos a denominar *investimento*, eles se beneficiarão com o aumento no montante da renda que será pago, o que implica em mais consumo e, conseqüentemente, melhoria no seu nível de satisfação, bem como em um aumento da produção. Ao contrário do empréstimo que remunera as famílias, mas não propicia o aumento da capacidade produtiva, o que poderá desequilibrar o modelo a longo prazo.

O papel econômico do governo

O governo é a instância máxima de administração executiva, geralmente reconhecida como a liderança de um Estado ou uma nação. O papel que um governo desempenha é, na sua essência, zelar pelo bem-estar, da mesma maneira como o chefe de uma unidade familiar, ou o síndico de um condomínio.

Na realidade, o governo representa um papel cada vez maior nas economias modernas. Isso está refletido no aumento quantitativo das despesas governamentais, na redistribuição da renda pelo Estado, e na direta regulamentação da atividade econômica.

No exercício de sua responsabilidade, portanto, o governo, a nível federal, estadual e municipal, realiza dispêndios, que denominamos *gastos do governo*. As despesas governamentais em bens e serviços também são um importante componente da demanda agregada da economia, conforme ilustra a figura 4.

Esses dispêndios são de três naturezas: dispêndios com custeio (manutenção da máquina do Estado), investimentos (especialmente em infraestrutura como educação, saúde, segurança e transporte) e transferências (pensões, aposentadorias e subsídios).

Mas para que o governo possa realizar estes gastos, ele também necessita de recursos financeiros. E esses recursos virão da tributação imposta sobre a renda das pessoas, sobre a atividade produtiva e a circulação de mercadorias.

Em tese, o governo deverá gastar, no máximo, o que ele arrecada de tributos. Deve-se observar também que, além da maior participação direta do governo na produção nacional, tem havido uma enorme expansão em suas leis e em seus decretos que regulam as mais diferentes atividades econômicas.

O papel do setor externo

Nos dias de hoje existe uma interdependência cada vez mais crescente entre os países. Nenhuma economia é autossuficiente em recursos produtivos ou na produção de bens e serviços, conforme nos mostra a figura 4.

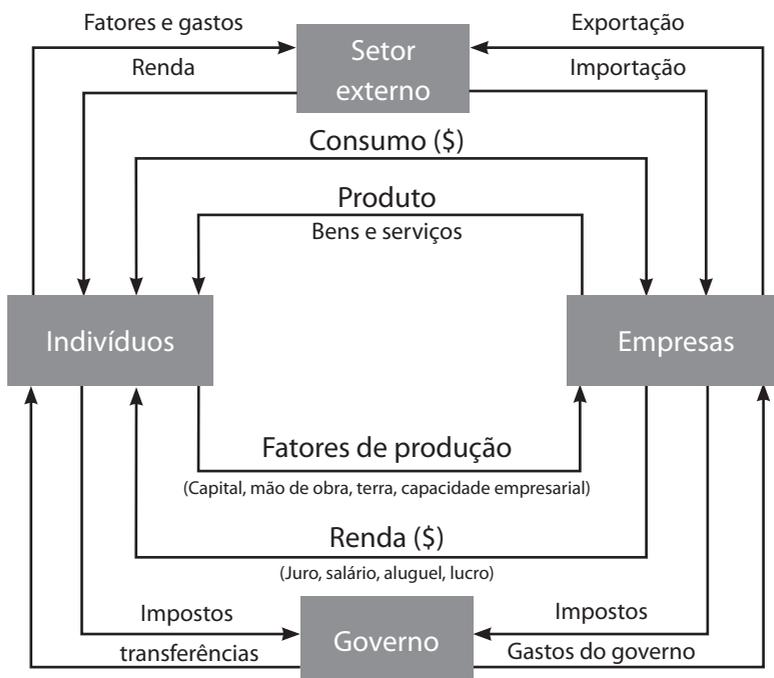


Figura 4 – Fluxo básico da Economia com o setor externo.

Esse intercâmbio de bens e serviços entre países é resultante de suas especializações na divisão internacional do trabalho. Seu desenvolvimento depende basicamente do nível dos termos de intercâmbio, ou relações de troca, que se obtém comparando o poder aquisitivo de dois países que mantenham comércio entre si.

Se assim não fosse, por exemplo, um morador da Ucrânia não poderia comer um *Big Mac*, cuja composição e origem dos insumos é ilustrado no quadro 1.

Quadro 1 – Composição e origem dos insumos do Big Mac na Ucrânia

Matéria-prima	País de origem do insumo
Gergelim	México
Picles	Alemanha
Molho especial	Alemanha
Pão	Rússia
Cebola	Estados Unidos
Hambúrguer	Hungria
Queijo	Polônia
Alface	Ucrânia

É por estas características que observamos, não só nos dias de hoje, fluxos migratórios, fluxos de comércio e fluxo de capitais estrangeiros, aportando nas mais diferentes economias mundo afora. Só que esse comportamento moderno pode afetar as economias, domesticamente, criando o desequilíbrio entre as nações.

Ampliando seus conhecimentos

Raciocinando com teorias e modelos

(PASSOS; NOGAMI, 2005, p. 7-9)

Teorias e modelos

Como qualquer outra ciência, a Economia preocupa-se com a previsão e a explicação de fenômenos. Para tanto, utiliza-se de teorias.

E o que significa construir teorias?

Em Economia, construir teorias significa extrair conhecimentos sobre o funcionamento do sistema econômico.

Uma teoria pode ser apresentada sob a forma de um modelo. Um modelo é a representação simplificada da realidade ou das principais características de uma teoria. Ele é composto por um conjunto de relações que podem ser expressas na forma de palavras, diagramas, tabelas de dados, gráficos, equações matemáticas ou qualquer combinação desses elementos, o que possibilita a simulação de fenômenos, observados empiricamente ou não.

Imaginemos, como exemplo, um guia com mapas da cidade de São Paulo. De certa forma, esse guia nada mais é do que um modelo, e é útil porque simplifica. Ele nos mostra as ruas da cidade, o sentido do tráfego, as linhas de ônibus, por onde tais ônibus circulam etc., ir de um ponto a outro da cidade, podendo, inclusive, prever o tempo necessário para efetuar seus deslocamentos. Esse guia (ou modelo), entretanto, não mostra determinados aspectos da cidade, porque a maneira pela qual foi desenhado, omitindo certos detalhes, faz que ele ganhe clareza em função da finalidade para a qual foi produzido, que é a de orientar pessoas em seus deslocamentos pela cidade. Se mostrasse cada prédio, cada casa, cada semáforo existente, haveria uma confusão que tornaria incompreensíveis os detalhes, e o guia seria inútil.

Um modelo é mais fácil de manipular do que a realidade representada por ele, uma vez que apenas as características relevantes ou as propriedades importantes da realidade são nele retratadas. Em outras palavras, uma teoria¹, ou um modelo, denota, aproximadamente, e não exatamente, os fatos observados, uma vez que é uma simplificação da realidade.

Etapas na construção de uma teoria

O procedimento para se construir e testar teorias usado em trabalhos científicos é o mesmo, quer a disciplina seja Biologia, quer seja Sociologia ou Economia. Apresentamos, a seguir, um resumo do processo de construção de teorias.

¹ Usaremos a palavra teoria como sinônimo de modelo.

- Decidir sobre o que se deseja explicar ou prever.

Por exemplo, pode-se querer explicar ou prever a relação existente entre taxas de juros e nível de emprego.

- Identificar as variáveis que se acredita serem importantes para aquilo que se deseja explicar ou prever.

Variáveis são magnitudes que podem mudar. Exemplificando: o preço é uma variável. Assim, uma mercadoria pode custar \$5,00 em um determinado dia e \$8,00 na semana seguinte. Desse modo, se algum economista deseja explicar ou prever o comportamento dos consumidores em suas compras, deve construir sua teoria levando em consideração o comportamento da variável preço.

- Especificação das suposições da teoria.

A suposição é o elemento decisivo da teoria. Ela é uma declaração que se supõe ser verdadeira. A suposição é diferente, por exemplo, de um fato. Para um fato não existe dúvida. Exemplificando: é fato que você está lendo este livro neste momento. Com as suposições, sempre resta um espaço para se ter dúvida. Um economista pode fazer a suposição de que os proprietários de negócios têm somente um objetivo: ganhar o maior lucro possível. Entretanto, isso pode não ser verdade, uma vez que os donos de empresas podem não ser motivados apenas pelo lucro.

- Especificação das hipóteses.

Uma hipótese é uma declaração condicional especificando como duas variáveis estão relacionadas. Geralmente, uma hipótese segue a forma “se – então”. Exemplificando: se um indivíduo tem um aumento salarial, então ele tem uma grande probabilidade de gastar parte do aumento da renda na compra de bens de consumo.

- Testar a teoria comparando as previsões contra os acontecimentos do mundo real.

Suponha que a teoria de um economista faça a previsão de que, se as taxas de juros subirem, haverá diminuição no consumo da economia. Para testar essa teoria, devemos observar os dados de consumo para ver se as evidências dão sustentação à teoria que produziu aquela previsão.

- Se a evidência dá sustentação à teoria, então nenhuma ação adicional é necessária.

Suponha que uma teoria faça a previsão de que se a taxa de juros diminuir, deverá haver aumento nas despesas de consumo da economia. Se a taxa de juros diminuir e as despesas de consumo aumentarem, então as evidências dão sustentação à teoria.

- Se as evidências não dão sustentação à teoria, então a teoria é rejeitada. Nesse caso, uma nova teoria deve ser formulada.

Economia positiva e economia normativa

Os “argumentos” que compõem a teoria econômica classificam-se em “positivos” e “normativos”.

Os argumentos positivos procuram entender e explicar os fenômenos econômicos como eles realmente são; assim, qualquer rejeição a esses argumentos pode ser confrontada com a realidade. Vejamos, então, um exemplo:

“São Paulo é o primeiro Estado na produção industrial brasileira.”

Assim, se duas pessoas discordarem em relação a essa questão, devem estar em condições de dirimir a divergência diante dos fatos.

Os argumentos normativos, por sua vez, dizem respeito ao que “deveria ser”. Os argumentos normativos são pontos de vista influenciados por fatores filosóficos, sociais e culturais; dependem de nossos julgamentos a respeito do que é certo e do que é errado, do que é bom e do que é ruim. Por envolverem “juízos de valor” sobre o que deve ser, tais argumentos não podem ser confrontados com os fatos objetivos da realidade. Vejamos, então, um exemplo:

“O combate ao desemprego deveria ser uma prioridade em relação ao combate à inflação.”

Assim, se duas pessoas estiverem discutindo sobre desemprego e inflação, pode ser que, dependendo do que cada uma pensa em relação ao assunto, não se consiga chegar a um acordo sobre ele.

Quanto à *análise econômica* propriamente dita, a *análise econômica positiva* tem por objetivo maior a compreensão e a previsão dos fenômenos econômicos do mundo real, sem que haja qualquer intenção de julgar essa realidade, ou de alterar o curso dos acontecimentos. Uma questão de natureza positiva seria, por exemplo:

– Qual deverá ser o aumento no preço dos automóveis populares caso o governo aumente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) desse tipo de veículo em 10%?

Já a *análise econômica normativa* preocupa-se em compreender e prever a realidade, questionando se algo é moralmente bom ou não. Uma questão de natureza normativa seria, por exemplo:

– Deve-se elevar o IPI dos automóveis populares?

Na prática, a análise econômica positiva e a análise econômica normativa estão intimamente relacionadas. O economista dificilmente consegue adotar uma atitude exclusivamente positiva desvinculando-se de sua realidade social, econômica, cultural e política. Por outro lado, jamais conseguirá construir uma teoria econômica normativa sem os conhecimentos da economia positiva.

Atividades de aplicação

1. O que se entende por fluxo real?
2. O que o fluxo circular da atividade econômica nos mostra?
3. Por que em uma economia fechada, em que não há poupança, o fluxo de produção é igual ao fluxo de despesa?
4. O que se entende por fluxo de renda?
5. Por que podemos afirmar que $PN = DN = RN$ é a identidade básica da contabilidade nacional?

Referências

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOGAMI, Otto. **Não Seja o Pato do Mercado Financeiro**: as aventuras do pato rico. São Paulo: Avercamp, 2004.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

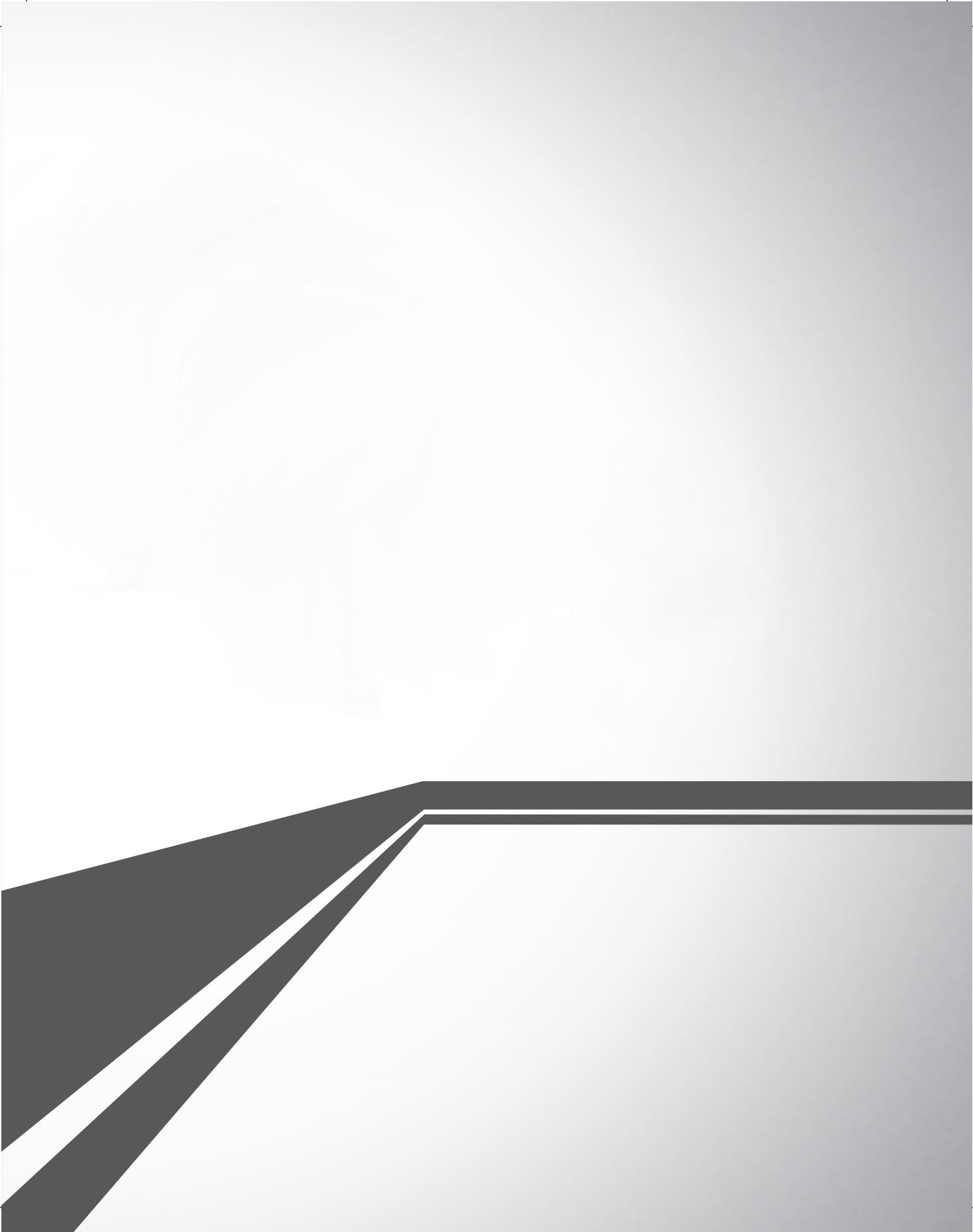
SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

Gabarito

1. O fluxo real é a constante transferência de recursos produtivos e de bens e serviços entre os diversos agentes econômicos, como firmas, famílias e governo.
2. O fluxo circular da atividade econômica mostra de forma simplificada a maneira pela qual indivíduos, empresas e governo interagem na economia. Cada um na busca de atingir objetivos específicos, de acordo com o papel desempenhado no contexto da sociedade.
3. Nesse caso de economia hipotética, toda a renda das famílias é destinada ao consumo, e esse consumo corresponde ao total de despesas efetuadas na aquisição de bens e serviços produzidos.
4. É o fluxo de remuneração dos fatores de produção, pois a remuneração dos fatores, por exemplo, trabalho e capital é respectivamente salário e juro. Em suma, o fluxo de pagamentos é a constante transferência de renda entre os agentes econômicos.
5. É possível afirmar que o produto nacional é uma identidade contábil da despesa nacional e da renda nacional pelo simples fato de apresentar uma contrapartida contábil (para todo débito há um crédito), ou seja, toda despesa (consumo) corresponde a um crédito para produção e um débito para a renda.

Os indivíduos são responsáveis pelo fornecimento de fatores de produção às empresas e pelo consumo de bens e serviços produzidos por elas. As empresas são responsáveis pela geração e pagamento de renda aos indivíduos e pela produção de bens e serviços que serão consumidos por eles.

Sendo assim, o montante de consumo (despesa) equivale ao quanto as empresas produziram (produto) e ao pagamento dos fatores utilizados na produção (renda).



■ Política econômica

Com base no que foi visto no capítulo anterior, o *fluxo circular da atividade econômica* apresenta a relação básica de funcionamento de uma economia. E é com base nele que vamos falar um pouco sobre *política econômica*.

Antes de mais nada temos que ter a consciência de que o sistema econômico, por mais simples que seja, não é apenas uma economia de preços, mas sim uma economia na qual elementos de controle governamental se misturam aos elementos de mercado na organização da produção e do consumo.

As democracias, nos dias de hoje, não estão satisfeitas com as respostas ao *o quê, como e para quem* produzir dadas por um sistema de mercado completamente livre. Um sistema desses poderia justificar que pessoas passam fome por falta de renda e que outras recebem rendas inadequadas ou excessivas.

Em consequência, a coletividade, por intermédio de seus governos, intervém com gastos que suplementam a renda real ou monetária de alguns indivíduos. Assim, o governo oferece atendimento médico gratuito para alguns de seus cidadãos e concede aos mais necessitados pensões em épocas de desemprego ou na velhice.

Mais do que isso, segundo Samuelson (1975, p. 52)

[...] o governo proporciona certos serviços públicos indispensáveis, sem os quais não se poderia pensar em vida comunitária e que, pela sua natureza, não podem ser deixados de modo apropriado por conta das empresas privadas.

Desta forma, o papel que a política econômica assume dentro de uma sociedade não se restringe aos aspectos meramente econômicos, mas à manutenção do sistema de defesa nacional, da lei e da ordem internas, e a administração da justiça e dos contratos.

Qualquer anomalia no movimento dessa economia se fará sentir através de desequilíbrios das mais diferentes naturezas:

- elevação generalizada dos preços, que nós chamamos de inflação;
- desvalorização da nossa moeda, que nós denominamos alta da taxa de câmbio, ou ainda;
- elevação da taxa de juros, que pode ser reflexo de uma falta de moeda em circulação na economia.

Desses movimentos podemos identificar as mais diferentes políticas, de cunho econômico, que são utilizadas para corrigir estas anomalias. Na verdade, esses movimentos de preços, câmbio e juros podem ser considerados como sendo os termômetros da atividade econômica.

Qualquer anomalia no funcionamento da economia se fará sentir através dessas variáveis, que levarão o governo a adotar medidas preventivas ou corretivas na condução da economia.

Política fiscal

O que entendemos por política fiscal?

Política fiscal refere-se, segundo Passos e Nogami (2005, p. 436), à ação do governo na execução do seu orçamento, ou seja, a sua ação com relação aos seus gastos e receitas. De acordo com Sandroni (1999, p. 243-244), “corresponde à ação do Estado quanto aos gastos públicos e à obtenção da receita pública”.

Na essência, podemos dizer que a política fiscal nada mais é do que a manipulação dos tributos e dos gastos do governo para regular a atividade econômica. Ela é usada para corrigir ou neutralizar as tendências à depressão e à elevação generalizada dos preços.

A atuação do governo, em sua política fiscal, ampliou-se de acordo com o crescimento do papel do Estado e do setor público na demanda efetiva de bens e serviços, uma vez que a atividade fiscal afeta o poder aquisitivo dos diferentes segmentos da Economia e da sociedade, bem como os tipos de bens e serviços que serão produzidos e consumidos pela população.

Assim, quando se constata uma componente recessiva na economia, ou seja, quando se observa um consumo da sociedade menor que a produção do país, com a formação excessiva de estoques, que, em última instância pode resultar em desemprego, o governo executa uma *política fiscal expansionista*.

As medidas nesse caso seriam:

- aumento dos gastos públicos;
- diminuição da carga tributária, o que estimula o aumento do consumo e dos investimentos;
- estímulo às exportações; e
- criação de tarifas e barreiras ao produto importado.

Por outro lado, se o consumo da sociedade for maior que a capacidade de produção do país, em que estoques desaparecem e há uma elevação generalizada dos preços, o governo poderá adotar uma *política fiscal restritiva*.

Essa política se faz através da:

- diminuição dos gastos públicos;
- elevação da carga tributária sobre os bens de consumo, desencorajando os gastos;
- elevação das importações, através da redução de tarifas e barreiras; e
- eliminação ou redução de tarifas e barreiras ao produto importado.

É desejável em toda e qualquer economia que o volume de dispêndios do governo se limite à arrecadação. Se o governo gastar menos que a sua arrecadação, ele estará em uma situação denominada superávit fiscal. Se ele estiver gastando mais do que arrecada, o governo estará numa situação de *deficit* fiscal. A maioria dos países, mesmo os mais desenvolvidos, apresentam essa característica deficitária.

Se os gastos do governo se equipararem à arrecadação, dizemos que o governo está em situação de equilíbrio fiscal.

Importante observar que relacionado a esta questão também estão outros conceitos importantes de política fiscal. É a noção, por exemplo, de *resultado primário*. Entende-se por resultado primário o saldo obtido tomando-se a arrecadação e dela subtraindo-se os dispêndios em custeio, investimentos e transferências.

Esse saldo poderá ser positivo, negativo ou igual a zero. Se for positivo dizemos que o governo obteve um superávit primário; se for negativo, um *deficit* primário; e se for igual a zero, um equilíbrio fiscal primário, conforme

podemos observar na equação apresentada a seguir. Se do saldo subtrairmos os juros pagos da dívida interna temos o chamado *resultado nominal*, que também poderá ser positivo, negativo ou igual a zero.

Arrecadação
(-) Custeio
(-) Investimentos públicos
(-) Transferências
(=) Resultado primário
(-) Juros da dívida interna
(=) Resultado nominal

Se o resultado for positivo, dizemos que o governo obteve um *superávit nominal*. Se for negativo dizemos que ele obteve um *deficit nominal*. Se for igual a zero dizemos que ele obteve um *equilíbrio fiscal nominal*.

É desejável, portanto, que os governos possam obter, sempre, superávits em ambos os conceitos, pois situações deficitárias exigem o financiamento desse *deficit*, o que irá gerar desequilíbrios na atividade econômica do país.

Em geral, ao gastar seu dinheiro, o governo se comporta exatamente como qualquer outro gastador. Conforme descreve Samuelson (1975, p. 52-53):

Ao depositar um número suficiente de notas em forma de dólares em determinadas direções, ele faz com que os recursos se dirijam para lá. O sistema de preços funciona, então, em grande parte, como se as necessidades fossem privadas e não públicas.

Na verdade, a maior parte dos gastos governamentais é paga com impostos e taxas que foram arrecadados. É neste ponto que entra um importante elemento de coerção. É fato que a coletividade, como um todo, impõe sobre si mesma a carga da tributação. Também é fato que cada cidadão participa dos benefícios coletivos do governo. Não há, porém, a mesma conexão íntima entre benefícios e pagamentos de impostos que se dá quando o indivíduo põe moedas em uma máquina automática de refrigerantes ou faz uma compra comum. Nós não precisamos consumir determinada marca de refrigerantes, comprar tapetes persas, ou preferir ovos estrelados, mas somos obrigados a pagar a nossa parte dos impostos utilizados para financiar as diversas atividades do governo.

Em linhas gerais podemos destacar que os objetivos buscados pelo governo através da política fiscal são:

- sistema de preços adequados, tendo em vista que as atividades que se deseja estimular, bem como seu volume, são determinadas em grande parte pelos preços;
- nível de consumo conveniente;
- nível de emprego desejável;
- distribuição da renda, objetivo fundamental que relaciona de imediato a política fiscal e a questão do poder político da sociedade – seja porque a eficiência de uma economia está em grande parte determinada pela forma como é dividida a riqueza criada, seja porque afeta diretamente os preços, a quantidade de consumo e o volume e a estabilidade do emprego.

Política cambial

A política cambial também pode ser denominada política externa, pois reflete o que ocorre em uma economia nas suas relações com o resto do mundo. Aliás, aqui, cabe ressaltar a especificidade de alguns termos.

Em política externa, quando nos referimos a tudo o que diz respeito à parte doméstica, costumamos utilizar o termo *residentes*. Quando nos referimos aos agentes econômicos do resto do mundo, utilizamos o termo *não residentes*.

Podemos dizer que a política cambial baseia-se na administração da taxa de câmbio e no controle de operações cambiais. Apesar de estar indiretamente ligada à política monetária, destaca-se desta por atuar mais diretamente sobre todas as variáveis relacionadas às transações econômicas com o mundo exterior.

O reflexo mais direto da política cambial é a própria taxa de câmbio, que é a medida pela qual a moeda de um país pode ser convertida em moeda de outro país, ou seja, é o preço de uma moeda em termos de outra.

A taxa de câmbio refletirá, portanto, a relação existente entre a entrada e a saída de mercadorias, serviços, renda dos fatores de produção e capital, produtivo ou financeiro. À medida que temos uma entrada maior que a saída de moedas estrangeiras, resultado das mais diferentes transações internacionais realizadas pelos residentes com os não residentes, teremos uma

desvalorização da moeda estrangeira, ou seja, a moeda nacional se apreciará frente à moeda estrangeira.

Se ocorrer o contrário, ou seja, uma saída maior de divisas estrangeiras do que entradas, a moeda estrangeira se valorizará. Em outras palavras, a moeda nacional se depreciará ou se desvalorizará. Podemos concluir, portanto, que a política cambial é o instrumento de relações comerciais e financeiras entre um país e o conjunto dos demais países.

Reflete, em última instância, as relações políticas vigentes entre os países, com base no desenvolvimento econômico alcançado por eles. Por exemplo: em dado momento, pode ser importante a um país adquirir certas máquinas e equipamentos no exterior, necessários ao crescimento de seu setor industrial. Para tanto, o governo pode manter o câmbio artificialmente valorizado, tornando o custo dessas máquinas e equipamentos mais baixo, em moeda nacional. Em contrapartida, ocorreria o encarecimento dos produtos nacionais para os importadores localizados em outros países.

A política cambial pode utilizar ainda uma série de mecanismos para evitar a evasão de divisas e contribuir para o equilíbrio do balanço de pagamentos, como a fixação de taxas múltiplas de câmbio (câmbio turismo, câmbio comercial, câmbio financeiro etc.).

A política cambial pode ainda lançar mão de medidas que favoreçam algum setor da economia, como manter a moeda nacional artificialmente desvalorizada para estimular as exportações.

Existem outras medidas de política cambial comumente utilizadas, às vezes acopladas a mecanismos de política econômica que possibilitem compensar os efeitos indesejáveis à economia do país.

Política monetária

A política monetária pode ser definida como o conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, de forma a assegurar a liquidez ideal da economia do país.

A execução da política monetária, em última instância, tem como objetivo, por meio do controle da quantidade de moeda que está em circulação na economia, a elevação do nível de emprego; a estabilidade dos preços; uma taxa de câmbio realista; e uma adequada taxa de crescimento econômico.

Os principais instrumentos de política monetária são, de acordo com Passos e Nogami (2005, p. 481- 482):

- controle direto da quantidade de moeda em circulação – relaciona-se diretamente com a questão da emissão de dinheiro e sua circulação por intermédio das autoridades monetárias. Normalmente, a emissão de moeda se destina a financiamento de *deficits* orçamentários do governo, à concessão de empréstimos de liquidez às instituições bancárias e à realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira;
- operações no mercado aberto – as operações de mercado aberto consistem na compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central, objetivando regular os fluxos gerais de liquidez da economia. Quando há excesso de oferta monetária, o Banco Central realiza operações de compra e venda de títulos públicos. Reduz-se, dessa forma, a quantidade de dinheiro em poder do público e dos bancos, contraindo-se, portanto, os meios de pagamentos. Caso a oferta monetária seja insuficiente, o Banco Central entra no mercado de títulos da dívida pública, realizando operações de compra desses títulos. Ao comprar títulos ele injeta dinheiro no sistema, provocando, então, uma expansão dos meios de pagamentos;
- fixação da taxa de reserva ou taxa do depósito compulsório – outro instrumento utilizado pelo governo para controlar a oferta de dinheiro é atuando diretamente sobre os bancos. Essas reservas, também conhecidas como depósitos compulsórios, são mantidas pelas instituições bancárias junto ao Banco Central, em uma proporção dos depósitos à vista mantidos pelos bancos. Esse instrumento atua diretamente sobre o nível de reservas dos bancos comerciais. A elevação na taxa de reserva provocará diminuição dos meios de pagamentos, uma vez que reduz as disponibilidades dos bancos para empréstimos. Inversamente, se o Banco Central reduz a taxa de reserva, as disponibilidades para empréstimo aumentam, provocando uma elevação dos meios de pagamentos;
- fixação da taxa de redesconto – o redesconto é um empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa de juros cobrada sobre esses empréstimos é chamada *taxa de redesconto*. Uma elevação na taxa de redescon-

to induzirá os bancos comerciais a aumentar suas reservas voluntárias. Assim, eles evitam incorrer em altos custos financeiros decorrentes de dificuldades momentâneas de caixa. Um aumento nas taxas bancárias faz com que o montante de empréstimos concedidos pelos bancos comerciais diminua, reduzindo os meios de pagamentos. Claro está que uma redução na taxa de desconto induzirá à redução das reservas bancárias e à expansão dos meios de pagamentos;

- controles seletivos de crédito – as autoridades monetárias geralmente possuem poderes para controlar, de forma direta, o nível de dado ativo ou os termos em que os bancos emprestam. As autoridades monetárias têm condições de controlar o volume e a distribuição das linhas de crédito, impor um certo teto às taxas de juros e orientar a finalidade na concessão dos mesmos, determinando prazos, limites e condições.

Além desses instrumentos, o Banco Central utiliza sua autoridade moral e reputação para induzir os bancos a adotarem, voluntariamente, o comportamento considerado apropriado às circunstâncias particulares.

Efeitos da política monetária

As ações de política monetária adotadas pelo governo atingem o setor real da Economia por intermédio das seguintes variáveis de cunho financeiro:

- taxa de juros;
- custo e disponibilidade de crédito;
- expectativa acerca de futuras taxas de juros; e
- riqueza privada.

Portanto, a política monetária nada mais é que o conjunto de medidas adotadas pelo governo, visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país.

Essa adequação geralmente ocorre por meio de uma ação reguladora, exercida pelo governo sobre os recursos monetários que circulam na economia, de tal maneira que estes estejam plenamente utilizados e tenham um emprego o mais eficiente quanto possível.

Na maior parte dos países, o principal órgão executor da política monetária é o Banco Central, instituição do governo ou dele dependente, encarregada da emissão de moeda, da regulação do crédito, da manutenção do padrão monetário e do controle de câmbio. De maneira geral, esse órgão põe ao alcance dos bancos os mesmos serviços que eles prestam a seus clientes.

A política monetária pode, como vimos, recorrer a diversas técnicas de intervenção, controlando a taxa de juros por meio da fixação das taxas de redesconto cobradas dos títulos apresentados pelos bancos, regulando as operações de mercado aberto (*open market*) ou impondo aos bancos o sistema de reservas obrigatórias (depósitos compulsórios), para garantir a liquidez do sistema bancário.

Em relação ao crédito, podem ser adotadas medidas restritivas ou práticas seletivas. As primeiras geralmente ocorrem em períodos de elevada inflação ou crise no balanço de pagamentos e consistem na fixação dos limites de crédito bancário e na redução dos prazos de pagamento dos empréstimos. As práticas seletivas, por sua vez, visam, sobretudo, direcionar o crédito para as atividades mais rentáveis e produtivas da economia.

No Brasil e em outros países, a política monetária constitui atualmente um instrumento de combate aos surtos inflacionários. Sua maior eficácia em relação às outras políticas econômicas se deve à flexibilidade com que ela pode ser aplicada, e pelo conjunto de medidas práticas à disposição das autoridades, sem que se tenha a necessidade de submetê-las ao legislativo.

Convém ressaltar, nas palavras de Sandroni (1999, p. 478), que, no entanto,

[...] essa autonomia monetarista, se levada ao extremo, pode ocasionar graves distorções e resultados muitas vezes desastrosos. É o que afirmam, num polo do pensamento econômico, os defensores das reformas estruturais, para agilizar a economia; e, no outro polo, os partidários da escola de Chicago, para quem a regulação da atividade econômica deve ser exercida pelo rígido controle do crescimento da massa monetária, que deveria aumentar em conformidade com uma taxa previamente determinada ou limitada a uma estreita faixa de variação.

Política econômica

Entende-se por política econômica o conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país, com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

O alcance e o conteúdo de uma política econômica variam de um país para outro, dependendo do grau de diversificação de sua economia, da natureza do regime social etc. Em linhas gerais, podemos dizer que a política econômica nada mais é que a junção das três políticas já mencionadas: fiscal, cambial e monetária.

Cada uma dessas políticas, atuando em setores específicos da economia, no agregado, resulta na:

- estabilização da economia;
- crescimento da economia; e
- melhor distribuição da renda.

Na prática, vamos acabar notando que as ferramentas utilizadas em cada uma dessas políticas representam o termômetro da atividade econômica do país.

Portanto ressaltamos, que a política econômica representa o conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país, com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Embora dirigidas ao campo da economia, essas medidas obedecem também a critérios de ordem política e social – na medida em que determinam, por exemplo, quais segmentos da sociedade se beneficiarão com as diretrizes econômicas emanadas pelo Estado.

O alcance e o conteúdo de uma política econômica variam de um país para outro, dependendo do grau de diversificação de sua economia, da natureza do regime social, do nível de atuação dos grupos de pressão (partidos, sindicatos, associações de classe e movimentos de opinião pública).

Em suma, a política econômica depende da própria visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade.

Ampliando seus conhecimentos

Friedman, monetarismo e desenvolvimento

Dionísio Dias Carneiro

Milton Friedman foi um ícone no debate macroeconômico dos anos 1960. Minha geração de economistas brasileiros se dividia entre os que buscavam na racionalidade econômica a base para a política econômica e os que se satisfaziam com as respostas prontas que a divisão ideológica sacramentada pela Guerra Fria recomendava. O pensamento macroeconômico dominante baseava-se numa grande ilusão e numa suspeita infundada. A primeira era que o keynesianismo havia controlado, de forma indolor, o ciclo econômico: bastavam os gastos públicos. A segunda era que as instituições capitalistas não eram adequadas para superar o atraso e a pobreza nos países retardatários.

A teoria quantitativa da moeda só era ensinada a sério em Chicago, na London School, com vertentes especiais em outras universidades, como Carnegie Mellon. Em outros centros, alguns mais curiosos se debruçavam sobre a reformulação feita por Friedman, em 1956, e decifravam seu maravilhoso verbete na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais. Impossível exagerar a importância de sua síntese de Keynes e Frank Knight.

Não bastou a evidência histórica avassaladora descrita na monumental História Monetária dos Estados Unidos de que o Federal Reserve Department (FED) – Banco Central dos EUA – agravara a Grande Depressão: suas críticas aos bancos centrais, que ignoravam as defasagens entre as decisões e seus efeitos, não se converteram em prescrição aceita. Para Friedman, mirar nos juros fixando o preço diário das reservas bancárias não garantia o controle da inflação porque esta depende da oferta de moeda, que pode crescer mesmo

com juros em elevação. Os juros são o preço do crédito, enquanto a inflação esperada determina a quantidade de moeda desejada.

Em 1968, Friedman feriu de morte o keynesianismo prático, representado pela curva de Phillips, como cardápio ilusório de inflação e desemprego à disposição dos governantes. Ao mesmo tempo, Edward Phelps (laureado com o Nobel em 2006) mostrou os limites da política monetária, com o teorema de que o governo só pode determinar o nível de produto sem afetar a inflação enquanto o público estiver convencido de que a inflação não será alterada, o que é irracional quando a alta de preços desmente expectativas.

A revolução das expectativas e a inflação dos anos 1970 desmoralizaram o cardápio de Phillips.

Milton Friedman fincou-se nos princípios da teoria monetária da renda nominal, consequência da coerência dos consumidores, trabalhadores, poupadores e empresas no mercado, e sublinhou a distinção entre efeitos temporários e permanentes da atuação do Estado numa economia de mercado. Mas as lições práticas só ocorreram ao final da década, quando Thatcher e Reagan apoiaram seus bancos centrais contra as críticas baseadas nos danos colaterais causados pelos juros elevados: a estabilidade de preços se tornou o único objetivo possível para a política monetária. O câmbio flutuante, defendido desde os anos 1950, potencializou a ação dos juros sobre a inflação e legitimou a teoria monetária como fonte das diretrizes dos bancos centrais em todo o mundo. Como costuma acontecer, a vitória não consagrou o monetarismo *stricto sensu* de Friedman, mas a defesa de regras contra o poder discricionário. Friedman defendia regras para o crescimento de um agregado, enquanto seus adversários defendiam a flexibilidade, por causa do que, mais tarde, ficou conhecido por Lei de (Charles) Goodhart: o agregado escolhido torna-se instável e inútil como alvo. O debate foi enriquecido por uma regularidade empírica entre juros, inflação e nível de atividade, descoberta por John Taylor. Independentemente do que os bancos centrais anunciem, na prática, respondem à inflação e aos desvios do nível de atividade com variações nos juros. Nos anos 1990, a Lei de Taylor se transformou numa “regra de política”, síntese entre a crença de Friedman no papel estabilizador das regras claras e o uso, que condenou, da taxa de juros como instrumento de política, consagrada nas metas de inflação. Poucos economistas merecem tantas homenagens pela relevância de suas ideias para a construção de uma sociedade próspera, apesar de não ter sido um especialista em desenvolvimento. Por quê? Por sua

defesa intransigente da superioridade da flexibilidade dos mercados livres e caóticos numa sociedade aberta, sobre a sabedoria dos burocratas iluminados que se dedicam a promover a felicidade coletiva por eles definida?

Dionísio Dias Carneiro, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, é diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe/CDG).

Atividades de aplicação

1. De que forma as autoridades monetárias podem interferir no nível de despesas de consumo das famílias?
2. De que forma as autoridades monetárias podem estimular o nível de investimentos das empresas?
3. Quais os principais instrumentos de política monetária no Brasil?
4. Aponte dois objetivos da política fiscal.
5. Quais os três objetivos da política econômica?

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARNEIRO, O. A. Dias. **Movimentos Internacionais de Capital e Desenvolvimento Econômico**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

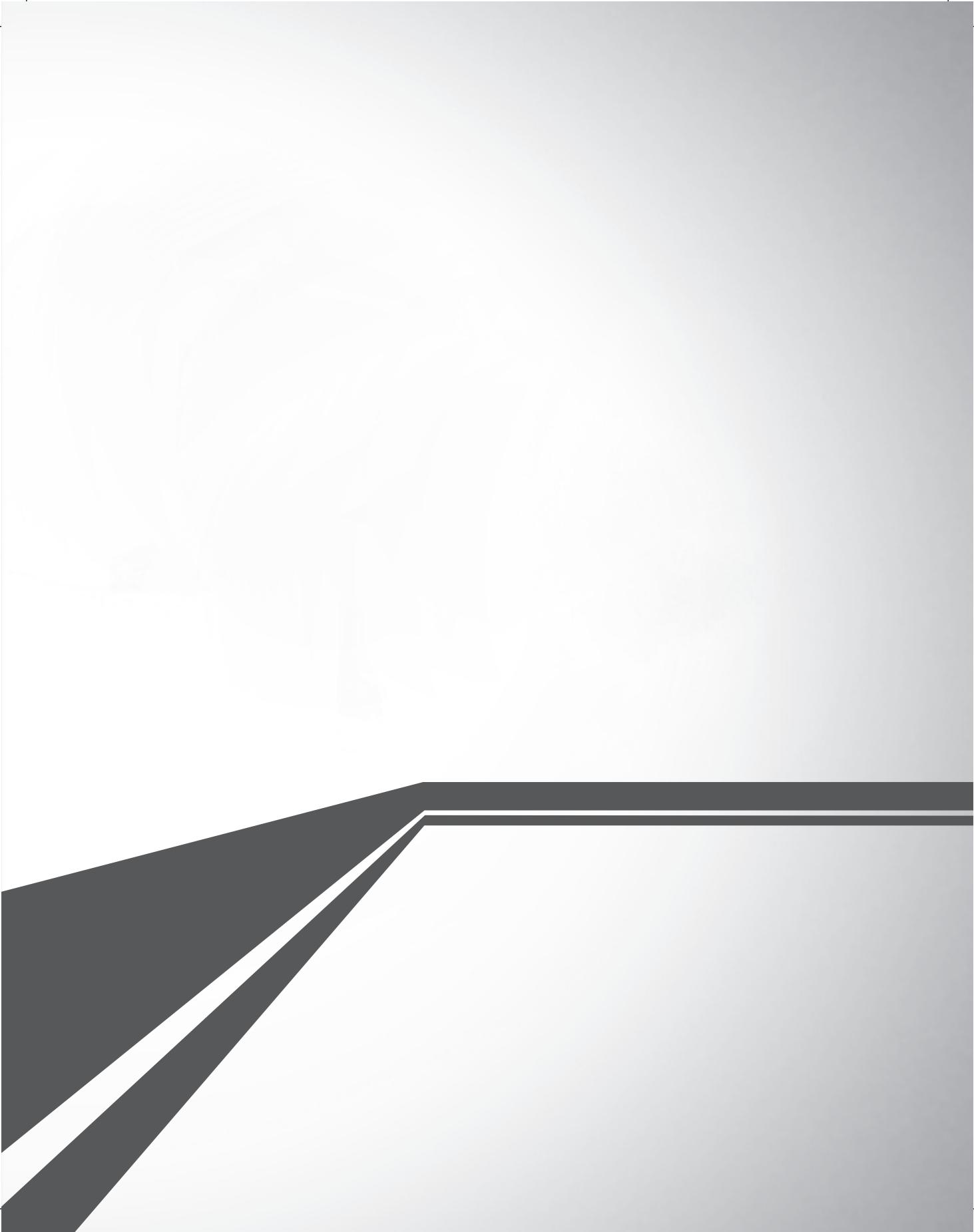
SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

Gabarito

1. As autoridades monetárias interferem no nível de despesas de consumo das famílias através de um conjunto de medidas para controlar a liquidez da economia, por intermédio de mecanismos de controle na oferta de moeda e taxas de juros.
2. O estímulo de investimento das empresas está diretamente relacionado ao nível da taxa de juros básica da economia e do crédito. Ocorre através da política monetária expansionista: operação de mercado aberto na qual o Banco Central compra títulos públicos e aumenta a oferta de moeda e na redução das taxas de depósito compulsório e de redescontos. Ambos os instrumentos reduzem a taxa de juros básica da economia e ampliam o crédito, o que conseqüentemente estimula os investimentos das empresas.
3. Os principais instrumentos de política monetária utilizados pelo Brasil são: operação de mercado aberto, fixação da taxa de depósito compulsório e fixação da taxa de redesconto.
4. Os objetivos buscados pelo governo através da política fiscal são: nível de consumo conveniente com estabilidade econômica e nível de emprego desejado de acordo com a política econômica do governo.
5. Os três objetivos da política econômica são: proporcionar a estabilidade da economia, crescimento econômico e melhor distribuição de renda na sociedade.





■ Questões econômicas fundamentais

Nas bases de qualquer comunidade serão sempre encontradas algumas condições econômicas de caráter universal. Certos problemas de fundo são tão críticos, hoje em dia, quanto o foram na época de Homero e de César, e continuarão a ser relevantes no admirável mundo novo do futuro.

Paul Samuelson

Toda sociedade, nos dias de hoje, enfrenta um determinado conjunto de problemas básicos de organização econômica. O grau de conhecimento tecnológico, aliado às quantidades limitadas de terra, trabalho, capital e capacidade empresarial, define as possibilidades de escolha entre bens e serviços à disposição da sociedade e mostrará que essas possibilidades de produção estão sujeitas a alterações e à chamada Lei dos Rendimentos Decrescentes.

Questões econômicas fundamentais

Qualquer sociedade, seja ela um estado capitalista, comunista, socialista, uma ilha isolada no Pacífico, ou até mesmo uma colmeia, deve, de uma maneira ou outra, enfrentar três problemas econômicos básicos, fundamentais e interdependentes: o que, como e para quem produzir.

Isso ocorre porque a sociedade não dispõe de recursos produtivos em quantidade suficiente para produzir tudo o que a população deseja.

O que e quanto produzir?

Já que não se pode produzir a quantidade desejada pela sociedade dos mais diversos tipos de bens e serviços, a sociedade deve escolher entre as várias alternativas, quais bens e serviços serão produzidos e em que quantidades.

Devemos produzir mais automóveis do que roupas? Mais roupas e menos alimentos? Quanto de roupas e quanto de alimentos?

Como produzir?

A sociedade tem que decidir a maneira pela qual o conjunto de bens escolhidos será produzido. Normalmente, os bens podem ser obtidos mediante diferentes combinações de recursos e técnicas.

Isto é, por quem e com que recursos, e por qual processo tecnológico eles serão produzidos? Nesse sentido, deve-se optar pela técnica que resulte no menor custo por unidade de produto a ser obtido.

Para quem produzir?

Uma vez decidido que bens produzir e como produzi-los, a sociedade tem de tomar uma terceira decisão fundamental: quem vai receber esses bens e serviços?

Sabemos que a produção total de bens e serviços deverá ser distribuída entre os diferentes indivíduos que compõem a sociedade. De que maneira essa distribuição ocorrerá? Será que todas as pessoas receberão a mesma quantidade de bens e serviços? Ou será que a distribuição de bens e serviços será feita segundo a contribuição de cada um à produção? Ou a cada um segundo a sua necessidade?

A lei da escassez

O que produzir, como e para quem não constituiriam problema se os recursos produtivos fossem ilimitados. Se fosse possível, produzir uma quantidade infinita de cada produto, ou se as necessidades humanas estivessem plenamente satisfeitas, não faria diferença se a sociedade produzisse uma quantidade excessiva de qualquer produto em particular. Muito menos haveria importância se o trabalho e as matérias-primas fossem combinados de maneira não racional.

Desde que todos pudessem ter tudo o que desejassem, não importaria a maneira pela qual os bens, os serviços e as rendas fossem distribuídas entre os diferentes indivíduos e famílias. Não haveria, então, bens econômicos, isto é, bens que são relativamente escassos, e certamente não haveria a necessidade de se economizar.

A curva de possibilidades de produção: uma ilustração do problema da escassez e da escolha

Como podemos perceber, a limitação dos fatores de produção capazes de produzir diferentes mercadorias impõe uma escolha entre produtos

relativamente escassos. Isso pode ser ilustrado quantitativamente através de exemplos aritméticos e diagramas geométricos.

Dessa forma, a análise das ilimitadas necessidades humanas e da escassez de recursos empreendida até aqui conduz à conclusão de que a Economia é uma ciência ligada a problemas de escolha.

Para fins de simplificação, discutiremos o dilema da opção e suas possíveis soluções aplicadas a um empreendimento agrícola. Posteriormente, a questão da escolha será abordada no âmbito de uma economia.

Três hipóteses básicas são necessárias para que possamos desenvolver o modelo da curva de possibilidades de produção:

- existência de uma quantidade fixa de recursos. A quantidade e a qualidade dos recursos produtivos permanece inalterada durante o período de análise;
- existência de pleno emprego dos recursos. A economia opera com todos os fatores de produção plenamente empregados e produzindo o maior nível de produto possível; e
- a tecnologia permanece constante.

Uma fazenda e sua fronteira de possibilidades de produção

Para entendermos mais claramente esse assunto. Consideremos, inicialmente, uma fazenda com uma determinada extensão de terra, um conjunto de instalações, máquinas e equipamentos e um número fixo de trabalhadores. Imaginemos, ainda, que o proprietário dessa fazenda possua qualificações técnicas que lhe permitam se dedicar a qualquer tipo de atividade agrícola.

Ao decidir o que e como produzir, o fazendeiro estará decidindo a maneira pela qual os seus recursos produtivos serão distribuídos entre as várias combinações de bens possíveis. Para simplificar, vamos supor que essa fazenda só produza dois tipos de bens: milho e soja.

Se o fazendeiro utilizar toda a terra para cultivar milho, não haverá área disponível para o plantio de soja. Por outro lado, se ele quiser se dedicar somente à cultura de soja, utilizando-se de toda a sua propriedade para esse fim, não poderá plantar milho. Estamos diante de duas situações extremas.

Existirão, é claro, soluções alternativas intermediárias, com a utilização de parte das terras para o plantio de soja, ficando a fração restante para a cultura do milho. As diferentes possibilidades de produção, desse fazendeiro, são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – Possibilidades alternativas de produção de um fazendeiro

Alternativa	Soja (em quilos)	Milho (em quilos)
A	0	8 000
B	1 000	7 500
C	2 000	6 500
D	3 000	5 000
E	4 000	3 000
F	5 000	0

(PASSOS; NOGAMI, 2005, p. 49)

Se colocarmos esses dados em um eixo cartesiano, temos a figura 1. O eixo das ordenadas, vertical, representa a quantidade de milho que a fazenda pode produzir e o eixo das abscissas, horizontal, representa a quantidade de soja que pode ser obtida.

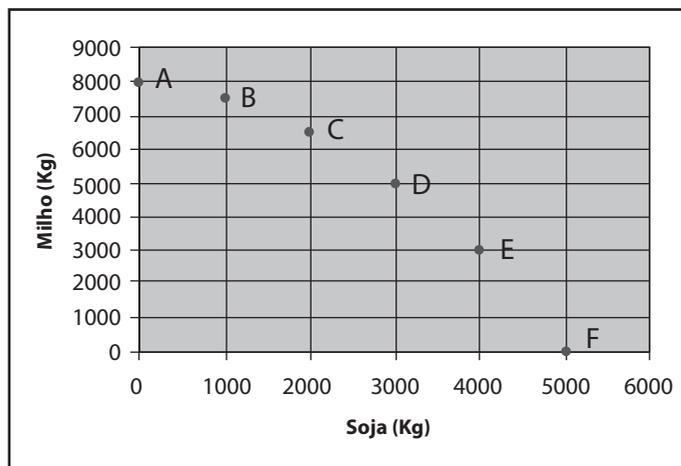


Figura 1 – Possibilidades de produção de uma fazenda.

O ponto A indica uma situação em que toda a terra está sendo utilizada na produção do milho. Nesse caso, a produção de soja é zero. O ponto F indica outro extremo, ou seja, quando toda a terra é usada exclusivamente para plantar soja. Logo, a produção de milho é nula. Desta forma, os pontos

B, C, D e E indicam possíveis combinações intermediárias ao alcance do produtor na hipótese de a terra, e demais recursos, ser plenamente utilizada.

Podemos, agora, unir os pontos de A até F. A linha resultante denomina-se curva de possibilidades de produção, ou fronteira de possibilidades de produção, e nos mostra todas as combinações possíveis entre milho e soja que podem ser estabelecidas. A figura 2 representa graficamente o que foi descrito.

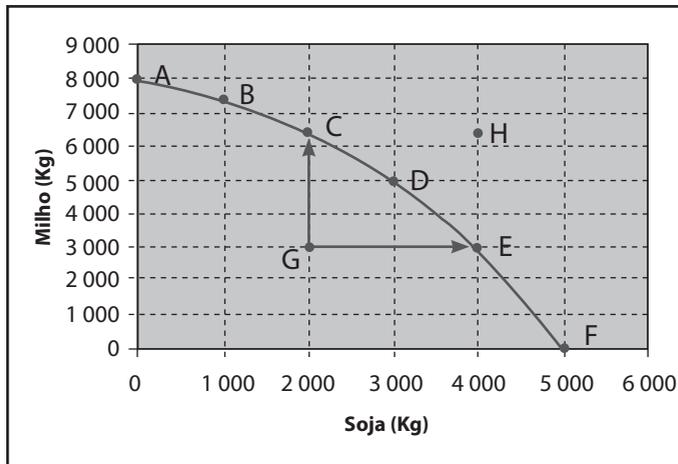


Figura 2 – Curva de possibilidades de produção de uma fazenda.

Eficiência Produtiva

No exemplo dado, a fazenda estará funcionando de maneira eficiente sempre que, ao aumentarmos a produção de um bem, tivermos que reduzir a produção de outro bem.

Assim, teremos eficiência produtiva somente se estivermos situados sobre a fronteira (ao longo da linha AF), na qual aumentos na produção de soja deverão vir, necessariamente, acompanhados de diminuições na produção de milho.

Imaginemos, então, que a fazenda esteja operando no ponto D. Nesse ponto são produzidos 5 000 quilos de milho e 3 000 quilos de soja. Se o fazendeiro pretender aumentar a sua produção de soja, a fazenda poderá passar a operar, por exemplo, no ponto E, no qual serão produzidos 4 000 quilos de soja. Entretanto, esse aumento de produção só será possível se parte dos

recursos, anteriormente destinada à produção de milho, for desviada para a produção de soja. Como consequência haverá uma diminuição na produção de milho, de 5 000 para 3 000 quilos.

Custo de oportunidade

Acabamos de verificar que, se a fazenda estiver usando eficientemente seus recursos (o que indica uma situação de pleno emprego), um aumento na produção de soja somente ocorrerá mediante diminuição na produção de milho. Assim, o custo de um produto poderá ser expresso em termos da quantidade sacrificada do outro.

Dessa forma, custo de oportunidade é uma expressão utilizada para exprimir os custos no que se refere às alternativas sacrificadas. Em outras palavras, para que tenhamos a ocorrência de custo de oportunidade é preciso, segundo Passos e Nogami (2005, p. 51), “não só que os recursos sejam limitados, mas que estejam sendo plenamente utilizados”.

Qualquer que seja o movimento ao longo da curva de possibilidades de produção, fica claro que haverá uma troca entre soja e milho. Essa troca é conhecida em Economia como custo de oportunidade. O custo de oportunidade pode ainda ser conceituado como sendo o valor da próxima melhor alternativa que deve ser sacrificada quando uma escolha é feita.

Desemprego

Pode ocorrer, muitas vezes, que a fazenda esteja produzindo abaixo de suas possibilidades. Isso pode ocorrer porque os recursos produtivos estão ociosos (terras inativas, trabalhadores desocupados, máquinas paradas).

Essa situação é representada pelo ponto G no interior da curva de possibilidades de produção, como é mostrado na figura 2. Nesta hipótese, a produção de milho, de soja ou ambas podem ser aumentadas até alcançar a curva, simplesmente utilizando o serviço dos fatores ociosos. Fazendo assim poderemos, por exemplo, passar ou do ponto G para o ponto C, com a mesma produção de soja e uma quantidade maior de milho, ou do ponto G para o ponto E, com a mesma quantidade de milho e uma produção maior de soja, ou então do ponto G para o ponto D, quando então teremos uma produção maior de ambos os bens.

Potencial de mercado

Em contraposição, pontos situados além da curva, tais como o ponto H, que podem representar potenciais de mercado, são inatingíveis, uma vez que envolvem uma combinação de milho e soja que a fazenda, em virtude dos recursos e tecnologia disponíveis, não pode produzir.

Conclui-se, portanto, que pontos situados além da fronteira só poderão ser alcançados mediante aumento na disponibilidade de fatores de produção, pela incorporação de novas terras, por exemplo, e/ou mediante evolução tecnológica, como a introdução de sementes melhoradas, que permita o aumento nas possibilidades de produção com os mesmos recursos produtivos.

Em outras palavras, esse aumento na disponibilidade de recursos produtivos se faz através dos investimentos.

A curva de possibilidade de produção de uma sociedade

Trabalhamos até agora com um cenário no qual uma fazenda, com certa dotação fatorial e certo nível tecnológico e que produzisse apenas dois bens, teria uma determinada curva de possibilidade de produção. Vimos também as opções de produção existentes à disposição do fazendeiro e várias situações decorrentes da utilização de seus recursos produtivos. Veremos agora que o dilema da escolha no âmbito do sistema econômico é, em essência, semelhante ao do proprietário da fazenda.

Sabemos que um sistema econômico é capaz de produzir milhares de produtos, desde que conte com adequada dotação de fatores de produção. Sabemos também que se a Economia deve decidir como os recursos escassos serão distribuídos entre as inúmeras possibilidades de produção de bens e serviços, o dilema da escolha torna-se bastante complexo. É por essa razão que utilizaremos uma hipótese simplificada: a de que a Economia produza apenas dois tipos de bens econômicos: bens de capital e bens de consumo.

Suponhamos que essa sociedade disponha de uma quantidade fixa de fatores produtivos: um número fixo de indivíduos, uma determinada quantidade fixa de fábricas e instrumentos de produção e uma quantidade também

fixa de recursos naturais. Consideremos, também, a existência de um determinado grau de conhecimento técnico, que permanecerá constante, ou seja, não sofrerá mudanças no decorrer de nossa análise. Além disso, devemos supor que a mão de obra, assim como outros fatores de produção, pode ser empregada na produção de bens de consumo ou bens de capital, ou em diferentes combinações de ambos.

A tabela 2 contém um exemplo hipotético das possibilidades de produção dessa Economia. Se empregássemos todos os recursos disponíveis na produção de bens de capital, obteríamos, no máximo, 500 mil toneladas desses bens. Se todos os recursos estivessem sendo utilizados na produção de minério, não poderia haver produção de bens de consumo e, portanto, ela seria igual a zero (alternativa A da tabela 2).

Por outro lado, poderíamos direcionar todos os recursos para a produção de bens de consumo obtendo, assim, 4 milhões de toneladas e zero de bens de capital. Nesse caso, a produção de minério seria zero, uma vez que não existiriam recursos disponíveis para esse fim. Essa seria a alternativa E da tabela. É evidente que se pode produzir, também, combinações dos dois bens. Dessa forma, poderíamos alocar parte dos recursos para a produção de bens de consumo e parte para a produção de bens de capital, obtendo, entre uma infinidade de possibilidades, as combinações B, C e D.

Tabela 2 – As possibilidades de produção de uma Economia

Alternativa	Bens de consumo (milhões t)	Bens de capital (milhares de t)	Custos de oportunidade
A	0	500	
B	1	450	50
C	2	350	100
D	3	200	150
E	4	0	200

Podemos agora representar esses dados em um gráfico, como o apresentado na figura 3. O eixo vertical será utilizado para representar a produção de bens de capital, enquanto o eixo horizontal representará a produção de bens de consumo.

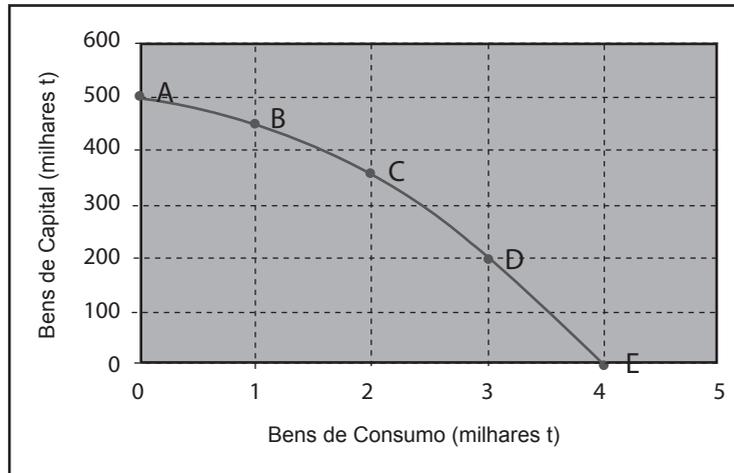


Figura 3 – Curva de possibilidades de produção de uma Economia.

A linha que mostra todas as combinações possíveis dos bens que a Economia está apta a produzir – a partir de um determinado nível de conhecimento tecnológico e pressupondo-se a plena utilização dos limitados recursos produtivos – passa pelos pontos A, B, C, D e E.

Como já vimos anteriormente, ela se denomina curva de possibilidades de produção e nos mostra as combinações máximas entre dois bens que a sociedade está apta a produzir.

Do mesmo modo que o exemplo da fazenda produzir em um ponto dentro da curva de possibilidades de produção, significará que os recursos não estão sendo plenamente empregados. Pontos situados fora da curva, por sua vez, representam combinações de bens impossíveis de se obter com a atual disponibilidade de recursos e grau de conhecimento tecnológico. Pontos situados na curva de possibilidades de produção indicam uma situação de pleno emprego.

O custo de oportunidade

Na situação de pleno emprego, para se produzir mais bens de consumo, devemos desistir de uma determinada quantidade de bens de capital, a fim de liberar recursos utilizados na produção de bens de capital para a produção de bens de consumo. O custo de quantidades adicionais de bens de consumo pode ser expresso em termos de quantidades sacrificadas de bens de capital.

Se, por exemplo, a Economia estiver operando no ponto C, com uma produção de 350 mil toneladas de bens de capital e dois milhões de toneladas de bens de consumo, e a sociedade decidir passar para o ponto D, qual será o custo de oportunidade de bens de consumo? O custo de oportunidade será dado pelas 150 mil toneladas de bens de capital que a Economia deixará de produzir para que se produza um milhão de toneladas a mais de bens de consumo.

Custos de oportunidades crescentes

O fenômeno dos custos crescentes verifica-se quando, para obter as mesmas quantidades adicionais de um bem, a sociedade deve sacrificar quantidades cada vez maiores de outro bem.

De acordo com o nosso exemplo, a produção do primeiro milhão de toneladas de bens de consumo custa 50 mil toneladas de bens de capital, que é a quantidade desse bem que terá de ser sacrificada.

Já o segundo milhão de toneladas de bens de consumo custa 100 mil toneladas de bens de capital, que é a quantidade de bens de capital que deixarão de ser produzidos.

O custo de bens de consumo, em termos de bens de capital, é cada vez maior, fato esse que determina o formato da curva de possibilidades de produção: côncava em relação à origem. De acordo com Passos e Nogami (2005, p. 55), “isso ocorre porque os recursos utilizados em uma atividade podem não ter a mesma eficiência quando transferidos para outra atividade”.

Mudanças na curva de possibilidades de produção: o crescimento

Já observamos que os pontos situados à direita da fronteira de possibilidades de produção, tais como o ponto G, eram intangíveis, dada a tecnologia existente e a limitação de recursos produtivos.

Ocorre, entretanto, que a capacidade de produzir bens e serviços pode aumentar com o passar do tempo, devido a aumentos na dotação de recursos produtivos da Economia. Assim, aumentos na força de trabalho, expansão no número de fábricas e instrumentos de produção determinarão um aumento nas possibilidades de produção da Economia, por meio de uma tecnologia em constante evolução. Isso implicará um deslocamento para a direita da curva de possibilidades de produção.

Dessa forma podemos observar na figura 4 a curva cheia, que mostra a curva de possibilidades de produção referente ao ano 20X1, quando o ponto G era inatingível. Depois do crescimento, não só o ponto G pôde ser alcançado, como também uma série de combinações pôde ser estabelecida, que é representada pela curva pontilhada, referente ao ano 20X2.

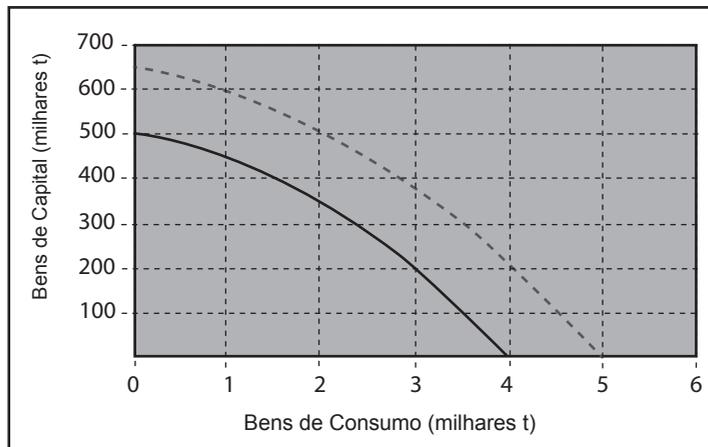


Figura 4 – Deslocamento da curva de possibilidades de produção.

Da mesma forma, progressos tecnológicos, tais como a descoberta de um novo método de produção que aumente a produtividade na produção de bens de consumo ou o aperfeiçoamento tecnológico na produção de bens de capital, poderão causar um aumento nas possibilidades de produção de ambos os bens e um deslocamento para a direita da curva de possibilidades de produção, mesmo que a quantidade de fatores tenha permanecido inalterada.

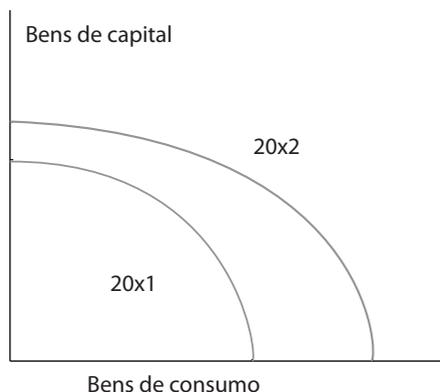


Figura 5 – Deslocamento da curva de possibilidades de produção favorecendo a produção de alimentos.

Se os fatores que causam deslocamentos da curva de possibilidades de produção forem mais favoráveis na direção de um bem do que na do outro, maior será o deslocamento da curva em favor desse bem. A figura 5 mostra um caso em que o progresso tecnológico foi mais favorável à produção de bens de consumo do que de bens de capital.

Ampliando seus conhecimentos

A teoria malthusiana da população

(SAMUELSON, 1975, p. 32-33)

A lei dos rendimentos decrescentes tem uma importante e interessante aplicação no campo da população. Por volta de 1800, Thomas Robert Malthus, jovem ministro anglicano inglês, costumava argumentar, nas discussões durante o café da manhã, contra o ponto de vista perfeccionista de seu pai, que achava que a raça humana estava sempre melhorando. Por fim, o jovem Malthus ficou tão agitado, que escreveu um livro, *Essay on the Principle of Population* (1798), sucesso imediato. Teve diversas edições e durante um século influenciou o pensamento de pessoas por todo o mundo (inclusive Charles Darwin, o expositor da famosa doutrina da evolução biológica). Hoje, sua influência ainda é viva. Os pontos de vista de Malthus dependem diretamente da lei dos rendimentos decrescentes e continuam a ter relevância.

Malthus se apegou à observação feita por Benjamin Franklin, de que nas colônias americanas, onde os recursos eram abundantes, a população tendia a dobrar de 25 em 25 anos, mais ou menos. Malthus postulava, por isso, uma tendência universal de a população – a menos que detida pela oferta de alimentos – crescer em progressão geométrica. Ora, todo aquele que tenha imaginação sabe como crescem rápido as progressões geométricas – como dentro em pouco 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512, 1024, (...) se torna tão grande que não há espaço no mundo inteiro para que as pessoas fiquem de pé¹.

Tudo isso não impressionou membros da “escola perfeccionista”, como o Malthus mais velho e Willian Godwin. Por isso, àquela altura Malthus liberou, com efeito, o demônio da lei dos rendimentos decrescentes.

À medida que a população dobra e torna a dobrar, acontece exatamente como se o globo estivesse sendo reduzido à metade, até que acabe encolhendo tanto que os alimentos e a subsistência caem abaixo do nível necessário à vida. Devido à lei dos rendimentos decrescentes, os alimentos tendem a não acompanhar a taxa de crescimento da população em progressão geométrica.

Veja bem, Malthus não disse que a população iria crescer àquelas taxas. Aquilo era apenas uma tendência, se não houvesse um freio. Malthus considerava uma importante parte de sua argumentação mostrar que, em toda parte, a toda hora, funcionavam freios para evitar o aumento da população. Em sua primeira edição, ele enfatizou os freios positivos que agem para aumentar a taxa de mortalidade: a peste, a fome e a guerra. Mais tarde, recuou de sua doutrina sombria e acenou com esperança para a raça humana, através de freios preventivos que atuavam sobre a taxa de natalidade. Embora o movimento do controle da natalidade seja chamado de neomalthusianismo, o “Malthus ministro anglicano” defendia apenas o controle moral, com o prudente adiamento de casamentos de pessoas de pouca idade, até que fosse possível sustentar uma família. Na realidade, ele pregava que a luta pela existência era uma ilustração da sabedoria da Natureza, evitando que os pobres se tornassem fracos e preguiçosos.

Essa importante aplicação dos rendimentos decrescentes ilustra os profundos efeitos que uma simples teoria pode ter. As ideias de Malthus tiveram amplas repercussões. Seu livro foi usado para apoiar uma rigorosa revisão das leis inglesas referentes aos pobres, segundo as quais a pobreza era considerada

¹ A 6% de compostos, o dinheiro dobra de valor a cada 12 anos. Foi feita uma estimativa de que os \$24 que os índios receberam pela venda da Ilha de Manhattan valeriam hoje, se depositados a juros compostos, tanto quanto os imóveis que ali se encontravam no momento. A 6% o ouro espanhol roubado por Sir. Francis Drake seria, hoje, igual à riqueza da Inglaterra, como salientou Keynes.

resultado da preguiça e, o desemprego, estado que deveria ser tornado o mais desagradável possível. Suas opiniões também sustentavam o argumento de que os sindicatos de classe não podiam melhorar o bem-estar dos trabalhadores, uma vez que qualquer aumento de ordenado faria apenas com eles se reproduzissem até que uma vez mais, mal haveria o bastante para sustentar a todos. Até mesmo na década de 1970, o computador provoca manchetes quando fornece os “limites para o crescimento”, mediante uma simulação mais elaborada das progressões geométricas e aritméticas de Malthus².

² Veja o estudo *The Limits to Growth* (Universe Books, New York, 1972), preparado no MIT para o Clube de Roma por Dennis Meadows e outros discípulos de Jay Forrester, o inventor da memória cerâmica do computador e filósofo industrial, urbana e mundial.

Atividades de aplicação

1. Por que economistas costumam dizer que a Economia é uma ciência ligada a problemas de escolha?
2. Qual é o significado da curva de possibilidades de produção?
3. Explique o conceito de custo de oportunidade.
4. Qual é o custo de oportunidade de um bem livre? Justifique sua resposta.
5. “Somente existirá eficiência produtiva quando a Economia estiver produzindo em um dos dois extremos da curva de possibilidades de produção”. Explique porque você concorda ou não com a afirmativa.

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

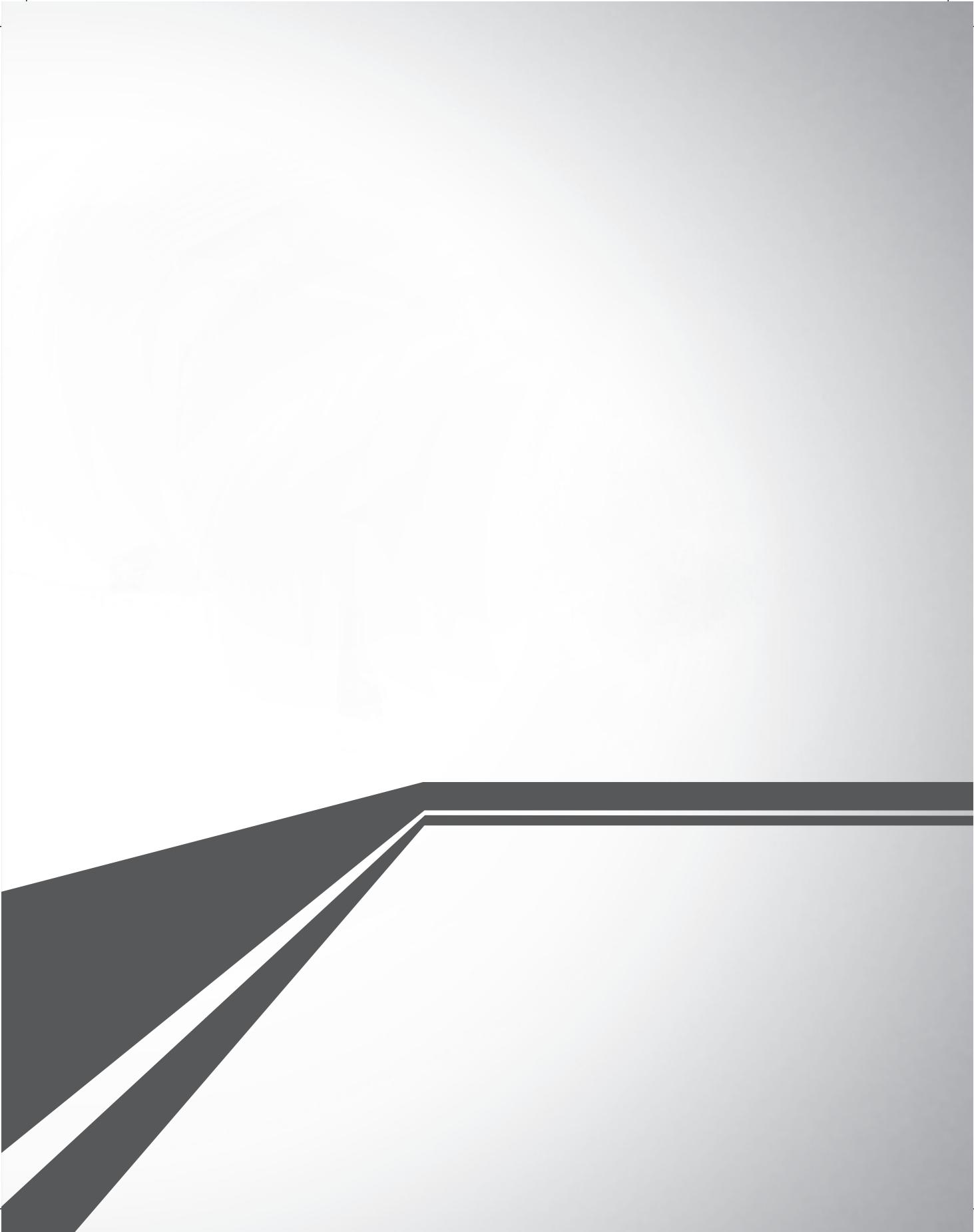
PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

Gabarito

1. Economia é uma ciência ligada a problemas de escolha porque analisa a ilimitada necessidade humana e a escassez de recursos em uma economia. A limitação dos fatores de produção torna necessário estudar como fazer a melhor escolha para atender a necessidade humana, dada a condição presente na tomada de recursos.
2. A curva de possibilidades de produção são as combinações possíveis dos recursos produtivos de acordo com a distribuição de bens e serviços.
3. Custo de oportunidade é uma expressão que representa a relação de algo que será sacrificado pelo aproveitamento de uma oportunidade melhor, ou seja, valor sacrificado em prol de uma melhor alternativa escolhida.
4. O bem livre é aquele que a natureza oferece sem que sejam utilizados recursos para sua obtenção. Então este não apresenta custo de oportunidade, já que para o homem, não será sacrificado nenhum valor para sua obtenção.
5. Não concordo, pois nos demais pontos da curva a economia também pode operar de forma eficiente. Nesse caso, a alocação de recursos será combinada em todos os pontos ao longo dela. A economia somente operará de forma ineficiente na condição em que esteja abaixo da curva de possibilidade de produção.



■ Organização econômica

Todo indivíduo pretende aplicar seu capital de modo que o seu produto venha a ser do maior valor possível. De modo geral, ele não tem intenções de promover o interesse público nem sabe o quanto o está promovendo. Visa apenas à sua própria segurança, apenas ao seu próprio lucro, e nisso tem a guiá-lo uma *mão invisível*, para promover um objetivo que não estava nos seus planos. Ao procurar seu próprio interesse, ele frequentemente promove o da sociedade, e isso com eficiência maior do que seria o caso se a intenção de fazê-lo fosse verdadeira.

Adam Smith

As soluções para os problemas centrais de uma sociedade são definidas em função do tipo de organização econômica vigente.

Sandroni (1999, p. 435-436) conceitua **organização** como sendo um conjunto de relações de ordem estrutural (direção, planejamento, operação e controle) que mantém uma empresa em funcionamento. Expandindo a sua explanação, podemos dizer que, em uma sociedade, o significado da palavra não se altera.

Daí entende-se que é a forma como está organizada uma estrutura econômica de uma sociedade, no que diz respeito ao tipo de propriedade, à forma de gerir a economia, aos processos de circulação de mercadorias, ao consumo e aos níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão do trabalho.

A classificação e definição dos diversos tipos de organização econômica conhecidos constituem um problema da teoria econômica, variando de acordo com a posição de cada corrente.

De maneira geral, segundo Passos e Nogami (2005, p. 59) pode-se dizer que são três as formas pelas quais as sociedades organizam suas economias, a fim de resolver os problemas de o que, como e para quem produzir:

- economia de mercado, ou livre-empresa;
- economia planificada centralmente; e
- economia mista.

A Organização das Nações Unidas, por sua vez, distingue três tipos de sistemas, classificando-os da seguinte maneira:

- países industrializados de economia de mercado;
- países industrializados de economia centralmente planejada; e
- países menos desenvolvidos (ou subdesenvolvidos).

As classificações obedecem em geral a construções teóricas, que destacam os traços fundamentais e o tipo de relações econômicas, sociais e jurídicas que caracterizam cada sistema.

Na realidade, o sistema econômico não se apresenta de forma pura e homogênea, de modo que se observa a presença de formas contrastantes na mesma totalidade social. Assim, por exemplo, no capitalismo mais avançado, persistem formas artesanais de produção e até mesmo a economia natural¹. Também em países socialistas coexistem a propriedade estatal, a propriedade cooperativa e a pequena e média propriedade rural particular.

¹ Forma de organização econômica em que os bens produzidos se destinam à satisfação das necessidades dos próprios produtores, raramente havendo um excedente.

Economia de mercado

² Sistema econômico e social predominante na maioria dos países industrializados ou em fase de industrialização. Neles, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir bens e serviços visando a obtenção de lucro.

O sistema de *economia de mercado* é típico das economias capitalistas², as quais têm como característica básica a propriedade privada dos meios de produção, tais como fábricas e terras, e sua operação, tendo por objetivo a obtenção de lucro, sob condições em que predomine a concorrência.

Em uma economia baseada na propriedade privada e na livre-iniciativa, os agentes econômicos, indivíduos e empresas, preocupam-se em resolver isoladamente seus próprios problemas, tentando sobreviver na concorrência imposta pelos mercados.

Nesse tipo de sistema econômico, os consumidores e empresas, agindo individualmente, interagem através dos mercados, acabando por determinar o que, como e para quem produzir.

Esse é o conceito da *mão invisível* desenvolvido por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, em 1776. Conforme descreve Samuelson (1775, p. 46), cada indivíduo, ao procurar apenas a satisfação de seus interesses egoístas, era levado, como por uma mão invisível, a obter o melhor para todos, de modo que qualquer interferência do governo na livre-concorrência poderia ser classificada, com quase toda certeza, de prejudicial.

Significa que existe uma coordenação invisível que assegura a consistência dos planos individuais em uma sociedade em que predomina um sistema de mercado.

Assim, em uma economia de mercado, nenhum agente econômico, indivíduo ou empresa, se preocupa em gerenciar o funcionamento do sistema de preços. Preocupam-se, sim, em resolver isoladamente seus próprios negócios. Agindo dessa forma egoísta, no conjunto, a sociedade resolve inconscientemente os problemas de o que e quanto, como e para quem produzir.

Cabe ainda ressaltar que o capitalismo é descrito como um sistema de mercados livres, operando sob condições de concorrência:

- concorrência entre vendedores de bens similares, para atrair clientes;
- concorrência entre compradores, para garantir os bens que desejam;
- concorrência entre trabalhadores, para obter empregos; e
- concorrência entre empregadores, para conseguir trabalhadores.

Importante lembrar aqui que, a concorrência perfeita é um termo técnico utilizado pelos economistas e que exprime a seguinte ideia: só existe concorrência perfeita no caso em que nenhum produtor, comerciante ou trabalhador constitui uma parte suficientemente grande do mercado total para ter qualquer influência pessoal no preço do mercado. Por outro lado, quando o seu produto, seu serviço ou seu trabalho é de volume suficiente para produzir modificações sobre os preços de mercado, estabelece-se certo grau de imperfeição no mercado, e as virtudes da *mão invisível* deverão ser descontadas nessa proporção.

O sistema de preços

Em uma economia de mercado, a ação conjunta de indivíduos e firmas permite que milhares de mercadorias sejam produzidas, de maneira espontânea, sem que haja uma coordenação central das atividades econômicas. Na verdade, existe um mecanismo de preços automático e inconsciente, que trabalha garantindo o funcionamento do sistema econômico, dando a ele uma certa ordenação, de maneira tal que tudo é realizado sem coação ou direção central de qualquer organismo consciente.

Para se ter uma ideia, tomemos como exemplo a cidade de Curitiba: milhares de mercadorias abastecem a cidade diariamente, sem que para isso exista o comando de qualquer organismo consciente.

A esse mecanismo de preços automático e inconsciente é que se dá o nome de *sistema de preços*.

E como funciona o sistema de preços?

Como sabemos, todos os bens econômicos têm seu preço. Em um mercado livre, caracterizado pela presença de um grande número de compradores e vendedores, os preços refletem as quantidades que os vendedores desejam oferecer e as quantidades que os compradores desejam comprar de cada bem.

Para exemplificar, suponhamos que por um motivo qualquer as pessoas passem a desejar uma quantidade maior de calçados. Se a quantidade disponível de calçados for menor que a quantidade procurada, então haverá uma disputa entre os compradores para a aquisição desse bem. Isso fará com que o preço do calçado acabe se elevando, em parte porque as pessoas se dispõem a pagar mais pelo produto, em parte porque os produtores, percebendo o grande interesse pela sua mercadoria, acabam por elevar-lhe o preço. A elevação do preço acabará por excluir os que não dispõem de recursos para pagar preços mais altos. Com a alta do preço, os produtores de calçados serão estimulados a aumentar a produção. Se esse aumento na produção for muito grande, poderá haver excesso de calçados no mercado, além da quantidade procurada. Como consequência haverá uma concorrência entre os produtores, a fim de desovar o excesso de mercadoria. Essa concorrência provocará a diminuição no preço. E um preço mais baixo estimulará o consumo de calçados, e os produtores procurarão ajustar a produção à quantidade adequada.

Em uma economia de mercado, tanto os bens e serviços quanto os recursos produtivos têm preços e quantidades determinados pelo livre jogo da oferta e da demanda, ou seja, pela livre competição. Do confronto entre oferta e demanda resulta um preço, e é esse preço que exerce uma função econômica básica. É ele que, por suas variações, orienta a produção e o consumo.

O mecanismo de preços é, portanto, um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximações sucessivas, para alcançar o equilíbrio entre oferta e procura. O desejo das pessoas determinará a dimensão da procura, enquanto a produção das firmas determinará a dimensão da oferta. O equilíbrio entre a oferta e a procura será atingido pela flutuação do preço.

O que é verdade para mercados de bens e serviços, também o é para mercados de recursos produtivos; terra, trabalho, capital e capacidade empresarial. Assim, se houver maior necessidade de engenheiros do que advogados,

as oportunidades de emprego serão mais favoráveis para os engenheiros. Dessa forma, os salários dos engenheiros tenderão a aumentar e o dos advogados, diminuir.

Em uma economia complexa e interdependente, as pessoas não conseguem dizer diretamente aos produtores o que desejam consumir. O mecanismo de mercado fornece, através dos preços, uma forma de comunicação indireta entre consumidores e produtores, possibilitando uma adaptação da produção às necessidades de consumo; possibilita, ao mesmo tempo, uma adaptação do consumo à escassez relativa dos diferentes tipos de bens e serviços.

Em outras palavras, temos um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximação sucessiva a um *sistema de equilíbrio de preços e produção*. Na realidade, a combinação da oferta e da demanda e dos preços e dos custos ajuda a resolver simultaneamente os três problemas básicos da economia.

Como uma economia de mercado resolve os problemas “o que, quanto, como e para quem produzir”

Em uma economia de mercado, o Estado não deve intervir em nenhum aspecto da atividade produtiva, devendo ficar sua ação restrita ao atendimento das necessidades coletivas, tais como a justiça, a educação, a saúde, a segurança e os transportes. Cabe ainda ao Estado o estabelecimento de regras, visando proteger a liberdade econômica e zelando, assim, pelo livre jogo da oferta e da demanda.

Uma economia de mercado resolve os três problemas econômicos fundamentais simultaneamente, conciliando oferta e demanda em cada mercado específico. Vamos ver como isso ocorre.

O que e quanto produzir?

Em um sistema econômico baseado nas ações apenas das famílias e das firmas, as próprias unidades familiares determinam o valor de cada bem ou serviço através do mercado. Quanto mais pessoas desejarem um produto, mais atribuirão a ele um valor cada vez maior. Como nesse tipo de economia o valor de cada bem é medido pelo seu preço, quanto maior for a disposição

das pessoas em realizar seus desejos com dinheiro, mais elevado deverá ser o preço desse bem.

Assim, a maneira pela qual as unidades familiares gastam a sua renda entre os diversos bens e serviços estabelece um sistema de avaliação entre estes, ou seja, fornece uma estrutura de preços dentro do sistema econômico que possibilita às empresas, que perseguem o lucro, produzir aquilo que as pessoas desejam.

O dinheiro entregue pelos consumidores às empresas servirá para o pagamento da remuneração dos fatores de produção por ela utilizados (lucros, juros, salários, aluguéis), que pertencem aos próprios consumidores, e que a recebem como renda mensal.

Como produzir?

O *como* produzir será determinado pela competição entre os diversos fabricantes. Em função da concorrência de preços, resta ao produtor, na tentativa de maximizar seu lucro, optar pelo método de produção mais barato quanto possível, o que envolve, naturalmente, considerações a respeito dos preços dos fatores de produção a serem utilizados.

Assim, se o fator capital é caro e o fator trabalho é barato, as empresas procurarão se utilizar de técnicas que usem o fator trabalho mais intensivamente. Verifica-se, novamente, a existência de um mecanismo de preços orientando as decisões dos empresários quanto aos métodos produtivos a serem utilizados.

Para quem produzir?

Em uma economia de mercado, a oferta e a demanda de fatores de produção (terra, trabalho, capital e capacidade empresarial) determinam as taxas salariais, os aluguéis, as taxas de juros e os lucros que irão se constituir na renda das unidades familiares. A renda de cada família vai depender da quantidade dos diferentes recursos produtivos que ela pode oferecer no mercado de fatores, e do preço que as empresas estão dispostas a pagar pela sua utilização.

Se um indivíduo dispuser somente de sua força de trabalho para oferecer no mercado de fatores, sua renda mensal será determinada pelo salário por

hora, multiplicado pelo número de horas trabalhadas por mês, como podemos verificar no quadro 1.

Quadro 1 – Renda do trabalho

Unidade familiar	Fator de produção	Preço	Quantidade	(Renda mensal) (PxQ)
1 indivíduo	Trabalho	\$ 5,00/hora	220 horas/mês	\$1.100,00
Total da renda mensal				\$1.100,00

(PASSOS; NOGAMI 2005, p. 62)

Se o mesmo indivíduo, afortunadamente, for proprietário de terras e arrendá-las, sua renda mensal será acrescida pelo aluguel da terra, dado pelo arrendamento mensal por unidade de área, multiplicado pela quantidade de terra arrendada. Nesse caso, o exemplo ficaria como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Renda do trabalho e da terra

Unidade familiar	Fator de produção	Preço	Quantidade	(Renda mensal) (PxQ)
1 indivíduo	Trabalho	\$ 5,00/hora	220 horas/mês	\$1.100,00
1 indivíduo	Terra	\$ 1.000,00/ha	10 hectares	\$10.000,00
Total da renda mensal				\$11.100,00

(PASSOS; NOGAMI 2005, p. 62)

Esse exemplo poderá ser estendido em função do número de recursos possuídos por unidade familiar. Note-se que a quantidade de fatores pertencentes a cada unidade familiar, juntamente com o preço pago pela utilização destes, vai determinar a distribuição de renda nesse tipo de economia. Uma vez que a quantidade de bens e serviços apropriados por família está limitada por seus rendimentos, tanto maior será a participação de cada unidade familiar na determinação de “o que produzir” quanto maior for a sua renda.

Falhas no funcionamento das economias de mercado

Economia de mercado designa um ambiente em que um grupo de compradores e vendedores estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços.

Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, bolsas de valores etc.).

O funcionamento da economia de mercado, expressão que é usada nos dias de hoje como sinônimo de capitalismo, modificou-se de modo irreversível por vários fatores, entre eles o gigantismo das modernas unidades industriais e o crescente intervencionismo do Estado na economia (criando empresas, regulando preços, estoques e controlando a liquidez monetária).

Apesar dessas considerações, o sistema de *economia de mercado* tem as seguintes metas:

- eficiente alocação dos recursos escassos;
- distribuição justa da renda; e
- estabilidade de preços.

Na verdade, esse tipo de sistema é uma grande simplificação da realidade e apresenta falhas em seu funcionamento que o impedem de atingir tais metas. Essas falhas são:

- imperfeições na concorrência devido à presença de poucos produtores, força dos sindicatos na formação dos salários e intervenção do governo na fixação do salário-mínimo;
- incapacidade do mercado de promover uma perfeita alocação dos recursos. A iniciativa privada não se interessaria em alocar recursos em projetos que exigissem altos investimentos e apresentassem retorno lento, tais como a construção de usinas hidroelétricas e portos;
- incapacidade do mercado de, sozinho, promover uma distribuição justa da renda.

Economia planificada centralmente

Também conhecida como *economia centralmente planificada* ou *economia centralizada*, é a denominação dada às economias socialistas, por oposição à descentralização que caracteriza as economias capitalistas ou de mercado.

Nessa modalidade de organização econômica, prevalece a propriedade estatal dos meios de produção e a planificação centralizada da economia nacional. Assim, nesse tipo de sistema as questões de “o que”, “como” e “para quem” produzir não são resolvidas de maneira descentralizada por meio de mercados e preços, mas pelo planejamento central, em que a maior parte das decisões de natureza econômica é tomada pelo Estado.

A ação governamental se faz presente por meio de um órgão central de planejamento, a quem cabe elaborar os planos de produção de todos os setores econômicos. Tais planos são elaborados a partir de um levantamento não só das necessidades a serem atendidas, como também dos recursos e técnicas disponíveis para a produção, a fim de dimensionar o que cada firma, seja ela agrícola, comercial ou industrial, pode realmente produzir.

Identificadas as disponibilidades existentes, fixam-se as metas de produção, ou seja, as quantidades a serem produzidas de cada bem. Procura-se, na medida do possível, atender às necessidades de consumo da sociedade. Equaciona-se, dessa forma, a questão “o que” e “quanto” produzir.

Cabe, da mesma forma, ao órgão de planejamento determinar os processos de produção a serem utilizados. Fica então resolvida a questão “como produzir”.

A questão “para quem produzir”, que trata da maneira da qual a produção total de bens e serviços será distribuída entre os indivíduos, é também resolvida pelo órgão de planejamento, a quem cabe determinar os salários dos diferentes tipos de profissão. Nesse tipo de economia, o sistema de preços tem por finalidade facilitar ao Estado atingir os seus objetivos de produção.

Assim sendo, os preços são meros recursos contábeis que ajudam a controlar a eficiência com que os produtos são fabricados, tendo como referência firmas de eficiência “média”. Exemplificando, as firmas têm cotas de matérias-primas; entretanto, nenhum pagamento é realizado, sendo os valores de aquisição registrados como custos de produção.

Dessa forma, caso alguma firma esteja produzindo de forma ineficiente, os prejuízos financeiros acusarão tal fato. Caso contrário, surgirão os lucros.

Em suma, a fixação de preços dos fatores de produção pelo Estado permite que se estruture a contabilização dos custos de produção, capacitando-o a julgar o desempenho das firmas.

Devemos observar que, se em uma economia de mercado o sistema de preços serve como elemento sinalizador do comportamento tanto de consumidores quanto de empresários, em uma economia centralizada a expansão e a contração industrial são determinadas pelo Estado, e não pelo mecanismo de preços. Assim sendo, se o governo deseja estimular determinada indústria, ele pode fazê-lo, mesmo que essa indústria seja ineficiente e apresente prejuízos. Alternativamente, pode o governo decretar o fechamento de uma indústria eficiente, mesmo que ela venha obtendo lucros.

Em uma economia centralizada, os preços são utilizados para auxiliar a distribuição de diversos produtos. Nesse tipo de sistema é o próprio governo que determina os diversos preços dos bens de consumo, evitando assim que ele seja obrigado a lançar mão de mecanismos de racionamento. Pode, então, haver diferença entre o custo de produção de um produto e seu preço de venda. Exemplificando, suponhamos que o custo de um aparelho de DVD seja de \$1.000. Se houver uma procura muito grande por esse tipo de bem, o governo pode estabelecer seu preço em \$1.300. Dessa forma, o equilíbrio entre oferta e demanda pode ser estabelecido, evitando-se, então, o mecanismo de racionamento.

Economia mista

Na realidade, as organizações econômicas descritas anteriormente nunca existiram em sua forma mais pura. O que se observa nos diversos países é uma mescla desses dois sistemas que ora se aproxima de um tipo de organização, ora de outro, conforme o grau da participação do Estado na economia.

Nos sistemas de economia mista, uma parte dos meios de produção pertence ao Estado (firmas públicas) e a outra parte pertence ao setor privado (firmas privadas).

Nesse tipo de sistema cabem ao Estado a orientação e o controle de muitos aspectos da economia. Para tanto, ele se utiliza das firmas públicas e de outros instrumentos a sua disposição, tais como a legislação e a tributação.

Esse tipo de organização existe em muitos países capitalistas, particularmente nos de regime social-democrata. Nessas condições, o Estado, além de orientar a economia, detém a propriedade de importantes empresas em setores considerados estratégicos (indústria de base, transporte, saúde, educação etc.).

Como um sistema de economia mista resolve seus problemas básicos

Vejamos, então, como um sistema de economia mista resolve seus problemas básicos de: o que e quanto produzir, como produzir, e para quem produzir.

O que e quanto produzir?

Em um sistema de economia mista, em que existe propriedade privada dos meios de produção, o Estado não pode determinar ao empresário o que produzir. O Estado não pode, por exemplo, determinar a um agricultor que plante arroz em vez de milho, ou a um industrial que produza tecidos em vez de calçados. Pode, entretanto, influir indiretamente para resolver a questão “o que produzir”.

Ele pode, por exemplo, através das leis, proibir a produção de drogas. Ao fazê-lo, está diretamente dizendo o que não deve ser produzido e, indiretamente, aquilo que se pode produzir. A tributação também pode ser utilizada para sinalizar aos produtores aquilo que deve ser produzido. É o caso da redução (e algumas vezes, isenção) de impostos em alguns setores (indústria automobilística, por exemplo) e a concessão de incentivos fiscais em outros. Outro instrumento de que dispõe o Estado para operar com a mesma finalidade é o controle de créditos. Nesse caso, a concessão de crédito subsidiado a determinadas atividades é um indicador de que o Estado deseja estimulá-las.

Outra maneira do Estado intervir na questão “o que produzir”, é através de suas empresas públicas, que se destinam a garantir a produção de bens e serviços necessários ao bem-estar coletivo (tais como saneamento básico, transporte, combustível, energia elétrica), e que o setor privado não tem interesse ou não tem condições de explorar, uma vez que exigem investimentos elevados e apresentam retorno lento. Não se pode desconsiderar, também, o papel do Estado no tocante às suas despesas, uma vez que ele é o maior comprador de bens e serviços do sistema econômico.

Dessa forma, quando o Estado executa obras, tais como a construção de estradas e pontes, ele está automaticamente dizendo ao setor privado que deseja que sejam produzidos os materiais necessários à execução de tais obras (cimento, aço etc.).

Não obstante a intervenção do Estado no sistema, os produtores em uma economia mista, ao decidirem *o que produzir*, seguem, geralmente, as indicações fornecidas pelo sistema de preços.

Como produzir?

A questão de como produzir em um sistema misto é solucionada diretamente, conforme se enfoque o setor público ou o setor privado da economia. No âmbito do setor público, essa questão é resolvida de acordo com o planejamento governamental, em que o fundamental não é a obtenção dos lucros, mas o atendimento adequado das necessidades da coletividade.

No âmbito do setor privado, a questão é solucionada de acordo com a concorrência, por meio dos mercados e preços.

Para quem produzir?

Nos sistemas de economia mista a questão distributiva é resolvida, em geral, pelo sistema de preços.

Entretanto, aos detentores de renda mais baixa, o Estado oferece ensino gratuito, assistência médica, assistência jurídica, além de outros serviços a que essa camada da população, em função do seu baixo poder aquisitivo, não tem acesso.

Além disso, o Estado procura criar mecanismos que garantam às pessoas o recebimento de uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades básicas.

A criação do seguro-desemprego, do bolsa-família e o estabelecimento de níveis salariais mínimos são exemplos da ação do Estado nesse sentido.

Ampliando seus conhecimentos

O pai da Economia

(PARKIN, 2003, p. 56-57)

Adam Smith foi um gigante entre os sábios que contribuiu para a ética e a jurisprudência tanto quanto para a economia. Nasceu em 1723 em Kirkcaldy, uma

pequena cidade pesqueira próxima de Edimburgo, na Escócia. Smith foi o único filho do inspetor de alfândega da cidade (que morreu antes de Adam nascer).

Seu primeiro trabalho acadêmico, aos 28 anos de idade, foi como professor de Lógica da Universidade de Glasgow. Posteriormente, tornou-se tutor de um abastado duque escocês, acompanhando-o em uma grande viagem de dois anos pela Europa, recebendo para isso uma pensão de 300 libras por ano – correspondente a dez vezes a renda média daquela época.

Com a segurança financeira de sua pensão, Smith dedicou dez anos para escrever sua principal obra, *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, publicada em 1776. Várias pessoas escreveram, antes de Adam Smith, sobre importantes tópicos de Economia, mas ele fez da Economia uma ciência. A exposição das ideias de Smith foi tão completa e reconhecida que, posteriormente, nenhum teórico da Economia conseguiu avançar em novas ideias sem estabelecer alguma relação com aquelas apresentadas por ele.

Tópicos fundamentais

Por que algumas nações são ricas enquanto outras são pobres? Essa questão encontra-se no coração da economia e conduz diretamente a uma segunda questão: o que as nações pobres podem fazer para se tornarem ricas?

Adam Smith, que é considerado por vários economistas de renome o fundador da economia, tentou responder a essas questões em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776. Smith analisava tais problemas em um momento crucial da Revolução Industrial. Naquela época, novas tecnologias eram criadas e aplicadas a manufaturas de algodão e roupas de lã, metalurgia, transporte e agricultura.

Smith queria entender a origem da riqueza econômica e, para isso, utilizou-se de sua elevada capacidade de observação e abstração. Suas respostas para tal questão foram:

- a divisão do trabalho;
- mercados livres.

A divisão do trabalho – dividir as tarefas em serviços mais simples e desenvolver a especialização em tais tarefas – é a origem do “maior desenvolvimento das forças produtivas do trabalho”, disse Smith. A divisão do trabalho tornou-se

ainda mais produtiva ao ser aplicada para criar novas tecnologias. Cientistas e engenheiros, treinados em atividades extremamente restritas, passaram a ser especialistas em invenções. Seus potenciais direcionados aceleraram o avanço da tecnologia, de tal modo que, pelos anos de 1820, as máquinas podiam produzir bens de consumo de maneira mais rápida e acurada do que qualquer arteção e, por volta de 1850, era possível gerar outras máquinas de uma maneira que o trabalhador manual, por si só, nunca teria conseguido.

Mas, disse Smith, os frutos da divisão do trabalho são limitados pela extensão do mercado. Para tornar o mercado o mais amplo possível, não podem haver impedimentos ao livre-comércio, tanto internamente como entre os países considerados. Smith argumentou que, quando cada indivíduo realiza sua melhor escolha econômica entre as que são possíveis, tais escolhas conduzem, “como uma mão invisível”, à melhor situação para a sociedade. O açougueiro e o padeiro possuem seus próprios interesses individuais mas, ao buscar satisfazer tais interesses, acabam servindo ao interesse de todos.

Na época

Adam Smith estimou que uma única pessoa, trabalhando arduamente, utilizando os instrumentos manuais disponíveis em 1770, provavelmente conseguisse produzir 20 alfinetes por dia. Além disso, observou, utilizando os mesmos instrumentos manuais, porém dividindo o processo em um pequeno número de operações individuais às quais as pessoas se especializam – por meio da divisão do trabalho –, que dez pessoas poderiam surpreendentemente fazer 48 mil alfinetes por dia. O primeiro estica o arame, outro o alisa, um terceiro corta, o quarto faz a ponta e um quinto afia. Três especialistas fazem a cabeça do alfinete e um quarto a fixa ao metal. Finalmente, o alfinete é polido e empacotado. Mas é necessário um grande mercado para suportar a divisão do trabalho: uma fábrica que empregasse dez trabalhadores precisaria vender mais de 15 milhões de alfinetes por ano para permanecer no negócio.

Atualmente

Se Adam Smith estivesse vivo, o *chip* de computador o fascinaria. Ele o veria como um extraordinário exemplo da produtividade resultante da divisão do trabalho e do uso de máquinas que fazem máquinas. De fato, do *design* de um intrincado circuito de *chip*, câmeras transferem uma imagem para lâminas de vidro que trabalham como estênceis. Trabalhadores preparam placas de

silício nas quais os circuitos serão impressos. Alguns deles cortam as placas, outros fazem o polimento, outros as secam e, por último, há os empregados que as revestem com uma leve substância química. Máquinas transferem uma cópia do circuito para a placa. Então, substâncias químicas cauterizam o *design* sobre essa mesma placa. Processos posteriores colocam transistores de tamanho atomizado e conectores de alumínio. Finalmente, um *laser* separa as centenas de *chips* contidos na placa. Todos os estágios no processo de criação de um *chip* de computador se utilizam de outros *chips* de computador e, assim como no exemplo dos alfinetes de 1770, o *chip* de computador da década de 1990 se beneficia de um amplo mercado – um mercado global – para comprar *chips* em quantidade substantivas e eficientemente produzidos.

O sistema de preços

(STIGLITZ; WALSH, 2003, p. 47-48)

Como vimos, a escolha em face da escassez é a preocupação básica da Economia. O *preço* de um bem ou serviço é aquilo que deve ser dado em troca do mesmo. Quando as forças da oferta e da demanda operam livremente, o preço mede a escassez. Portanto, os preços transmitem informações econômicas fundamentais. Imagine que uma seca atinge o país, reduzindo drasticamente a oferta de cereais. As famílias precisarão reduzir seu consumo de cereal ou não haverá o suficiente. Mas como eles saberão disso? Imagine que os jornais do país publicam reportagens informando às pessoas que elas devem consumir menos cereais por causa da seca. Que incentivo terão para dar-lhes atenção? Como cada família saberá o quanto tem de reduzir seu consumo? Como alternativa ao jornal, considere os efeitos de um aumento nos preços dos cereais. Diz às famílias que o cereal é escasso e ao mesmo tempo lhes proporciona o incentivo para reduzir o consumo. Os consumidores não precisam conhecer as razões da escassez nem precisam que ninguém lhes diga quanto reduzir o consumo de cereais.

[...] Entender as causas das variações nos preços e ser capaz de prever sua ocorrência não é apenas uma questão de interesse acadêmico. Um dos fatos que precipitou a Revolução Francesa foi o aumento do preço do pão, que as pessoas atribuíram ao governo. Grandes variações de preços também deram origem, em tempos recentes, a desordens políticas em vários países como Marrocos, República Dominicana, Rússia e Indonésia.

Os leigos veem nos preços muito mais coisas do que as forças impessoais da oferta e da demanda. Foi o proprietário que aumentou o preço do aluguel do apartamento; foi a empresa petrolífera ou o dono do posto que aumentou o preço da gasolina. Essas pessoas e empresas *decidiram* aumentar seus preços, dizem os leigos, com indignação moral. Verdade, responde o economista, mas deve ter havido algum fator que levou essas pessoas e empresas a acreditar que um preço mais alto não era uma boa ideia ontem mas o é hoje. E os economistas mostram que, num momento diferente, essas mesmas forças impessoais podem obrigar o mesmo proprietário de imóveis ou as empresas petrolíferas a reduzir seus preços. Os economistas veem, então, os preços como sintomas de causas subjacentes e focalizam as forças da demanda e da oferta que estão por trás das mudanças de preços.

Atividades de aplicação

1. O que vem a ser o *sistema de preços*? Como funciona?
2. Qual é o papel do governo em uma *economia mista*? Dê exemplos de sua forma de atuação.
3. De que maneira uma sociedade de economia centralizada resolve a questão *para quem produzir*?
4. De que maneira uma economia mista resolve a questão *como produzir*?
5. Em uma *economia mista* como o Brasil, o sistema de formação de preços representa um grande ou principal papel. Comente sua importância.

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PARKIN, MICHAEL. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2 ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

WALSH, Carl. STIGLITZ Joseph. **Introdução à Macroeconomia**. São Paulo: Campus, 2003.

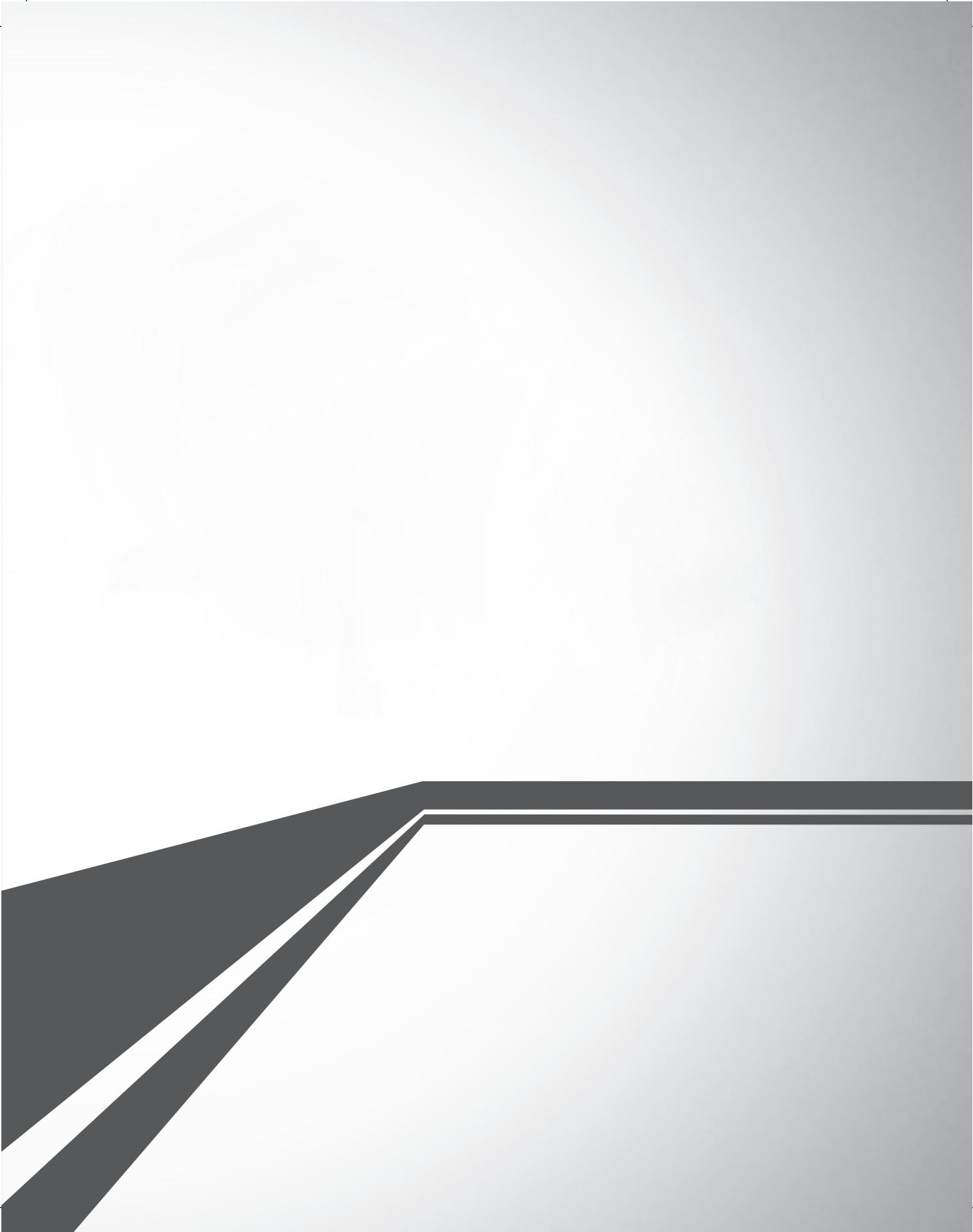
Gabarito

1. O sistema de preços é um mecanismo automático da economia de mercado o qual garante o seu funcionamento. É uma espécie de comunicação indireta entre os consumidores e produtores. O funcionamento desse sistema reflete o equilíbrio entre as quantidades ofertadas e demandadas de mercadorias, bens e serviços. Quando a oferta é maior que a demanda o preço diminui, por outro lado, quando a demanda é maior que a oferta o preço aumenta. O equilíbrio entre oferta e demanda é alcançado pela flutuação do preço.
2. Em economia mista, na qual parte dos meios de produção pertence ao estado e outra ao setor privado, o governo atua promovendo orientação e controle de aspectos econômicos. Através de firmas públicas ele interage em setores estratégicos, como indústria de base, e utiliza de outros instrumentos a sua disposição como legislação e tributação para favorecer algum setor.
3. A questão “para quem produzir” em uma economia centralizada é solucionada parcialmente pelo órgão de planejamento, o qual determina os salários dos diferentes tipos de profissão. Outra parte da solução dessa questão é a divisão entre os indivíduos do que é produzido.

Na economia centralizada, o sistema de preços tem por finalidade facilitar o alcance dos objetivos do Estado e não ditar o funcionamento da economia.

4. Depende do enfoque dado pelo setor público ou privado. No âmbito do setor público a questão é resolvida com o planejamento governamental, cujo fundamento é o atendimento adequado das necessidades da coletividade. No setor privado, é solucionada de acordo com a concorrência, por meio do mercado e preços.
5. Em uma economia mista como a do Brasil o sistema de formação de preço é o principal mecanismo de coordenação da atividade econômica, resultado conjunto de demanda e oferta em uma única variável que determina o retrato da situação econômica e sua solidez.





■ A atividade econômica e o modelo de três setores

À medida que crescemos, nos ensinam sobre as virtudes da frugalidade. Aqueles que gastam tudo o que ganham estão condenados a morrer na pobreza. Para aqueles que poupam há a promessa de uma vida feliz.

Olivier Blanchard

Neste capítulo vamos analisar o comportamento econômico de uma sociedade, de forma bastante simples, mas o suficiente para compreendermos a complexidade do dia a dia que nos cerca. E vamos descobrir que analisar o comportamento econômico de uma sociedade não se constitui no mistério como muitos propagam.

Para tanto, vamos utilizar apenas seis variáveis e um pouco de lógica. Aproveitando, vamos também discorrer sobre alguns aspectos que envolvem o setor privado da economia, o setor externo e o setor governamental, de acordo com a preocupação macroeconômica de manutenção de equilíbrio econômico.

Modelo de economia simples

Consideremos uma economia bastante simples, que não possua governo nem mantenha relações econômicas com outras economias; vamos supor a existência apenas das famílias e das empresas.

Se observarmos o lado das famílias, vamos verificar que a renda destas é totalmente utilizada para o consumo de bens e serviços necessários para satisfazer suas necessidades e desejos, e também, para a renúncia intertemporal ao consumo, que denominamos poupança, conforme podemos ver nesta identidade:

$$\text{Renda} = C + S \quad (1)$$

onde C representa o consumo das famílias e S a poupança dessas famílias.

Por outro lado, tudo aquilo que é produzido pelas empresas, que deno-

minaremos doravante produto, é destinado ao consumo das famílias e parte dessa produção, que constitui bens de capital, é destinado a investimentos. Devemos considerar, também, que a parcela do produto que eventualmente não é vendida é considerada como um investimento em estoques. Dizendo de outra maneira, a formação de estoques é contabilizada como investimento. Nesse caso, a identidade assumiria a seguinte forma:

$$\text{Produto} = C + I \quad (2)$$

onde I representa o nível de investimento.

Considerando a primeira condição de equilíbrio de um modelo econômico, onde *renda* é igual ao *produto*, podemos igualar as duas identidades, ou seja, igualar as identidades (1) com a (2).

$$\text{Renda} = \text{Produto}$$

então,

$$C + S = C + I$$

logo,

$$S = I$$

Isso significa que a *poupança* e o *investimento* nessa economia são iguais. Em outras palavras, o excesso de renda sobre o consumo (poupança) inevitavelmente será canalizado para o investimento.

Inicialmente pode parecer coincidência essa igualdade entre poupança e investimento, uma vez que as razões que levam uma pessoa a poupar são diferentes das razões que levam as empresas a investir. Normalmente, o ato de investir está associado a questões, entre outras, de rentabilidade e risco, ao passo que o ato de poupar está associado à segurança, precaução, risco, avareza etc.

Entretanto, em termos contábeis, essa igualdade sempre vai ocorrer, devido à própria definição de investimento, que inclui não só aquela parte da produção não consumida e que é utilizada para a produção de outros bens no futuro, mas também aquela parcela da produção não consumida que é estocada.

Isso vem a confirmar que, para que uma economia possa realizar investimentos, há a necessidade de que essa economia tenha poupança para suportar este tipo de dispêndio.

Se a sociedade não poupar, não há como essa economia realizar investimentos. Cabe lembrar aqui que, para que uma economia possa crescer, há a necessidade de melhorar as condições de produção, ou seja, que investimentos sejam realizados.

Modelo de economia fechada (com governo e sem setor externo)

Agora vamos sofisticar o nosso modelo e incluir o *governo*; mas, a exemplo do caso anterior, essa economia continua não possuindo relações comerciais com outras economias. E a inclusão do governo faz surgir duas novas variáveis em nossa análise. São eles: os gastos do governo e a tributação, representados respectivamente pelas letras maiúsculas *G* e *T*.

Os gastos do governo representam os dispêndios realizados pelo governo, que podem ser de custeio, investimentos do governo e transferências. Por custeio entendamos os gastos realizados para a manutenção da máquina do estado (material de escritório, alimentos, equipamentos).

Os investimentos do governo representam todas as despesas realizadas para melhorar a infraestrutura do país, em saúde, educação, segurança e transportes.

As transferências por sua vez são representadas pelas pensões, aposentadorias e subsídios.

A tributação ou arrecadação representam a receita do governo, que suportará os gastos por ele efetuados. São elas: impostos, contribuições e taxas. Essa tributação incide sobre a atividade econômica como um todo, tanto sobre a produção como sobre a renda dos indivíduos.

A igualdade entre gastos do governo e a tributação nos dá o equilíbrio fiscal. Se os gastos superarem a arrecadação, temos a condição de *deficit* fiscal, e se ocorrer o contrário teremos um *superávit* fiscal.

Assim, com a inclusão do governo em nosso modelo, e sabendo-se que os impostos incidem sobre a renda, e que os gastos do governo passam a demandar parte da produção, temos a seguinte composição das identidades de renda e produto:

$$\text{Renda} = C + S + T \quad (3)$$

e

$$\text{Produto} = C + I + G \quad (4)$$

No modelo anterior de economia simples, a renda era utilizada, para o consumo e para a poupança. Agora, parte da renda é destinada à arrecadação do governo. Importante salientar que, a tributação recolhida pelas empresas é transferida para o preço final do produto, o que significa que os indivíduos são os últimos pagadores de todos os impostos, contribuições e taxas que incidem sobre a economia como um todo.

Por outro lado, a produção ou produto era destinada apenas ao consumo das famílias e aos investimentos. Agora, parte da produção é destinada às compras efetuadas pelo governo, tanto a nível federal e estadual como a nível municipal.

Como na condição de equilíbrio a renda é igual ao produto, podemos igualar as duas identidades e, assim, temos que consumo mais poupança mais tributação é igual a consumo mais investimentos mais gastos do governo.

$$\text{Renda} = \text{Produto}$$

ou seja

$$C + S + T = C + I + G$$

da qual resulta que,

$$S + T = I + G$$

ou, ainda, podemos fazer um novo arranjo desses agregados macroeconômicos e agregá-los em setor privado e setor público, ou seja, poupança menos investimentos é igual a gastos do governo menos tributação.

$$(S - I) = (G - T) \quad (5)$$

Essa nova identidade pode ser assim interpretada: o excesso de despesas do governo sobre a arrecadação, isto é, o *deficit* do orçamento do governo é contabilmente idêntico ao excesso de poupanças sobre o investimento privado. Em outras palavras, o *deficit* orçamentário do governo é financiado pela poupança privada, que deveria estar sendo canalizada para investimentos na economia.

Dessa forma, à medida que o governo gasta mais do que arrecada, reduz-se a capacidade da economia realizar investimentos, ou seja, pode impedir o crescimento da economia.

Concluindo, em uma economia fechada, qualquer desequilíbrio no orçamento do governo vai repercutir sobre o setor privado da economia.

Modelo de economia aberta (com governo e com setor externo)

Consideremos agora o caso de uma economia aberta, isto é, de uma economia que, além dos setores privado e público, possua também o setor externo, ou seja, mantenha relações comerciais com outros países.

Normalmente, em uma economia aberta, a produção é destinada ao consumo e o excedente à exportação (X). Entenda-se, também, por excedente a produção de determinados bens que não se destinam apenas ao mercado consumidor doméstico. Existem produtores, especialmente os do setor agrícola, como no caso brasileiro, que destinam parte significativa de sua produção ao mercado externo, levando-se em conta que os países que compram esses produtos não possuem o clima adequado para o plantio de determinadas culturas. É o caso do café, da soja e do algodão. Existem ainda, no caso do Brasil, produtos industrializados, como o calçado e a carne processada, que possuem ampla penetração no mercado internacional e que são, por essa razão, exportados.

Assim, temos que o produto nacional, ou tudo o que é produzido dentro de um país, é destinado ao consumo, investimento, gastos do governo e também para a exportação (X).

Dessa forma podemos reformular a identidade do produto e despesa escrevendo:

$$\text{Produto} = C + I + G + X \quad (6)$$

Por outro lado, sabemos que nenhum país é autossuficiente em produtos e recursos naturais. Para poder atender à demanda interna, ou seja, às necessidades do consumidor, alguns produtos são importados (M), como é o caso do trigo.

Nesse sentido, parte da renda nacional é destinada à aquisição não apenas do trigo, como também de outros produtos, o que nos permite dizer que a

renda nacional é utilizada no consumo, poupança, pagamento de tributos e de produtos importados (M), ou seja,

$$\text{Renda} = C + S + T + M \quad (7)$$

Como no conceito de equilíbrio do modelo econômico a renda é sempre igual ao produto, podemos igualar as identidades (6) e (7) e escrever que:

$$\text{Renda} = \text{Produto}$$

ou

$$C + S + T + M = C + I + G + X$$

ou então,

$$S + T + M = I + G + X$$

Agrupando essas variáveis de acordo com os setores privado, externo e governo, temos:

$$\begin{array}{ccc} \text{Privado} & \text{Externo} & \text{Público} \\ (S - I) + (M - X) & = & (G - T) \end{array}$$

A leitura dessa nova identidade pode ser feita da seguinte maneira. A relação $(S - I)$ significa que o montante poupado pela economia é superior ao montante investido. Em tese, para que uma economia esteja em equilíbrio, todo recurso poupado deve ser utilizado em investimentos. Neste caso, temos um excedente de poupança ou uma poupança líquida interna.

A expressão $(M - X)$, por sua vez, denota um excesso de saída de recursos sobre as entradas nos negócios internacionais, ou seja, uma poupança líquida externa.

Por fim, a expressão $(G - T)$ nos mostra que o país está realizando dispêndios acima do que a sua arrecadação permite, ou seja, está apresentando um *deficit* nas contas do governo.

Em outras palavras, essa identidade está mostrando um importante aspecto: o *deficit* do governo $(G - T)$ pode ser financiado pela poupança líquida interna $(S - I)$ ou pela poupança externa $(M - X)$.

Pode-se apresentar essa nova situação de uma maneira diferente. À medida que o governo apresenta um *deficit* fiscal, ele necessita ser financia-

do, e este financiamento virá dos recursos disponíveis no mercado financeiro, que são os recursos oriundos das poupanças das famílias. Dessa forma, à medida que estes recursos disponíveis são utilizados para financiar o excesso de dispêndios realizados pelo governo, teremos menos recursos para investimentos, para melhorar as condições de produção da economia.

Dessa situação surge um dos maiores problemas das economias emergentes: governos *deficitários* com uma população com baixa capacidade de poupar, que acabam comprometendo a capacidade de investimento do país, o que, por sua vez, acaba comprometendo o processo de crescimento e desenvolvimento da nação.

Daí surge a dependência do país ao capital estrangeiro, complementando a poupança agregada nacional, auxiliando no financiamento do *deficit* público, bem como na realização de investimentos no setor produtivo. Esse capital estrangeiro também poderá aportar no país sob a forma de *Investimento Estrangeiro Direto* (IED), que são os recursos que entram na economia sendo aplicados na criação de novas empresas ou na participação acionária em empresas já existentes. O capital estrangeiro também poderá vir de forma indireta, quando assume a forma de empréstimos e financiamentos a longo prazo.

A questão da dependência ao capital estrangeiro

A escola neoclássica aborda o investimento como algo determinado pela poupança, e esta, como uma decorrência da renúncia ao consumo imediato. Assim, o crescimento de uma economia se dá quando a economia está em pleno emprego continuado, resultado da flexibilidade dos preços e das taxas de juros, e a acumulação de capital é parte representativa da produção que as famílias deixam de consumir (WILLIAMSON, 1996).

Se uma economia não tem capacidade para a formação de poupança, reduzem-se as oportunidades de ela realizar investimentos que possam promover o seu crescimento, a não ser que ela estimule a entrada do capital estrangeiro para compensar a sua baixa propensão a poupar.

Por outro lado, se essa mesma economia possuir um governo que não adota uma política fiscal consistente, que a leve a apresentar *deficits* contínuos, a necessidade de se financiar esse excedente de dispêndios leva esse mesmo governo a lançar mão dos recursos disponíveis junto à sua sociedade.

Ora, se a sociedade já possui baixa capacidade de poupar, a necessidade de se financiar o *deficit* governamental compromete ainda mais a capacidade de investimentos dessa economia, cerceando ainda mais a possibilidade de crescimento e conseqüente desenvolvimento.

Nos países emergentes, ou em processo de desenvolvimento, o crescimento econômico normalmente é limitado pela falta de recursos monetários para a realização dos investimentos necessários, e não propriamente pela falta de estímulo para investir.

Por essa razão, a abertura de uma economia desempenha um papel extremamente importante no processo de acumulação de capital, pois permite, de um lado, a entrada do capital estrangeiro para complementar a poupança interna bruta para as inversões a serem realizadas, e, de outro, a entrada de bens de capital necessários para a implantação ou melhoria dos processos de produção.

Por outro lado, essa abertura de fronteiras de uma economia, associada à baixa propensão de poupar e ao *deficit* fiscal do governo, acaba transformando-a em uma economia reflexa, ou seja, uma economia que, além de depender de outras economias para o fornecimento de capital, passa a importar também suas crises.

O balanço de pagamentos

Tradicionalmente, o balanço de pagamentos de um país é definido como o registro sistemático das transações econômicas, ocorridas em um determinado período, entre um país e o resto do mundo. Mais especificamente, o balanço de pagamentos é a escrituração dos fluxos monetários referentes ao movimento de mercadorias e serviços (transações internacionais de bens e serviços), à variação de ativos e passivos com o exterior (empréstimos, financiamentos, investimentos e outros capitais enviados ou recebidos do exterior) e a transferências unilaterais (remessas simples de dinheiro, sem contrapartida econômica, que é o caso das doações, manutenção de estudantes no exterior, pagamento e recebimento de aposentadorias, entre outros).

A estrutura básica do balanço de pagamentos, entretanto, apresenta duas características importantes. A primeira é o saldo em transações correntes, resultado do somatório dos saldos da balança comercial, de serviços e

transferências unilaterais, que indica se houve poupança negativa ou positiva. A segunda é o saldo do balanço de pagamentos propriamente dito, que retrata a capacidade de financiamento que o país tem, junto à comunidade internacional.

Normalmente, os países emergentes apresentam *deficits* no saldo em transações correntes, reflexo de algum desajuste estrutural em sua economia. É o caso de economias endividadas e anfitriãs de empresas multinacionais, em que a conta de serviços apresenta-se geralmente deficitária devido às pressões exercidas pelos juros, pelos lucros e dividendos remetidos ao exterior. Se esse *deficit* não for compensado por um superávit na balança comercial, torna-se mais latente a dependência do país em relação ao capital estrangeiro para poder fechar suas contas internacionais.

Em linhas gerais, o saldo deficitário das transações correntes significa que o país comprou mais bens e serviços do exterior do que vendeu, indicando ter havido uma poupança externa positiva. Essa poupança, também conhecida como *passivo externo líquido*, aumenta as obrigações financeiras com o exterior, pois o país deverá buscar recursos complementares para poder encerrar seu balanço de pagamentos de forma nivelada.

Esse saldo do balanço de pagamentos, que é o confronto do saldo em transações correntes com o saldo de capitais autônomos, deverá apresentar, portanto, resultado zero. Se negativo, indica que as saídas autônomas de divisas foram superiores às entradas, gerando, então, um *deficit*; se positivo, significa que as entradas de divisas foram superiores às saídas, gerando, portanto, um superávit.

Os *deficits* de um balanço de pagamentos somente poderão subsistir se o país possuir reservas ou tiver acesso a capitais compensatórios (também chamados capitais induzidos ou financiamento oficial compensatório) que financiam esses *deficits*. Dessa forma, os *deficits* crônicos ou contínuos ao longo do tempo exigem uma correção, que poderá ser efetuada através das seguintes medidas, de acordo com Passos e Nogami (2001, p. 440):

- desvalorizações reais da taxa de câmbio;
- redução do nível de atividade econômica;
- restrições tarifárias ou quantitativas às importações;
- subsídios às exportações;

- aumento da taxa interna de juros; e
- controle da saída de capitais e de rendimento para o exterior.

As desvalorizações reais da taxa de câmbio, a redução do nível da atividade econômica, as restrições às importações e os subsídios às exportações são medidas comumente utilizadas para se atacar o problema mais importante do balanço de pagamentos, o *deficit* em transações correntes.

A adoção da redução do nível da atividade econômica, para reduzir o *deficit* das transações correntes, pode ter os seguintes impactos sobre a economia: produzindo menos, o país irá importar menos bens e serviços utilizados na indústria; e a queda na atividade gerará uma capacidade ociosa que incentivará as empresas nacionais a buscarem novos mercados no exterior. Essa medida, apesar de eficiente, não é recomendada, pois poderá trazer graves consequências à economia do país, levando-a à recessão.

O aumento da taxa interna de juros e o controle da saída de capitais e de rendimentos para o exterior procuram melhorar o balanço de pagamentos, atraindo ou evitando a saída de capitais autônomos. São medidas eficazes no curto prazo.

Movimentação do capital estrangeiro

As economias mundiais são dotadas de quantidades diferentes de fatores de produção, e esses recursos são distribuídos de forma desigual. Enquanto alguns países são mais bem-dotados de terra, outros são mais bem-dotados de mão de obra especializada; outros, ainda, são mais bem-dotados de capital. Dessa forma, tendem a ser ricos ou pobres com relação a determinado fator de produção.

Assim, a tendência natural do excesso de poupança gerado pelas economias é a de migrar dos países em que a sua produtividade marginal seja baixa para os países em que ela seja elevada, desde que não existam restrições de nenhuma natureza para a sua livre movimentação.

Carneiro (1961, p. 89) faz uma análise interessante sobre esses aspectos. Segundo o autor, essa movimentação de capitais delinea os estágios de desenvolvimento do mercado interno de um país e os vários aspectos que pode assumir seu balanço de pagamentos:

- um país emergente, com uma economia doméstica em seu estágio inicial de crescimento e desenvolvimento, inicia o ciclo como ávido devedor, quando o saldo líquido deficitário do seu balanço de pagamentos é financiado pela entrada de capitais estrangeiros;
- um país emergente atinge o seu estágio de devedor adulto, quando apresenta um saldo de transações correntes em equilíbrio e um volume de capital *per capita* crescente em relação à fase anterior;
- um país chega à fase de devedor maduro, quando o pagamento dos antigos empréstimos o obriga a manter permanentemente um saldo líquido favorável no saldo em transações correntes, contando com um volume de capital *per capita* em um nível elevado;
- um país emerge na economia internacional como jovem credor, quando está preparado para exportar capital e começa a enfrentar problemas com a redução no nível de consumo de sua sociedade, e passa a ter um excesso de poupança, e apresenta, cumulativamente, um saldo líquido positivo em seu resultado em transações correntes;
- um país se transforma em um credor adulto quando, por várias circunstâncias, não efetua mais empréstimos nem aceita pagamentos de empréstimos antigos, apresentando um balanço de pagamentos equilibrado e uma taxa de acúmulo de capital *per capita* decrescente;
- um país atinge o ápice na escalada quando se transforma em um credor maduro e começa a aceitar as amortizações de empréstimos feitos em fases anteriores, tendendo, por isso, a ter um saldo desfavorável no balanço de pagamentos, em função do crescimento e desenvolvimento de seus devedores, levando a uma taxa de acúmulo de capital *per capita* fortemente decrescente.

Ainda de acordo com Carneiro (1961, p. 90), tendo esgotado seu capital, o país morre economicamente ou reinicia novo ciclo como país emergente.

Mas o que realmente nos preocupa nesse tipo de análise é que, no período após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se um novo tipo de dependência das economias mundiais, baseada nas empresas multinacionais, que passaram a investir pesadamente nos países em desenvolvimento, o que acabou criando uma espécie de dependência industrial-tecnológica. E essa dependência acabou provocando desequilíbrios nas balanças comerciais dos países emergentes.

Em uma linha de raciocínio simples, as empresas multinacionais, geralmente detentoras de altas tecnologias, tendem a substituir produtos primários por matéria-prima sintética. O aumento da demanda por esses insumos acaba elevando o volume de importações, bem como seus preços no mercado internacional. A deterioração das relações de troca decorrentes da redução dos preços das matérias-primas tradicionais exportáveis leva a uma piora na *performance* da balança comercial. Por outro lado, a balança de serviços é prejudicada pela repatriação do elevado volume de lucros e *royalties*. Como os fretes e transportes internacionais estão sob o controle de empresas multinacionais, eles contribuem ainda mais para o *deficit* nessa balança. Como consequência, torna-se ainda mais necessário o financiamento externo do saldo deficitário em transações correntes, através de empréstimos que pioram a conta de capitais e concorrem para o aumento do endividamento externo.

Nesse sentido, os países emergentes continuarão a depender do capital estrangeiro, em função dos benefícios que estes trazem, e pelas maiores oportunidades que eles apresentam para o processo de crescimento. Entretanto, a tendência é uma diminuição drástica na mobilidade desses recursos, em vista do esgotamento dos ativos renováveis nos países emergentes e do aumento do risco dessas economias. Assim, o fluxo de capitais estrangeiros, ao longo dos próximos anos, deverá se restringir ao reinvestimento para a otimização da capacidade produtiva, forma para solidificar o investimento inicial.

Um outro fator relevante, e provavelmente o de maior peso, é que a economia mundial vem passando por um processo de falta de liquidez e diminuição nas taxas de crescimento, o que limita a disponibilidade de capitais, levando-os a reduzir ao máximo seus riscos, buscando investimentos mais sólidos e seguros.

A globalização, desta forma, espalha os sintomas dessa crise por tudo o que alcança, e os países emergentes acabam sofrendo as maiores consequências, exatamente por serem economias reflexas, ou seja, importadoras de crises.

Ampliando seus conhecimentos

Complementariedade *versus* competitividade nas relações do Brasil com o mundo industrializado

Werner Baer

A estratégia brasileira da industrialização com vistas à substituição das importações (ISI) para promover o desenvolvimento econômico do país foi, ao mesmo tempo, um sucesso e um fracasso, pois resultou na industrialização do país, mas não reduziu sua dependência externa somente mudando sua natureza. A estratégia ISI tornou o país mais dependente de insumos importados para operar seu parque industrial.

Quando se reflete sobre os fatos, embora essa fosse uma consequência inevitável, considerando-se a falta de várias matérias-primas básicas, poder-se-ia afirmar que a estratégia ISI que dava ênfase à indústria automobilística como um dos principais elementos de crescimento industrial e como elemento-chave no desenvolvimento do sistema de transportes do país (negligenciando as ferrovias), tornou-se desnecessariamente vulnerável e dependente na era pós-1973. A dependência em relação ao capital estrangeiro e às multinacionais também aumentou e o poder de negociação dessas empresas cresceu à medida que elas se tornaram essenciais ao contínuo e intenso crescimento econômico do país¹.

A dependência também foi intensificada pelas indústrias em desenvolvimento, verticalmente integradas ao sistema industrial mundial e pelas exportações em desenvolvimento (como minério de ferro) que estão sujeitas ao desempenho dos países industrializados – talvez “interdependência” seja um termo mais realista; a maioria das economias mais importantes do mundo tem-se tornado cada vez mais interdependentes. O grau em que o Brasil

¹ O Brasil não é tão importante para as multinacionais quanto elas são para o Brasil. Para informações adicionais sobre essa questão, veja: DOELLINGER, Carlos von; CAVALCANTI, Leonardo. **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira**. Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 29, Rio de Janeiro, IPEA, 1975.

poderá se beneficiar desse desenvolvimento irá depender muito da habilidade dos formuladores de sua política econômica e diplomatas especializados na área econômica. Sua diversificação comercial e a de suas fontes de investimento dão margem a vários procedimentos.

Também há um grau de competitividade no sistema econômico brasileiro com relação aos seus parceiros comerciais. Primeiro, há competitividade na complementaridade na medida em que as subsidiárias brasileiras de multinacionais estão competindo com as unidades de produção dessas empresas em outras áreas do mundo. Segundo, há competitividade na exportação dos produtos finais. Este é o caso da exportação de vários tipos de bens de consumo – calçados, têxteis, automóveis e outros – em que o Brasil e seus concorrentes terão de chegar a alguma espécie de acordo quanto à participação de mercado ou quanto à redistribuição mundial do trabalho – por exemplo, uma redução na capacidade produtiva da indústria de calçados dos Estados Unidos para dar lugar aos produtores brasileiros, enquanto os americanos se especializam em outros produtos para os quais há mercado no Brasil.

Finalmente, há oportunidades e conflitos potenciais na diversificação das exportações agrícolas brasileiras. A emergência do Brasil como o segundo maior exportador de soja e derivados do mundo, o contínuo crescimento das exportações de minério de ferro e o potencial do país como exportador de carne apresentam oportunidades de aumento no comércio e de conflitos com economias concorrentes.

Atividades de aplicação

1. “Poupança e investimento sempre são iguais. Entretanto, podem ser diferentes”. Justifique se você concorda ou não com esta frase.
2. Qual a interpretação que você daria para a identidade:

$$(S - I) + (M - X) = (G - T)?$$

3. Suponha uma economia simples, em que não haja governo e nem relações com o setor externo. Nesse tipo de Economia, qual a relação que se pode estabelecer entre *investimento* e *poupança*?

4. O que se entende por *Economia reflexa*?
5. Supondo uma economia fechada, de que forma o governo consegue financiar o seu *deficit* fiscal?

Referências

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARNEIRO, O. A. Dias. **Movimentos Internacionais de Capital e Desenvolvimento Econômico**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961.

NOGAMI, Otto. Economias emergentes e a sua dependência do capital estrangeiro. **Thomson Business Journal**, n. 1, nov. /2003, p. 78-83.

PASSOS, Carlos Roberto Martins e NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iório de. **Macroeconomia e Política Macroeconômica**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1984.

WILLIAMSON, John. **Economia Aberta e a Economia Mundial**: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Gabarito

1. Poupança e investimento são iguais em termos contábeis, pois toda poupança é canalizada para investimento. A definição dos dois termos é a mesma: parte da produção não consumida utilizada para a produção de outros bens no futuro, ou parcela da produção não consumida e estocada.

Porém, poupança e investimento são diferentes no que tange às razões pelas quais os indivíduos os fazem: o primeiro representa

estabilidade, segurança e precaução enquanto o segundo está ligado à rentabilidade e risco.

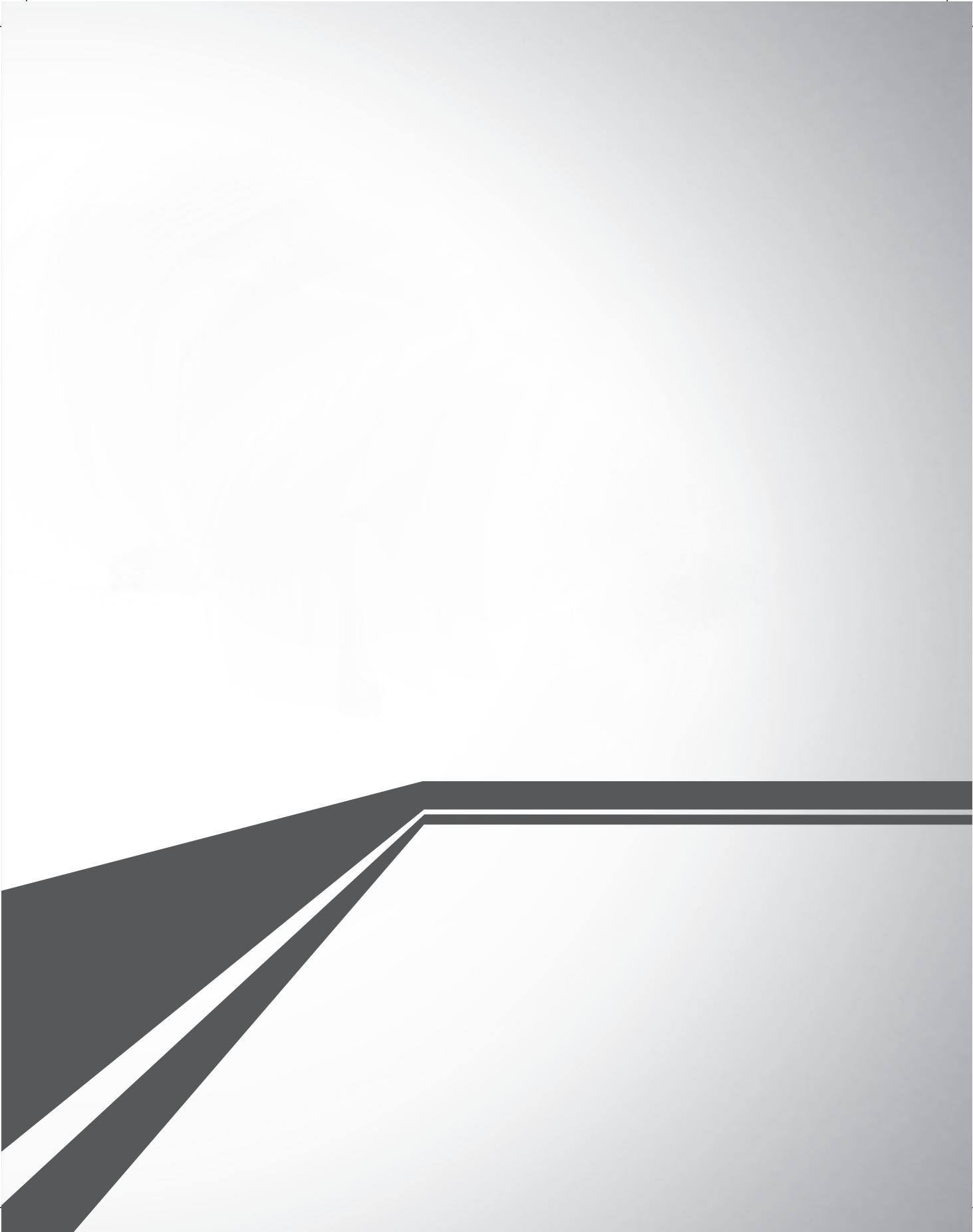
2. A interpretação para esta equação depende das três expressões:

A primeira delas é $(S-I)$ que significa que o montante poupado pela sociedade é superior ao investimento. A segunda expressão é $(M-X)$, que denota o excesso de saída de recursos sobre a entrada, poupança líquida externa. Por fim a expressão $(G-T)$ indica que o dispêndio do governo é superior a sua arrecadação, ou seja, apresenta *deficit* fiscal.

O conjunto das expressões nessa equação indica que o *deficit* do governo está sendo financiado pela poupança líquida interna ou pela poupança externa.

3. A relação entre investimento e poupança é que os dois são sempre iguais em termos contábeis.
4. Economia reflexa é a terminologia utilizada para explicar o processo de dependência estrangeira em função de benefícios para o país.
5. Na suposição de uma economia fechada, o governo consegue financiar seu *deficit* por intermédio da poupança interna, ou seja, a diferença entre poupança e investimento. A poupança privada que seria canalizada para investimentos financia o governo.





■ Contabilidade nacional

Neste capítulo vamos desenvolver um importante tema que diz respeito ao sistema de agregados estatísticos, que registra a atividade econômica global de um país, em um determinado período de tempo, geralmente um ano.

Esse registro contábil é feito pelo método das partidas dobradas, de tal maneira que os agregados são apresentados duas vezes: a débito de uma conta e a crédito de outra. Ao débito corresponde uma despesa ou um pagamento; ao crédito, um fundo originário da produção interna do país ou procedente do estrangeiro.

O sistema de contas nacionais constitui indispensável instrumento de análise para a economia. Obedecem a uma padronização internacional estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e incluem os seguintes itens gerais:

- conta do produto interno;
- conta da renda nacional;
- conta dos consumidores;
- conta do governo;
- contas das transações com o exterior; e
- conta consolidada de capital.

Cada conta se compõe de agregados e subagregados, apresentados a preços correntes e em termos reais, isto é, a preços deflacionados (corrigidos do efeito inflacionário). Somente com os agregados em termos reais é possível estabelecer tendências do desenvolvimento econômico e comparar os resultados de anos diferentes.

O que é a contabilidade nacional?

Segundo Monto Filho (1992, p. 15):

A Contabilidade Nacional é, basicamente, uma metodologia para registrar e quantificar os agregados macroeconômicos de uma forma coerente e sistemática. Dessa forma, esse é o objetivo central da elaboração de um sistema de contas nacionais.

A contabilidade nacional deve ser entendida como um sistema contábil que permite a avaliação da atividade econômica em um determinado período, em seus múltiplos aspectos. O método de avaliação consiste em hierarquizar fatos econômicos, classificar transações relevantes e agrupá-las para serem quantificadas e acompanhadas de forma sistemática e coerente. (FEIJÓ *et al.*, 2003, p. 5)

A contabilidade nacional consiste, em síntese, na elaboração de cinco grandes contas, obedecendo à praxe contábil das partidas dobradas, algo assim como considerar o país como uma grande empresa e elaborar a sua contabilidade. (SOUZA, 1984, p. 18).

Contabilidade nacional é a contabilização das atividades econômicas internas e externas de um país, em um determinado período de tempo, normalmente um ano. Trata-se de uma técnica que se preocupa com a definição e quantificação dos principais agregados econômicos. (PASSOS; NOGAMI, 2005, p. 639).

Outra importante contribuição da contabilidade nacional ao progresso do conhecimento econômico relaciona-se com a possibilidade de testar empiricamente os modelos macroeconômicos.

A disponibilidade de dados, ao lado do desenvolvimento de técnicas econométricas, viabilizou o teste estatístico de diversas teorias.

Tem-se assim, em resumo, que a contabilidade nacional ou contabilidade social é parte integrante do conjunto da teoria econômica. O seu conhecimento é fundamental tanto para entender esta teoria como para analisar, empiricamente, os fenômenos da economia.

A importância da contabilidade nacional

A exemplo do que ocorre com uma empresa, a contabilização das atividades internas e externas de um país, desenvolvidas em um determinado período de tempo, normalmente um ano, é de fundamental importância, porque é a partir dessa contabilidade, denominada contabilidade nacional, que surgem informações para a formulação e execução da política econômica. Portanto, estuda-se a contabilidade nacional não apenas para medir o desempenho da economia, mas sim porque ela evidencia as relações entre as três variáveis macroeconômicas básicas: produto, renda e despesa.

A contabilidade nacional é composta de cinco contas básicas:

■ **Conta de produção** – que equivale à identidade entre produto nacional e despesa nacional.

É a conta mais importante do sistema, já que é a partir dela que todas as demais encontram sua razão de ser. Nessa categoria enquadram-se todas as unidades que compõem o aparelho de produção de uma

economia. Reúnem-se aqui as empresas que se dedicam a atividades primárias, secundárias ou terciárias, produzindo os bens e serviços que atendem às necessidades de consumo e de acumulação da sociedade.

A característica essencial das empresas, do ponto de vista da contabilidade nacional, é o fato de que elas reúnem, organizam e remuneram os recursos de produção fornecidos pelas unidades familiares. Cada uma das empresas integradas no processamento da produção é, portanto, um centro de convergência e de aplicação de recursos, de cuja atividade resulta a oferta agregada dos mais diferentes tipos de bens e serviços.

Outra característica importante que deve ser ressaltada é que as empresas, como unidades de produção, não subsistem isoladamente. Sejam as do subsetor de lavouras ou as da indústria extrativa mineral, sejam as das indústrias de transformação ou de construção, sejam ainda do subsetor de transportes e comunicações, todas dependem do funcionamento normal das demais. Sua operação é um ininterrupto sistema de entradas e saídas. No processamento de sua própria produção de bens e serviços, cada empresa depende de fornecimentos recebidos de outras empresas, direta ou indiretamente.

- **Conta de apropriação** – que mostra como a renda das famílias é distribuída entre consumo e poupança.

Ela representa, em última instância, o amplo poder decisório das unidades familiares para a destinação de suas rendas pessoais. Esse poder decisório é uma das principais características econômicas desse agente. Dele decorre, em grande parte, o montante, o direcionamento e a composição do fluxo global de dispêndio da economia.

O conceito de unidades familiares engloba os indivíduos que se encontram diretamente empregados, fornecendo recursos, para o processamento das atividades primárias, secundárias ou terciárias de produção. Engloba ainda todos os indivíduos que, embora não participantes do processo de produção, recebem transferências pagas pelo sistema de previdência social ou por outras entidades, capacitando-os a participarem dos resultados da produção processada, pela aquisição dos bens e serviços elaborados pelo sistema.

Por sua participação no processo econômico de produção ou por acesso aos benefícios previdenciários existentes, convergem para as unida-

des familiares diferentes tipos de rendas, como salários, aluguéis, juros, lucros e dividendos, além de vários tipos de transferências. Cada uma das unidades familiares possui amplo poder decisório para a destinação de suas rendas pessoais. Este poder decisório é uma das principais características econômicas desse agente. Dele decorre, em grande parte, o montante, o direcionamento e a composição do fluxo global de dispêndio da Economia.

- **Conta de acumulação** – que é equivalente à identidade entre poupança e investimento.

Investimento refere-se à produção de bens de capital, ou seja, plantas, construções, máquinas e equipamentos. Não confundir com aplicações financeiras, que objetivam, apenas, ganhos financeiros.

Por enquanto, vamos considerar que as poupanças dirigem-se ao mercado financeiro, e nesse mercado transformam-se em recursos a serem utilizados no processo de investimento.

Com a introdução da atividade de acumulação deve-se atentar para um importante fato: os bens de capital não são perenes. Eles se desgastam com sua utilização. Em outras palavras, existe uma depreciação dos bens de capital. Eles são gastos no processo produtivo. Sob certo sentido, os bens de capital são incorporados aos bens produzidos ao longo de sua vida útil.

Há em cada período, portanto, uma parcela do estoque de capital, que chamaremos de depreciação, ou gasta, que é consumida no processo produtivo.

Na verdade, cada equipamento tem a sua vida útil e sua taxa de depreciação. Um trator, por exemplo, que tenha uma vida útil de dez anos, tem uma taxa de depreciação de 10% ao ano.

- **Conta corrente do governo** – que retrata as receitas e despesas do poder público.

O governo é outra entidade econômica fundamental, além das famílias e das empresas, que participa ativamente do processo econômico. O governo mantém relações econômicas, com empresas e famílias, similares as que estas têm entre si, mas com algumas características especiais que as diferenciam. Para a análise econômica é extremamente

importante a separação entre governo e setor privado. As motivações para a atuação dos dois setores são totalmente diferenciadas.

Os objetivos, as características da ação de cada um também são distintas. É, portanto, extremamente conveniente, senão indispensável para muitos casos, uma apresentação que separe as atividades do setor público das atividades do setor privado. Aqui é importante esclarecer que, para a contabilidade nacional, define-se setor público englobando apenas as funções tradicionais de governo. As empresas produtivas do setor público não são consideradas no setor governo. A distinção baseia-se no tipo de atividade, atividades típicas de governo, como justiça, segurança nacional e segurança interna, educação gratuita, saúde, entre outros, e não na propriedade da empresa. As empresas públicas desempenham atividades produtivas, vendem seus produtos no mercado e estão assim incluídas na conta de produção junto com as demais empresas.

Em síntese, é extremamente útil, para fins analíticos, explicitar o setor público na contabilidade nacional. O governo, de um lado, arrecada impostos. Parte destes é cobrada diretamente das famílias. São os impostos diretos. Outra parte é cobrada das empresas: impostos indiretos. Para as famílias, essa arrecadação significa que parte da renda recebida por elas será destinada ao pagamento de impostos.

No caso dos tributos indiretos, parte das receitas das empresas é que se destina ao governo. Com esses recursos o governo basicamente compra bens e serviços (consumo do governo) e os fornece gratuitamente, ou quase, à população, além das transferências. O valor dessa compra de bens e serviços é medido pelos salários pagos aos funcionários públicos mais as compras, ou outras despesas, realizadas pelo governo.

Na atividade de acumulação, a poupança em conta corrente do governo, juntamente com a poupança do setor privado, financia toda a formação bruta, ou líquida, do capital, seja ela realizada pelo setor privado, seja realizada pelas administrações públicas.

- **Conta do resto do mundo** – que resume as relações econômicas entre o país e o resto do mundo.

Como já vimos, o setor doméstico é composto por todas as unidades econômicas de residentes (famílias, empresas e governo) e localizadas

no país. As unidades produtoras e consumidoras residentes em outros países são incluídas no setor denominado resto do mundo.

As transações entre residentes e não residentes, excluindo-se as transferências unilaterais, podem ser agrupadas em quatro fluxos principais: exportações de bens e serviços; importação de bens e serviços; rendimentos pagos a fatores de produção de propriedade de não residentes; e rendimentos a fatores de residentes pagos por não residentes.

Essas contas constituem, portanto, a medida oficial do fluxo de produto e renda da economia. A contabilidade nacional foi realizada pelo Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas de 1947 a 1986, a partir de quando essa responsabilidade passou para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A grande parte dos agregados econômicos, tais como consumo e investimento, é definida nessas contas, que fornecem também o referencial para a análise do nível de atividade econômica.

A contabilidade nacional é, basicamente, uma metodologia para registrar e quantificar os agregados macroeconômicos de uma forma sistemática e coerente. Esse é o ponto central da elaboração de um sistema de contas nacionais, que representa e quantifica a Economia de um país.

Esse sistema visa reproduzir os fenômenos essenciais do circuito econômico, tais como:

- produção;
- geração de renda;
- consumo;
- financiamento;
- acumulação; e
- relações com o resto do mundo.

Outra importante contribuição da contabilidade nacional ao progresso do conhecimento econômico relaciona-se com a possibilidade de, através dos dados levantados e por meio de técnicas econométricas, a estatística aplicada à Economia, se testar empiricamente os modelos macroeconômicos.

Algumas considerações a respeito da elaboração da contabilidade nacional

Ao elaborar as contas nacionais, alguns princípios devem ser observados:

- procura-se medir tão somente a produção do próprio período. Assim, o valor de transações com bens produzidos em períodos anteriores, como os automóveis usados, não são computados nas contas nacionais;
- são computadas apenas as transações com bens e serviços finais, ou seja, excluem-se da contabilidade os bens e serviços intermediários;
- as transações referem-se a um fluxo por unidade de tempo, normalmente um ano; e
- os valores das transações financeiras não são considerados nas contas nacionais, uma vez que tais transações são consideradas transferências entre aplicadores e tomadores, não representando, portanto, acréscimos à produção real da economia.

Produto Nacional Bruto (PNB)

O Produto Nacional Bruto (PNB) é dado pelo valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos na economia em um dado período de tempo, geralmente um ano. O Produto Nacional Bruto é a medida básica da atividade econômica. Ele inclui itens como roupas, serviços médicos, alimentos, bens de capital.

Por outro lado, o bem-estar de uma nação depende, basicamente, da quantidade de recursos disponíveis e da eficiência na utilização desses recursos na produção de bens e serviços.

Portanto, quanto maior a quantidade de recursos disponíveis e a eficiência na sua utilização, maior será o produto nacional e, conseqüentemente, maior deverá ser o nível de bem-estar da nação, já que maior será o conjunto de opções oferecidas aos consumidores no atendimento de suas necessidades.

Assim, em linhas gerais, o produto nacional é um indicador, ainda que discutível, do bem-estar da sociedade. Além disso, o cômputo do PNB é importante porque permite avaliar o desempenho da economia em diferentes períodos.

Medindo o Produto Total

Falamos, até agora, que o PNB é um conceito importante. Mostramos também que ele inclui os milhares de bens e serviços produzidos, tais como casas, automóveis, laranjas, bebidas, tratores etc. Como, então, podemos medi-lo, ou seja, como podemos somar coisas heterogêneas? O denominador comum usado para tornar possível a soma dos vários bens e serviços produzidos na economia é o preço de cada um deles, expresso em unidades monetárias. O que fazemos, então, é calcular o valor monetário de cada bem para depois somarmos o total desses valores, chegando, dessa forma, ao conceito de produto total para um determinado ano.

Assim, o valor da produção de automóveis será dado pela quantidade produzida de automóveis multiplicada pelo seu preço. O mesmo raciocínio deve ser estabelecido aos outros bens.

Exemplificando: suponhamos uma economia bastante simples que produza apenas cinco tipos de bens. O quadro 1 fornece o tipo de produto, a unidade de medida, a quantidade produzida e o respectivo preço de mercado.

Quadro 1 – Medindo o PNB

Bem	Unidade de medida	Quantidade	Preço	Valor
A	litros	200	\$40,00	\$8.000,00
B	unidade	20	\$15,00	\$300,00
C	galões	70	\$25,00	\$1.750,00
D	quilos	600	\$0,50	\$300,00
E	metros	180	\$6,00	\$1.080,00
Produto Nacional Bruto (PNB)				\$11.430,00

Se multiplicarmos os preços pelas quantidades de cada produto e somarmos estes totais, obteremos o valor do PNB de \$11.430,00.

O cálculo do PNB feito para essa economia simples pode ser utilizado em uma economia mais complexa, incluindo bens, como livros e camisas, e serviços, como transportes ou uma consulta médica, desde que tenham preços e, portanto, possam ser somados, como foi apresentado anteriormente.

O problema da dupla contagem

Ao medirmos a produção de um país, surge um grande problema, que é a possibilidade de computarmos mais de uma vez um bem no produto nacional, acabando por superestimá-lo. Devemos, portanto, excluir os chamados bens intermediários do nosso cálculo, uma vez que eles já estão incluídos no valor do produto final.

Exemplificando: devemos considerar apenas o valor do automóvel como parte do PNB. O valor de todos os componentes utilizados em sua montagem, tais como, pneus, aço e vidros produzidos por outras empresas, já está incluído no preço do veículo. Se incluíssemos o valor dos bens intermediários no cômputo do PNB, estaríamos incorrendo no erro da dupla contagem, mais precisamente da múltipla contagem.

Existem duas maneiras de evitar o problema da dupla contagem:

- excluindo os produtos intermediários, e
- computando somente os valores adicionados ao produto à medida que ele passa pelos vários estágios do processo produtivo. O quadro 2 fornece um exemplo de como evitar o problema da dupla contagem utilizando o método do valor adicionado. Para uma empresa, o valor adicionado ao produto consiste no valor de suas vendas menos o valor de suas compras de bens intermediários de outras empresas. Em nosso exemplo, fazemos a suposição de que os produtores de trigo não compram bens intermediários de outras firmas.

Quadro 2 – O método do valor adicionado

Estágios de produção	Receitas e vendas	Compras de outras empresas	Valor adicionado
1. Produção de trigo (fazenda)	\$800	\$0	\$800
2. Produção de farinha (moinho)	\$1.100	\$800	\$300
3. Produção de pão (padaria)	\$1.500	\$1.100	\$400
Valor adicionado			\$1.500

Por esses dados podemos dizer que o fazendeiro vende a sua produção de grãos de trigo a um moinho por \$800. O dono do moinho, por sua vez, processa o trigo transformando-o em farinha de trigo, vendendo-a poste-

riormente a uma padaria por \$1.100. O padeiro, por sua vez, utiliza-se da farinha para fabricar o pão, vendendo-o aos consumidores por \$1.500. Vemos então que o valor adicionado na produção de trigo é de \$800; na produção de farinha adicionam-se \$300 (receita de vendas de \$1.100 menos compras de outras empresas de \$800); na produção de pão, finalmente, adicionam-se \$400 (receita de vendas da padaria de \$1.500 menos compras de outras empresas de \$1.100).

A soma dos valores adicionados em cada estágio de produção totaliza \$1.500 (\$800 + \$300 + \$400), que é igual ao valor do pão, que é o produto final. Esse resultado não é fruto do acaso e origina-se do fato de que os dois métodos evitam a contagem dos bens intermediários.

O PNB nominal e o PNB real

O PNB foi definido anteriormente como o valor de mercado dos bens e serviços finais produzidos na economia, em um determinado período de tempo. Em outras palavras, o PNB é avaliado em termos monetários, levando em conta o preço de cada bem, no período em que esse bem foi produzido. Essa é uma medida satisfatória, se quisermos saber o valor do PNB de um ano qualquer.

Sabemos, porém, que, ano a ano, o produto nacional pode variar ou devido a um aumento (ou diminuição) de preços, ou a um aumento (ou diminuição) na quantidade de bens ou a ambos. Por essa razão é importante que saibamos que parte do aumento corresponde à quantidade de bens e serviços produzidos, e que parte desse aumento corresponde à variação de preços. Como, então, resolvemos essa questão?

Imaginemos, para exemplificar, que em uma economia hipotética se produzam apenas dois produtos: laranjas e maçãs. Suponhamos também que, para 20X1, os dados de produção total dessa economia sejam os seguintes:

Quadro 3 – PNB nominal de 20X1 (PNB de 20X1 medido a preços de 20X1)

Produto	Preço	Quantidade	Produto
Laranjas	\$1,00	200	\$200,00
Maçãs	\$2,00	300	\$600,00
PNB – Produto Nacional Bruto			\$800,00

O PNB de 20X1 é, portanto, de \$800, e é chamado de PNB nominal ou PNB a preços correntes, porque é medido aos preços do próprio ano em que foi produzido.

Imaginemos agora que, em 20X2, essa economia apresente os seguintes dados de produção:

Quadro 4 – PNB nominal de 20X2 (PNB de 20X2 medido a preços de 20X2)

Produto	Preço	Quantidade	Produto
Laranjas	\$1,50	250	\$375,00
Maçãs	\$2,20	320	\$704,00
PNB – Produto Nacional Bruto			\$1.079,00

Temos, então, que o PNB de 20X2 é de \$1.079,00, e é denominado *PNB nominal* ou *PNB a preços correntes*, porque foi medido aos preços de 20X2.

Com base nessas informações, podemos concluir que o *PNB nominal* de 20X2, de \$1.079,00, teve um aumento de 34,88% com relação ao PNB de 20X1, que foi de \$800. Entretanto, parte desse aumento resulta da elevação de preços ocorrida de um ano para o outro, não refletindo, portanto, um aumento físico da produção, ou seja, o produto real da economia não aumentou tanto quanto a comparação dos valores nominais desses dois períodos parece indicar.

Como, então, fazemos para resolver esse problema? O caminho que seguimos para contornar esse tipo de problema consiste em tomar os preços de determinado ano (que chamamos de ano-base) e usá-los através das séries de medições do PNB em diferentes anos. Em nosso exemplo, poderíamos utilizar os preços de 20X1 para calcular o PNB de 20X2. Assim procedendo, estaríamos eliminando a variação de preços ocorrida de um ano para o outro. Vejamos, então, como fica o nosso exemplo:

Quadro 5 – PNB real de 20X2 (PNB de 20X2 medido a preços de 20X1)

Produto	Preço	Quantidade	Produto
Laranjas	\$1,00	250	\$250,00
Maçãs	\$2,00	320	\$640,00
PNB – Produto Nacional Bruto			\$890,00

Assim, quando calculamos o *PNB real* em 20X2, avaliando-o pelos preços de 20X1, encontramos um *PNB real* de \$890,00, o que indica um aumento de 11,25%, ao invés de um aumento de 34,88%. Esse aumento de 11,25% é uma medida melhor do aumento na produção física da economia. Dessa forma, fica solucionado o problema das mudanças irreais no produto total devido a variações do nível de preços.

Na prática, para superar esse problema, utilizamos um índice de preços, o qual nos dá uma estimativa da variação no nível geral de preços da economia. Uma vez tendo o índice de preços, podemos utilizá-lo para deflacionar o *PNB nominal* (ou a preços correntes) e encontrar o *PNB real* (ou a preços constantes). Em outras palavras, retirar o efeito da inflação do *PNB nominal* e assim encontrar o *PNB real*, ou seja, sem o efeito do aumento generalizado dos preços ocorrido de um período para outro.

Resumindo, podemos definir o PNB nominal e o PNB real:

- **PNB nominal:** mede o valor da produção aos preços prevaescentes no período durante o qual o bem é produzido.
- **PNB real:** mede o valor da produção em qualquer período aos preços de um ano-base. Ele nos dá uma estimativa da variação real ou física na produção entre anos específicos.

PNB *per capita*

O PNB *per capita*, ou renda *per capita*, é uma referência importante como uma medida-síntese do padrão de vida e desenvolvimento econômico dos países. É obtido dividindo-se o PNB do ano pela população residente no mesmo período.

Apesar de bastante divulgada, essa medida não é uma representação satisfatória do grau de desenvolvimento de uma economia e consequente nível de qualidade de vida.

O cálculo do PNB *per capita* nos dá uma ideia da renda média da população, mas, em países como o Brasil, em que a renda é muito desigualmente distribuída, essa média está longe de representar um padrão de vida típico. Isso significa dizer que países com rendas *per capita* piores do que o Brasil podem oferecer um padrão de vida melhor para a sua população se sua distribuição de renda for menos desigual (FEIJÓ, 2003).

O PNB *per capita* é obtido dividindo-se o PNB pela população:

$$\text{PNB per capita} = \frac{\text{PNB}}{\text{População}}$$

O PNB pela ótica da despesa

O PNB pode ser medido como a despesa total com a produção final da economia. Essa despesa da sociedade com bens e serviços divide-se em: gastos pessoais em consumo, gastos com investimentos efetuados pelas empresas, gastos do governo em bens e serviços e exportações líquidas.

Consumo (C)

As despesas em consumo efetuadas pelas famílias constituem o maior componente da demanda agregada. Os gastos em consumo dividem-se em três itens básicos: bens duráveis, bens não duráveis e serviços.

Investimento (I)

O investimento é a despesa em bens que aumenta a capacidade produtiva da economia e, portanto, a oferta de produtos no período seguinte. Ele é um fluxo de capital novo na economia que é acrescentado ao estoque de capital, que é a quantidade de capital produtivo existente. É também chamado “taxa de acumulação de capital” e “formação bruta de capital”.

O investimento inclui as despesas com novas edificações (novas fábricas e instalações) e com novos equipamentos (novos caminhões, novos tornos, novas máquinas etc.). O investimento inclui também a variação de estoques de bens mantidos pelas empresas.

Sabemos que os bens produzidos, mas não vendidos, são classificados como estoques. Por essa razão, aumentos nos estoques representam bens que foram produzidos no período e, por isso, devem ser incluídos no cômputo do Produto Nacional. Assim, quando as empresas acumulam estoques de seus produtos, consideramos esses estoques como bens comprados pelas próprias empresas, o que faz com que o produto que assume a forma de estoque seja igual a uma despesa no valor do produto estocado, e que é denominado, como já dissemos, investimentos em estoque.

Sabemos, ainda, que o estoque de capital de uma economia está em constante desgaste, ou seja, ferramentas, máquinas, edificações e outros instrumentos de produção utilizados durante o ano se depreciam. Por essa razão, parte das despesas de investimento destina-se à substituição do capital desgastado e, por isso, não aumenta o estoque de capital da economia.

Devido a isso, temos duas definições de investimento:

- *Investimento bruto (I_b)* que é igual às despesas com novas edificações, novos equipamentos etc. mais a variação de estoques; e
- *Investimentos líquidos (I_l)*, que é igual ao investimento bruto menos a depreciação.

Assim, temos que:

$$I_l = I_b - \text{Depreciação}$$

Devemos notar, portanto, que é o investimento líquido que aumenta o estoque de capital da economia.

Gastos governamentais (G)

As despesas governamentais em bens e serviços também são um importante componente da demanda agregada da economia.

São incluídas nesse item despesas com educação, segurança, justiça, construção de estradas, hospitais etc.

Devemos observar que por governo entende-se apenas as funções típicas do Estado, tais como administração direta, judiciário, legislativo etc. que dependem de dotação orçamentária. As empresas estatais que produzem e oferecem bens e serviços cobrando uma tarifa ou um preço são tratadas na contabilidade nacional como empresas do setor privado.

Exportações líquidas (X – M)

Podemos, finalmente, introduzir os chamados componentes externos: as exportações (X) e as importações (M).

As exportações correspondem à venda de parte da nossa produção para o exterior e que constituem demanda por produção interna. As despesas de importação constituem-se em aquisições de produção realizadas em outros países.

Síntese do Produto Nacional

A partir de tudo o que foi descrito até aqui, podemos derivar o quadro demonstrativo formal do Produto Nacional pelo ângulo das despesas:

$$\begin{aligned}
 & \textit{Produto Nacional} \\
 & (=) \\
 & \textit{Gastos pessoais em consumo} \\
 & (+) \\
 & \textit{Gastos do governo em bens e serviços} \\
 & (+) \\
 & \textit{Investimento privado nacional} \\
 & (+) \\
 & \textit{Exportações de bens e serviços} \\
 & (-) \\
 & \textit{Importações de bens e serviços}
 \end{aligned}$$

Portanto, de forma sintética, podemos escrever que:

$$\textit{Produto Nacional} = C + I + G + X - M = \textit{Despesa nacional}$$

O Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL)

Sabemos que o estoque de capital de uma economia está em constante desgaste, ou seja, as ferramentas, máquinas, edificações e outros instrumentos utilizados durante o ano se depreciam. Por essa razão, parte das despesas de investimento destina-se à substituição do capital desgastado e, por isso, não aumenta o estoque de capital da Economia.

Devido a isso temos duas definições de investimento: investimento bruto, que é igual às despesas com novas edificações, novos equipamentos, mais a variação de estoques; e investimento líquido, que é igual ao investimento bruto menos a depreciação.

Assim, temos que investimento líquido é igual ao investimento bruto menos depreciação. Por decorrência, existem duas definições de Produto Nacional.

Produto Nacional Bruto (PNB)

(=)

$$C + Ib + G + X - M$$

(=)

Despesa Nacional Bruta (DNB)

e

Produto Nacional Líquido (PNL)

(=)

$$C + II + G + X - M$$

(=)

Despesa Nacional Líquida (DNL)

ou, de forma sintética,

$$PNL = PNB - \text{Depreciação}$$

Assim, o PNL é o agregado econômico que define o valor dos bens e serviços finais realmente acrescentados à riqueza nacional.

Consiste na produção líquida total gerada pela economia de um país no período de um ano. Inclui as despesas de consumo de bens e serviços do setor privado (C), os gastos do governo em bens e serviços (G) e as despesas em investimentos líquidos (II), excluindo-se os fundos destinados à depreciação.

Para calcular o PNL, precisamos conhecer o índice de depreciação dos estoques de bens depreciáveis, como edifícios, maquinarias etc. Dessa forma, podemos chegar ao PNL a partir do próprio PNB, apenas fazendo a depreciação do capital.

O Produto Interno Bruto

Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, isto é, ele é medido a preços de mercado.

Dessa forma, calculamos o PIB tomando-se o PNB e adicionando-se a ele a *Renda Líquida Enviada ao Exterior* (RLEE). Aqui é importante entendermos que a Renda Enviada ao Exterior é o resultado das transferências de rendas de estrangeiros obtidas no país e enviadas aos seus países de origem, sob a forma de remessa de lucros, *royalties*, juros e outras remessas técnicas. E que Renda Recebida do Exterior diz respeito à renda que recebemos devido à produção de nossas empresas no exterior. Assim, entenda-se por RLEE o saldo da Renda Enviada menos a Renda Recebida.

O PNB e o bem-estar nacional

Em linhas gerais, o cômputo do Produto Nacional é importante porque, além de permitir avaliar o desempenho da economia em diferentes períodos, o PNB é um indicador, ainda que discutível, do bem-estar da sociedade. Isso significa dizer que ele deve ser olhado com certa reserva quando utilizado para fazer análises a respeito do crescimento econômico, desenvolvimento econômico e evolução do bem-estar nacional. Isso porque, embora esteja fortemente relacionado, o PNB não deve ser confundido com o bem-estar nacional, devido a algumas limitações, tais como:

- o PNB ignora no seu cômputo muitas transações não monetárias;
- o PNB não registra a economia informal;
- o PNB não considera os custos sociais derivados da produção; e
- o cômputo do PNB desconsidera a diferença na distribuição de renda entre os vários grupos da sociedade.

Ampliando seus conhecimentos

As implicações do novo PIB

Antonio Corrêa de Lacerda

A análise dos novos dados das contas nacionais, recentemente divulgados, retrata uma Economia diferente da que se conhecia. As transformações dos últimos anos mudaram significativamente a estrutura econômica brasileira, e era preciso considerá-las. Mérito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa instituição pública tão prejudicada pela crise do Estado brasileiro.

Considerando a nova base, o Produto Interno Bruto (PIB), o valor agregado da produção do país brasileiro nos últimos cinco anos cresceu a média de 3,2% ao ano (2,5% pela metodologia anterior), atingindo, em 2006, R\$2,332 trilhões (contra R\$2,227 trilhões).

A taxa de investimentos dada pela formação bruta de capital fixo (FBCF), em 2006, foi de 16,8%, bem abaixo da anterior conhecida de 20,5%. A má notícia é que estamos investindo bem menos do que os números anteriores revelavam. Mas, a boa notícia é que houve uma melhora da relação capital-produto. Estamos produzindo mais, por unidade investida.

Se pelos números anteriores era preciso atingir uma FBCF de 25% do PIB para sustentar um crescimento econômico anual de 5%, os novos dados indicam que para atingir o mesmo nível de crescimento, um investimento próximo de 22% será suficiente. Isso não muda o desafio de ampliar os investimentos em 4 a 5 pontos percentuais do PIB, o que requer considerável esforço.

Após a divulgação do novo PIB também houve quem concluísse que ficaria mais difícil cumprir a meta de superávit primário (4,25% do PIB). Trata-se, evidentemente, de uma leitura equivocada. O superávit exigido para evitar a expansão da relação dívida – PIB continua de R\$95,9 bilhões (3,83% do novo PIB). Assim, a Economia exigida continua a mesma em números absolutos, embora relativamente represente menos. O mesmo ocorre com a relação dívida pública líquida/PIB, que era de 50% e caiu para 46%, e a carga tributária/PIB, que reduziu de 38% para 34%.

Os novos números indicam que a economia brasileira é mais fechada do que se imaginava? De fato, uma comparação entre corrente de comércio (ex-

portação + importação)/PIB, que caiu de 23,9% para 21,5%, pode corroborar essa visão (Economia brasileira é a mais fechada entre os emergentes. **O Estado de S. Paulo**, 31 mar. 2007, p. B-5). No entanto, uma análise mais aprofundada revela exatamente o contrário. A parcela do PIB que o fez aumentar 10% em volume, não veio do setor industrial ou de qualquer atividade comercializável com o exterior. Deveu-se a uma reclassificação do peso de setores de serviços, financeiros, administração pública etc.

Portanto, uma análise mais realista deve considerar, por exemplo, a relação entre importações e a produção da indústria de transformação, que, segundo dados do BNDES, subiu de 16,9% em 2002, para 19% em 2006. Ou seja, por esse critério, a economia está mais aberta, especialmente nos setores intensivos em trabalho, como têxtil, vestuário, calçados e móveis, por exemplo, setores prejudicados pela valorização do Real e a crescente concorrência (desleal) dos chineses.

Portanto, temos algumas conclusões, a partir dos novos dados:

1. A taxa de crescimento da economia brasileira nos últimos cinco anos, embora ainda aquém da média mundial, é 28% maior do que se conhecia (3,2% contra 2,5% a.a.);
2. O PIB brasileiro de 2006 é R\$105 bilhões (US\$51,5 bilhões) maior, quase o equivalente aos PIB's de Equador (US\$35 bilhões), Bolívia (US\$10 bilhões) e Paraguai (US\$8 bilhões), somados;
3. Os novos dados reiteram a posição do Brasil entre as dez maiores economias do mundo;
4. A produtividade está crescendo acima do que se esperava, o que permite que a Economia cresça mais, com menor investimento proporcional;
5. A indústria perdeu participação relativa no PIB, de 36,1% para 27,7% na nova metodologia;
6. Em contrapartida, aumentou a participação dos serviços, de 56,3% para 66,7%;
7. O Brasil está mais próximo da classificação de "grau de investimento", pelas agências de classificação de risco, basicamente devido ao maior crescimento econômico e menor relação dívida pública/ PIB.

Antonio Corrêa de Lacerda, Doutor em Economia pela Unicamp, Professor-Doutor da PUC-SP e autor, entre outros livros, de *Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil*.

Atividades de aplicação

1. Por que apenas os bens e serviços finais são considerados no cômputo do PNB?
 2. O que diferencia o *PNB* do *PNL*?
 3. Explique a razão pela qual as variações no *PNB real* refletem mais precisamente as variações realmente ocorridas na produção do que as variações no *PNB nominal*?
 4. O que se entende por *PNB per capita*?
 5. Como você definiria o *valor adicionado*? Qual a sua relação com o *PNB*?
-

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FEIJÓ, Carmem Aparecida *et al.* **Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iório de. **Macroeconomia e Política Macroeconômica**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1984.

MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1992.

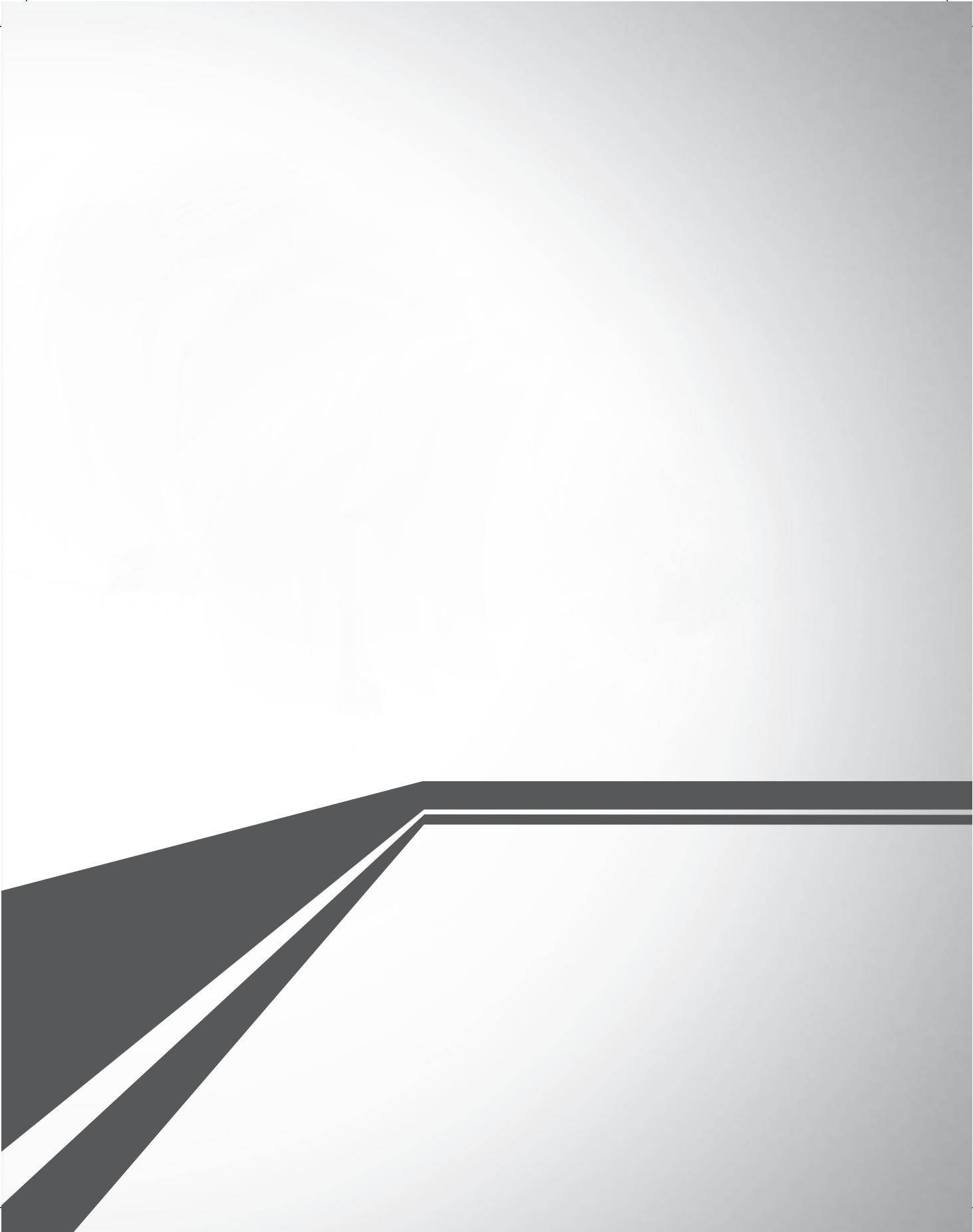
PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Gabarito

1. São considerados apenas os bens e serviços finais porque são excluídos do cálculo os bens intermediários, os quais já são inclusos no valor do produto final. Caso inclua os bens intermediários está incorrendo no erro da dupla contagem.
2. O que diferencia o produto nacional bruto (PNB) do produto nacional líquido (PNL) é a depreciação. O PNB é o total da produção nacional

de bens e serviços em determinado período de tempo. Já o PNL é o agregado que define o valor dos bens finais acrescentado à riqueza nacional, investimento líquido descontado a depreciação.

3. O PNB nacional mede o valor da produção a preços correntes de determinado período. O PNB real mede o valor da produção em qualquer período aos preços de um ano base. A diferença entre as duas definições está no modo de avaliar o valor da produção. No PNB real é possível verificar a variação nos preços (inflação) pela comparação do valor da produção de um período em relação a um ano base, identificando assim quais foram as variações realmente ocorridas na produção. No PNB nominal, não há uma base de comparação. Portanto não é possível verificar se a variação ocorrida no valor da produção foi real ou inflacionária.
4. O PNB *per capita* é um sinônimo de renda *per capita*, ou seja, divisão do PNB pela população residente no mesmo período.
5. O valor adicionado é a soma de cada estágio da produção no produto final. Na constituição do agregado PNB o valor adicionado entra no cálculo embutido na formação do valor de produtos e serviços finais.



■ O papel e a importância da moeda

A moeda é fluida, funcionando como o sangue do sistema. Não só a moeda escorre pelas entranhas da sociedade, sem controle, como os próprios atos e decisões dos chamados atores sociais não são determinados racionalmente, como quer parecer essa área do conhecimento humano.

Paul Samuelson

Não existe nada mais difícil do que tentar definir algo que todos nós sabemos do que se trata, mas sobre cujo real significado nunca paramos para pensar.

E nesses momentos começam a surgir perguntas das mais variadas, desde a sua origem até o complexo sistema que se criou à sua volta. É o que ocorre com a moeda.

Mas afinal, o que é moeda?

Segundo Leontief, economista russo radicado nos Estados Unidos, e que foi Prêmio Nobel de Economia em 1973, a moeda é a mercadoria que serve de equivalente geral para todas as mercadorias.

Dessa forma, ao longo deste capítulo, procuraremos desvendar alguns dos mistérios que cercam a moeda, entender o seu real significado e qual a sua importância no contexto da economia, salientando as preocupações do governo em mantê-la sob controle. Afinal, se a deixássemos circular livremente, consequências das mais diversas impactariam no sistema econômico.

A apresentação que aqui faremos sobre a moeda não pretende ser exaustiva. Procuraremos apenas dar um panorama geral sobre o assunto, de forma que se possa entender o papel desempenhado pela moeda na economia.

A origem e evolução da moeda

A origem e a evolução da moeda podem ser seccionadas em seis fases distintas:

- Era da troca de mercadorias;
- Era da mercadoria moeda;
- Era da moeda metálica;

- Era da moeda papel;
- Era da moeda fiduciária, ou papel-moeda; e
- Era da moeda bancária, ou moeda escritural.

Era da troca de mercadorias

Nos primórdios, o homem vivia em pequenas comunidades (de uma única família), e se utilizava da vegetação e da caça disponíveis na região que habitava. Esses recursos eram os únicos com os quais contava para a sua subsistência.

Essas minúsculas comunidades, entretanto, foram crescendo e começaram a se desmembrar em outros núcleos de famílias, cada uma procurando formar a sua própria fronteira, delimitando as suas áreas para o plantio de alimentos e a caça. Esses núcleos, entretanto, não produziam todos os mesmos produtos.

Iniciava-se, assim, o processo primitivo de divisão do trabalho e especialização. Enquanto uns se dedicavam à caça, outros se dedicavam à produção de tubérculos, outros, ainda, se especializavam no plantio de grãos e assim por diante. Essa racionalização das atividades fez com que os núcleos passassem a trocar o excedente resultante da especialização. Assim, uma boa caça era trocada por uma quantidade razoável de grãos, da mesma forma como uma quantidade razoável de grãos poderia ser trocada por um número considerável de frutas, ou então por uma produção de tubérculos.

Nas mais primitivas das culturas, portanto, a economia funcionava à base de escambo, a troca pura e simples de mercadorias.

Esse sistema, entretanto, apresentava algumas dificuldades. Samuelson (1975, p. 292) nos oferece um bom exemplo a respeito dessas questões. Imaginem um indivíduo que tenha maçãs e queira castanhas. Seria uma coincidência fora do comum encontrar outro indivíduo que tivesse desejos exatamente opostos, ansioso por vender castanhas e comprar maçãs. Ainda que aconteça o fora do comum, não há garantias de que a vontade das duas partes, no que se refere às quantidades e aos termos de troca exatos, coincida. Da mesma forma, a menos que um alfaiate faminto encontre um fazendeiro nu que tenha alimentos e o desejo de ter um par de calças, nenhum dos dois poderá fazer negócio.

Assim, o crescente número de produtos disponíveis nos mercados passou a dificultar a prática rudimentar do escambo, não só pela dificuldade cada vez maior de se estabelecerem relações justas e intercoerentes de troca, como também pela dificuldade de se encontrar parceiros cujos desejos e disponibilidades fossem duplamente coincidentes.

Para se ter uma ideia, a fim de atender os desejos de um indivíduo nos dias de hoje, as operações de troca de mercadorias se tornariam por demais trabalhosas, pois seriam necessárias inúmeras transações para que o indivíduo pudesse ter todas as suas necessidades satisfeitas. A quantificação dessas transações, partindo-se do pressuposto de que hajam desejos duplamente coincidentes, pode ser obtida pela fórmula:

$$RT = \frac{n(n-1)}{2}$$

em que RT representa o número de relações de troca ou o número de trocas de mercadorias e n a quantidade de produtos ou itens disponíveis na economia.

Desse modo, em uma economia hipotética que tivesse apenas um produto, seria nula a necessidade de relações de troca (isso é óbvio, pois com um único item na economia não haveria a necessidade de trocas de mercadorias). Se essa mesma economia dispusesse de dois produtos, bastaria apenas uma troca de mercadoria e assim por diante. Para que um indivíduo pudesse ter 100 itens nessa mesma economia hipotética, seriam necessárias 4 950 relações de troca.

Imaginem essa necessidade de relações de troca nos dias de hoje. Os indivíduos despenderiam todo o seu tempo disponível apenas para trocar mercadorias, sem que sobrasse tempo para produzir o bem necessário à troca de mercadoria.

Era da mercadoria moeda

Com o passar do tempo, a evolução da sociedade impõe a necessidade de se facilitar as trocas. Os indivíduos, então, passam a eleger um único produto como referencial de trocas: uma mercadoria que tivesse algum valor e que fosse aceita por todos. Para que isso ocorresse, a mercadoria eleita como moeda deveria atender a uma necessidade comum e ser rara o bastante para que tivesse valor.

Com a passagem das trocas diretas, de um produto por outro, para as indiretas, intermediadas por algum outro bem aceito por todos, com certo valor intrínseco, passou-se para a chamada *Era da mercadoria moeda*.

Nesse período, vários tipos de produtos foram utilizados como o referencial das relações de trocas de mercadorias, tais como o gado, fumo, azeite de oliva, escravos, sal, conchas, entre outros. O quadro 1 nos apresenta as mais diferentes mercadorias utilizadas como moeda, nos diferentes períodos da humanidade.

Quadro 1 – Principais mercadorias utilizadas como moeda

Regiões	Mercadorias-moeda
Antiguidade (Até 410 d.C.)	
Egito	Cobre
Babilônia, Assíria	Cobre, prata, cevada
Pérsia	Gado
Bretanha	Barras de ferro, escravos
Índia	Animais domésticos, arroz, metais
China	Conchas, seda, sal, cereais
Idade Média (410 a 1453 d.C.)	
Ilhas Britânicas	Moedas de couro, gado, ouro, prata
Alemanha	Gado, cereais, mel
Islândia	Gado, tecidos, bacalhau
Noruega	Gado, escravos, tecidos
Rússia	Gado, prata
China	Arroz, chá, sal, estanho, prata
Japão	Anéis de cobre, pérolas, arroz
Idade Moderna (1453 a 1789 d.C.)	
Estados Unidos	Fumo, cereais, madeira, gado
Austrália	Rum, trigo, carne
Canadá	Peles, cereais
França	Metais preciosos, cereais
Japão	Arroz

De modo geral, para que uma mercadoria pudesse ser utilizada como moeda, ela deveria ter várias qualidades, dentre as quais podemos destacar:

- **durabilidade** – ninguém aceitaria como moeda algo que fosse perecível;
- **divisibilidade** – a mercadoria eleita como moeda deveria poder sub- dividir-se em pequenas partes, de forma que tanto as transações de grande porte quanto as de pequeno porte pudessem se realizar;
- **homogeneidade** – qualquer unidade da mercadoria eleita como moeda deveria ser rigorosamente igual às outras unidades dessa mercadoria; e

- **facilidade de manuseio e transporte** – a utilização do bem eleito como moeda não poderia ser prejudicada em função de dificuldades de manuseio e transporte.

Ao longo da história da humanidade, um grande número de produtos tem sido utilizado como mercadoria-moeda, cada um deles apresentando vantagens e desvantagens. A cerveja, por exemplo, não melhora com o armazenamento, ao contrário do vinho, que tende a melhorar; o azeite de oliva serve como uma bela moeda líquida que pode ser dividida em partes pequeníssimas, se quisermos; o ferro enferruja; o valor do diamante não é proporcional ao peso, mas varia com o quadrado de seu tamanho – se for cortado em pedaços, perde valor.

Apesar de as mercadorias-moedas terem facilitado um pouco o dia a dia dos indivíduos, muitas dificuldades ainda persistiam, ressaltando a necessidade de se encontrar uma forma mais simples que facilitasse as transações comerciais. Nesse momento passamos para a *Era da moeda metálica*.

Era da moeda metálica

De maneira geral, pode-se dizer que os metais foram as mercadorias cujas características intrínsecas mais se aproximavam daquelas que se exigem dos instrumentos monetários.

Inicialmente, os metais empregados como instrumentos monetários foram o cobre, o bronze e, em especial, o ferro. Com o passar do tempo, entretanto, esses metais foram deixados de lado, pois não serviam como reserva de valor. Em outras palavras, a existência em abundância desses metais, associada à descoberta de novas jazidas e ao aperfeiçoamento do processo industrial de fundição, fez com que tais metais perdessem gradativamente seu valor.

Por essas razões é que os metais chamados “não nobres” foram pouco a pouco substituídos pelos metais nobres, como o ouro e a prata. Esses dois metais são definidos como metais monetários por excelência, uma vez que suas características se ajustam adequadamente àquelas que a moeda deve ter.

A utilização do ouro e da prata nas transações comerciais acabou trazendo grandes vantagens. Além disso, as moedas metálicas permitiam ainda às pessoas guardá-las, esperando a melhor oportunidade para trocá-las por alguma mercadoria.

Apesar das grandes vantagens apresentadas pela moeda metálica, existia na época um inconveniente: o transporte a longas distâncias, em função do peso das moedas e dos riscos de assalto a que estavam sujeitos os comerciantes durante suas viagens.

Para contornar esse problema, especialmente após o século XIV, com o crescimento dos fluxos comerciais na Europa, iniciou-se a difusão de um instrumento monetário mais flexível: a *moeda-papel*.

Era da moeda-papel

A moeda representativa ou moeda-papel veio eliminar, portanto, as dificuldades que os comerciantes enfrentavam em seus deslocamentos pelas regiões europeias, facilitando a efetivação de suas operações comerciais e de crédito, especialmente entre cidades italianas e a região de Flandres. A sua origem está na solução encontrada para que os comerciantes pudessem realizar os seus empreendimentos comerciais.

Ao invés de partirem carregando a moeda metálica, levavam apenas um pedaço de papel denominado certificado de depósito, que era emitido por instituições conhecidas como Casas de Custódia, e onde os comerciantes depositavam suas moedas metálicas, ou quaisquer outros valores, sob garantia. No seu destino, os comerciantes recorriam às casas de custódia locais, onde trocavam os certificados de depósito por moedas metálicas. O seu uso acabou se generalizando de tal forma que os comerciantes passaram a transferir os direitos dos certificados de depósitos diretamente aos comerciantes, através de endosso, fazendo com que esses certificados tomassem o lugar das moedas metálicas.

Estava assim criada a nova moeda, 100% lastreada e com a garantia de plena conversibilidade, a qualquer momento, pelo seu detentor, e que se tornou, ao longo do tempo, o meio preferencial de troca e de reserva de valor.

Moeda fiduciária ou papel-moeda

Com o passar do tempo, as Casas de Custódia, que recebiam o metal e forneciam certificados de depósito, ou moeda-papel, totalmente lastreados, começaram a perceber que os detentores desses certificados não faziam a reconversão ao mesmo tempo. Além disso, enquanto alguns faziam troca de moeda-papel pelo metal, outros faziam novos depósitos em ouro e prata, o que acabava por ensejar novas emissões.

Assim é que, gradativamente, as Casas de Custódia passaram a emitir certificados sem lastro em metal, dando origem à moeda fiduciária, baseada na fideducija, na confiança, ou papel-moeda. Passou-se, então, da moeda-papel (ou moeda representativa) para o papel-moeda (moeda fiduciária).

Em um primeiro momento, o papel-moeda apresentava as seguintes características:

- lastro inferior a 100%;
- menor garantia de conversibilidade; e
- emissão feita por particulares.

A emissão de papel-moeda por particulares, entretanto, acabou por conduzir esse sistema à ruína. Em decorrência disso, o Estado foi levado a assumir o mecanismo de emissões, passando a controlá-lo. No início, as emissões eram lastreadas em ouro (padrão-ouro). De acordo com o mecanismo do padrão-ouro, a emissão de moeda estava atrelada à quantidade de ouro existente em cada país.

Hoje, a maioria dos sistemas é fiduciária, apresentando as seguintes características:

- inexistência de lastro metálico;
- inconvertibilidade absoluta; e
- monopólio estatal das emissões.

Moeda bancária ou escritural

Com a evolução do sistema bancário, desenvolveu-se outra modalidade de moeda: a moeda bancária ou escritural. Ela é representada pelos depósitos à vista e em curto prazo nos bancos, que passam a movimentar esses recursos por cheques ou ordens de pagamento. Ela é chamada escritural, uma vez que diz respeito aos lançamentos, débito e crédito, realizados nas contas correntes dos bancos.

Nos dias de hoje, pelo menos nove décimos de todas as transações, em valor, se não em números, são feitas por meio de cheques. Um professor, por exemplo, tem o seu salário depositado diretamente em sua conta bancária, depois de seu imposto de renda ter sido retido pelo seu empregador. Seu

aluguel ou suas contas do dentista são pagos por meio de cheques; a gasolina e as contas do hotel, e muitas das suas compras, por meio de um cartão de crédito. À exceção de pequenas quantias para o pagamento de coisas de pequeno valor, ele pouco precisa de dinheiro em espécie.

Nesta Era moderna em que vivemos, e em função do que podemos chamar de a Revolução das Comunicações, há cada vez menos necessidade de andar com dinheiro ou, mesmo, de ter que depender do nosso talão de cheques. Um cartão de crédito serve, cada vez mais, para a maioria das transações.

As funções da moeda

O conceito de moeda pode ser entendido a partir das funções que ela desempenha. Portanto, a moeda exerce simultaneamente as funções de:

- meio ou instrumento de troca;
- medida de valor;
- reserva de valor;
- padrão de pagamento diferido.

É importante observar que as funções de meio de troca e de medida de valor, nos dias de hoje, são atributos que só a moeda possui.

À medida que a moeda de uma determinada economia começa a perder esses atributos, ela inicia o processo de perda de seu papel no sistema monetário, levando os governantes à sua substituição. Foi o que aconteceu no Brasil, ao longo das últimas décadas, quando a nossa moeda foi rebatizada diversas vezes, por meio da alteração de sua medida de valor.

Função de meio ou instrumento de troca

Também denominada intermediária de trocas, essa função é a mais importante que a moeda exerce. Desde os primórdios, as mais variadas formas de moeda vêm desempenhando essa função, mesmo quando as moedas eram as próprias mercadorias utilizadas no escambo.

Nos dias de hoje, por exemplo, ao trabalhar para uma empresa, estamos trocando nossa mão de obra por moeda, para podermos trocá-la por bens e serviços de nossa livre escolha, sem termos que nos preocupar com o aspecto de desejos e disponibilidades duplamente coincidentes.

Assim, a moeda, como meio ou instrumento de troca, geralmente aceito pelos indivíduos na realização de suas transações, permitiu que a economia como um todo aumentasse sua eficiência, fazendo que novos produtos e serviços fossem colocados à disposição dos indivíduos. Sem um meio de troca de padrão único, e aceito por todos, as modernas economias, baseadas na divisão e especialização do trabalho, não poderiam existir.

Função medida de valor

Uma função essencial que a moeda possui é a de medir os valores dos diversos bens e serviços existentes em uma economia. Todos os bens e serviços de uma economia têm um preço, que é expresso em uma unidade monetária comum. Mas, para que ela possa desempenhar esse papel, existe a necessidade de ter um valor, isto é, que ela seja também uma mercadoria.

Entre as vantagens que a função de medida de valor apresenta para a economia podemos destacar a simplificação que ela traz aos registros contábeis, racionalizando e aumentando o número de informações por meio do sistema de preços. Se essa função não existisse, seria praticamente impossível apurarmos a contabilidade social, o nível do produto e da renda, o volume de consumo, poupança e investimento, enfim, analisarmos os agregados macroeconômicos.

Função de reserva de valor

A moeda torna-se um elemento de entesouramento, de estoque de riqueza, quando é retirada de circulação. Como a moeda pode ser transformada em bens e serviços, a qualquer momento, ela pode ser definida como a representante universal da riqueza.

Pelo fato de podermos guardar moeda em qualquer quantidade, fica claro que somente a moeda que não se deprecia com os efeitos da inflação pode exercer essa função, ou seja, a moeda que representa estoque de riqueza não pode perder o seu poder de compra; tem de ter um valor estável.

Função padrão de pagamento diferido

Quando as operações de compra e venda de bens e serviços se fazem a crédito, a moeda intervém como meio de pagamento, ou seja, o produto é entregue ao comprador sem pagamento imediato, deixando expresso o valor do pagamento futuro.

Interação das funções da moeda

Nos Estados Unidos, uma única unidade monetária, o dólar, preenche todas as quatro funções da moeda, segundo Mayer (1993). Uma nota de dólar, por exemplo, é um meio de troca e um estoque de riqueza, enquanto os preços são cotados em dólares. Mas nem sempre acontece de todas as funções da moeda serem realizadas pela mesma unidade monetária.

De acordo com Passos e Nogami (2005), no caso brasileiro, em especial na década de 1980, temos uma descrição um pouco diferenciada com relação às quatro funções básicas que a moeda tem que possuir. No que diz respeito ao aspecto da moeda brasileira como meio de troca, verificamos que ela chegou a ser rejeitada pelas pessoas nas transações de compra e venda de veículos automotores, imóveis, aparelhos eletroeletrônicos, pois ela perdia seu valor diariamente. Isso fazia com que as pessoas trocassem a moeda, o mais rapidamente possível, por um bem qualquer, ou principalmente por uma moeda mais forte.

Esse cenário fez com que, em função do processo inflacionário que atingia elevadas taxas diárias, muitos bens e serviços passassem a ser cotados em outra moeda, como o dólar norte-americano, a exemplo do que ocorria com nossas dívidas pessoais que, muitas vezes, estavam indexadas por essa moeda. A moeda brasileira, como reserva de valor, se tornava um problema, pois ela se depreciava ao longo do tempo, perdendo continuamente o seu poder de compra.

As características da moeda

Para que a moeda possa desempenhar suas funções básicas, ela deve possuir um conjunto de características que são:

- indestrutibilidade e inalterabilidade;
- homogeneidade;

- divisibilidade;
- transferibilidade;
- facilidade de manuseio e transporte.

Indestrutibilidade

A moeda deve resistir às inúmeras relações de troca a que estiver sujeita, exigindo-se, portanto, que ela seja impressa com material de excelente qualidade, para que não perca suas características nem se possa alterá-las. Se o papel utilizado para sua impressão não for de celulose pura, certamente após algumas centenas de operações a cédula estará deteriorada. As técnicas modernas de impressão do papel-moeda, além de darem maior resistência às cédulas, visam protegê-las contra falsificações.

Homogeneidade

Diferentes unidades monetárias, mas que possuam o mesmo valor de compra, devem ser rigorosamente iguais.

Divisibilidade

A moeda-padrão ou moeda principal de uma economia deve possuir múltiplos e submúltiplos, chamados moedas subsidiárias, para permitir a realização de todos os tipos de transações comerciais.

Transferibilidade

A moeda deve circular na economia sem nenhuma dificuldade, facilitando o processo de troca. A razão principal para essa característica é o curso legal imposto pelo Estado, que permite e garante o papel-moeda em circulação.

Facilidade de manuseio e transporte

O papel-moeda de uma economia deve ser impresso de forma a facilitar o seu uso e o seu transporte, para evitar que a sua utilização seja dificultada e que, conseqüentemente, ela seja descartada.

Formas de moeda

Define-se por sistema monetário o conjunto de moedas utilizadas em um país, por imposição de curso legal, e que compreende, nos dias de hoje, três formas de moeda:

- moeda metálica;
- papel-moeda; e
- moeda escritural.

Moeda metálica

Emitidas pelo Banco Central, visam facilitar as operações de pequeno valor; servem também como unidade monetária fracionada, facilitando o troco. Constituem pequena parcela da oferta monetária.

Elas são também conhecidas como *moedas divisionárias*. As crianças acham-nas importantes, mas, em seu montante total, não representam muita coisa, mas são importantes para disseminarmos o conceito de poupança junto a essa parcela da população.

Papel-moeda

São cédulas emitidas pelo Banco Central e representam parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder do público. Também circulam por força de dispositivo legal, que lhes dá curso forçado no país.

Hoje todas as notas e moedas brasileiras são essencialmente dinheiro fiduciário. São dinheiro porque o governo assim o decreta, e porque todos nós as aceitamos.

Moeda-escritural

Existe, também, uma terceira categoria daquilo que podemos denominar moeda. São os depósitos bancários que podem ser levantados através da emissão de cheques.

É a moeda dos bancos, representando a contrapartida dos depósitos à vista e em curto prazo. Essas moedas circulam sob a forma de cheques e ordens de pagamento.

Se eu tenho \$1.000 em minha conta corrente em um banco qualquer, esse depósito pode ser considerado moeda. Por quê? Porque posso pagar minhas compras com cheques emitidos contra ele. O depósito é igual a qualquer outro meio de troca e, sendo pagável à vista, serve como *padrão de valor* ou *unidade de conta*, da mesma forma que \$1.000 em moedas de 25 centavos, ou seja, tanto o depósito como os centavos podem ser convertidos em moeda-padrão em termos fixos, real por real, centavos por centavos.

Quase-moedas

As *quase-moedas* compreendem o conjunto de ativos do sistema financeiro não monetário. Esses ativos são constituídos por compromissos assumidos pelas instituições financeiras e pelo governo e se caracterizam pela sua extrema liquidez, além de possuírem muitas propriedades da moeda.

As principais quase-moedas que conhecemos são:

- títulos da dívida pública que estejam fora do Banco Central (notas do tesouro nacional, letras fiscais do tesouro, notas do banco central etc.);
- depósitos em caderneta de poupança; e
- depósitos a prazo (Certificados de Depósito Bancário, Recibos de Depósito Bancário).

A razão principal para não chamarmos esses ativos de moedas se deve ao fato de não utilizarmos essas quase-moedas para o pagamento de nossas despesas do dia a dia. Não pagamos contas com esses títulos. Antes, temos de vender esses ativos, transformando-os em moeda para, assim, podermos pagar nossos compromissos financeiros.

A oferta monetária

Um dos mais importantes papéis que o Banco Central exerce é o de controlar a quantidade de moeda disponível na economia, chamada oferta de moeda. As decisões dos formuladores de políticas quanto à oferta de moeda constituem a política monetária.

A moeda é, portanto, um produto institucional, controlado pelas chamadas autoridades monetárias, ou seja, Banco Central do Brasil e Conselho

Monetário Nacional. Vamos, assim, caracterizar o instrumento monetário e analisar como as autoridades monetárias controlam a oferta monetária.

Meios de pagamentos

Entende-se por meios de pagamento o total de haveres de perfeita liquidez em poder do setor não bancário e que podem ser imediatamente usados para realizar transações.

Os meios de pagamentos, na sua forma mais restrita, são representados pela soma do papel-moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos bancos comerciais, públicos (aí incluídos o Banco do Brasil e a carteira comercial da Caixa Econômica) e privados.

O conceito de base monetária

O conceito de base monetária está ligado ao total de exigibilidades monetárias líquidas da autoridade monetária em posse do público e dos bancos comerciais.

A base monetária é composta por papel-moeda emitido e pelas reservas bancárias. As reservas formadas pelos bancos compõem-se de: moeda corrente guardada nos próprios bancos, também conhecida como encaixe bancário; reservas voluntárias no Banco Central; e reservas compulsórias ou obrigatórias realizadas pelos bancos comerciais junto ao Banco Central, como proporção dos depósitos à vista.

Demanda de moeda (versão keynesiana)

Falamos até aqui das diversas funções e características da moeda. Vamos agora analisar porque os indivíduos e firmas mantêm saldos monetários em caixa. Ou, em outras palavras, vamos analisar a demanda de moeda por parte das unidades econômicas individuais.

Existem três fatores que determinam a demanda por moeda:

- demanda de moeda por motivo transacional;
- demanda de moeda por motivo precaucional; e
- demanda por moeda para especulação.

Demanda de moeda por motivo transacional

Decorre do fato de os indivíduos terem a necessidade de utilizar a moeda para o pagamento de suas transações com bens e serviços.

A demanda transacional é uma função proporcional da renda.

Demanda de moeda por motivo precaucional

Além do motivo transação, as pessoas detêm moeda por motivo de precaução, como proteção contra acontecimentos inesperados, tais como desemprego, doenças etc.

Da mesma forma que a demanda transacional, a demanda precaucional dependerá da renda, sendo proporcional a ela.

Demanda por moeda para especulação

As pessoas podem reter seus ativos financeiros de várias formas, como ações de empresas, títulos públicos ou privados, ou como moeda propriamente dita.

As vantagens de se reter a moeda como ativo, em vez de títulos ou ações, é que ela é o ativo de maior liquidez da economia, podendo imediatamente ser utilizada para comprar bens e serviços. A desvantagem da retenção de moeda como um ativo, quando comparada com a retenção de títulos, é que ela não rende juros. Se uma pessoa retém moeda, ela incorre em um custo de oportunidade, pois a renda que poderia obter com juros é sacrificada.

A quantidade demandada de moeda para fins especulativos depende basicamente da taxa de juros. Uma elevação na taxa de juros aumenta o custo de se reter moeda. Quando for caro reter moeda, as pessoas preferirão comprar títulos que rendem juros, mantendo uma quantidade menor de dinheiro em mãos.

Como consequência, a quantidade demandada de moeda diminuirá. Inversamente, uma redução na taxa de juros diminui o custo de oportunidade de reter moeda. Nesse caso, as pessoas preferirão reter uma quantidade maior de moeda, e a quantidade demandada de moeda aumentará.

O equilíbrio do mercado monetário

Para que haja equilíbrio no mercado monetário de uma economia, é preciso que a oferta de moeda seja igual à demanda de moeda. Quando isso ocorrer, estará determinada a taxa de juros de equilíbrio.

Política monetária

A política monetária pode ser definida como o conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, de forma a assegurar a liquidez ideal da economia do país.

A execução da política monetária, em última instância, tem como objetivo, por meio do controle da oferta de moeda, a elevação do nível de emprego, a estabilidade dos preços, uma taxa de câmbio realista e uma adequada taxa de crescimento econômico.

Instrumentos de política monetária

Para que as autoridades monetárias possam executar a política monetária, elas se utilizam de alguns instrumentos para influenciar a oferta de moeda e regular a taxa de juros.

Essas autoridades monetárias não têm condições de interferir diretamente no cotidiano dos agentes econômicos, por exemplo, para aumentar ou reduzir o nível de consumo. Dessa forma, por meio da ação sobre as reservas bancárias e das taxas de juros, indiretamente induzem o público a alterar o perfil de seus gastos.

Os principais instrumentos são:

- controle direto da quantidade de dinheiro em circulação;
- operações no mercado aberto;
- fixação da taxa de reserva;
- fixação da taxa de redesconto;
- controles seletivos de crédito.

Controle direto da quantidade de dinheiro em circulação

Relaciona-se diretamente com a questão da emissão de dinheiro e sua circulação por intermédio das autoridades monetárias.

Operações no mercado aberto

As operações no mercado aberto consistem na compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central, objetivando regular os fluxos gerais de liquidez da economia.

Quando há excesso de oferta monetária, o Banco Central realiza operações de venda de títulos públicos. Reduz-se, desta forma, a quantidade de dinheiro em poder público e em poder dos bancos, contraindo-se, portanto, os meios de pagamentos.

Caso a oferta monetária seja insuficiente, o Banco Central entra no mercado de títulos da dívida pública, realizando operações de compra desses títulos. Agindo dessa maneira, ele injeta dinheiro no sistema, provocando, então, uma expansão dos meios de pagamentos.

Fixação da taxa de reserva

Esse é outro instrumento utilizado pelo governo para controlar a oferta de dinheiro, atuando diretamente sobre os bancos. Essas reservas, também conhecidas como depósitos compulsórios, são mantidas pelas instituições bancárias perante o Banco Central, em uma proporção dos depósitos à vista mantidos pelos bancos.

Uma elevação na taxa de reserva provocará diminuição nos meios de pagamento, uma vez que reduz as disponibilidades dos bancos para empréstimos.

Fixação da taxa de desconto

O desconto é um empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez.

A taxa de juros cobrada sobre esses empréstimos é chamada taxa de desconto. Uma elevação na taxa de desconto induzirá os bancos comerciais a aumentar suas reservas voluntárias. Assim, eles evitam incorrer em altos custos financeiros decorrentes de dificuldades momentâneas de caixa.

Controles seletivos de crédito

As autoridades monetárias têm condições de controlar o volume e a distribuição das linhas de crédito, impor certo teto às taxas de juros e orientar a finalidade na concessão dos mesmos, determinando prazos, limites e condições.

Efeitos da política monetária

As ações da política monetária adotada pelo governo atingem o setor real da economia por intermédio das seguintes variáveis de cunho financeiro:

- taxa de juros;
- custo e disponibilidade de crédito;
- expectativa acerca de futuras taxas de juros; e
- riqueza privada.

Assim, variações na política monetária fazem ocorrer modificações no rendimento dos ativos financeiros e no custo e disponibilidade de crédito.

Ampliando seus conhecimentos

Troca *versus* uso da moeda

Paul A. Samuelson

Quando W. Stanley Jevons, há mais de um século, no primeiro livro-texto sobre a moeda, quis ilustrar o tremendo salto à frente dado pelo homem ao passar da troca para o uso da moeda, nada melhor do que citar experiências como a que segue.

Alguns anos passados, Mademoiselle Zélie, cantora do *Théâtre Lyrique* de Paris [...] deu um recital nas Ilhas Society. Em troca de uma ária da *Norma* e algumas outras canções, ela deveria receber um terço da receita. Quando foi feita a conta, a sua cota consistia de três porcos, vinte e três perus, quarenta e quatro galinhas, cinco mil cocos, além de uma quantidade considerável de bananas, limões e laranjas. [...] em Paris [...] essa quantidade de animais e frutas poderia ter sido vendida por quatro mil francos, o que teria sido uma boa remuneração em troca de cinco canções. Nas Ilhas Society, porém, as

moedas eram escassas; e como Mademoiselle não podia consumir nenhuma porção considerável da receita, tornou-se necessário, com o tempo, alimentar os porcos e as aves domésticas com as frutas.

Mercadoria-moeda no Brasil

Charles-Marie de la Condamine

A história nos apresenta um fato que ocorreu no Brasil e que mostra um exemplo típico de mercadoria-moeda.

Charles-Marie de la Condamine (1701-1775), explorador francês responsável pelo envio das primeiras amostras de borracha amazônica à Europa em 1736, relata em seu livro *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale* uma passagem que merecem ser transcrita.

“O comércio direto do Pará com Lisboa, donde vem todos anos uma frota mercante, facilita à gente abastada toda a sorte de conforto. Recebe mercadorias da Europa em troca de produtos do país, que são, além de um pouco de ouro trazido do interior das terras do Brasil, os mais variados artigos de utilidade, tanto provenientes dos rios que vêm confundir-se no Amazonas, quanto das margens deste; tais são a casca do cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e, sobretudo, o cacau, que representa o papel-moeda corrente no país e faz a riqueza de seus habitantes.”

Atividades de aplicação

1. De que forma a moeda facilita as trocas?
2. Cartões de crédito são moeda? Explique.
3. O que é *moeda bancária*? Explique.
4. Qual é o principal objetivo da política monetária?
5. De que forma as autoridades monetárias podem interferir no nível de despesas de consumo das famílias?

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MAYER, Thomas *et al.* **Moedas, Bancos e Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

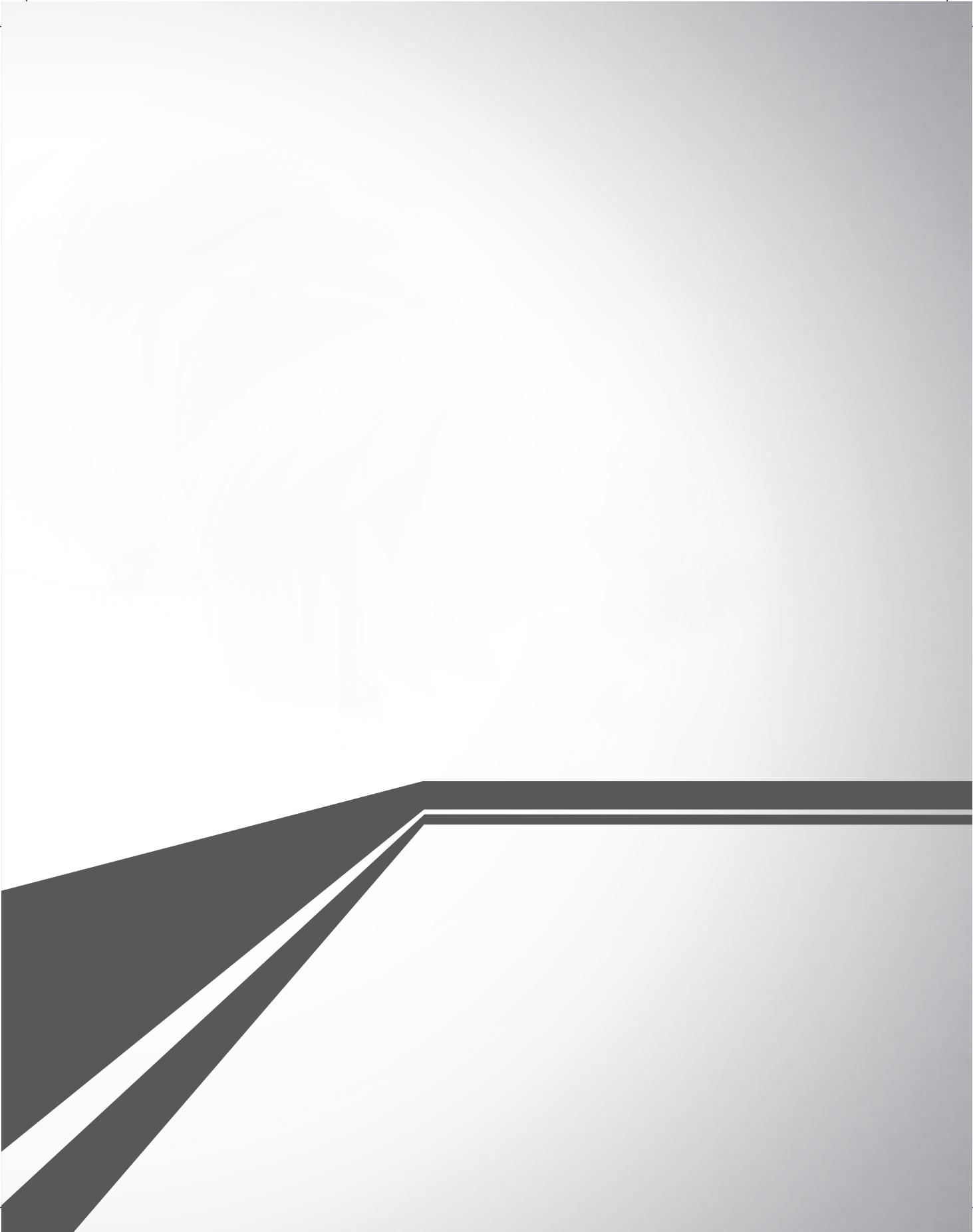
SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

Gabarito

1. A moeda facilita as trocas por ser um único intermediário de troca, evita as trocas diretas e a necessidade de coincidência de desejos. Ela também é utilizada como unidade de valor para as coisas, dispensa a valoração de cada bem em relação a cada um dos demais. Nas negociações a moeda constitui uma reserva ou crédito, é considerada uma forma de riqueza.
2. O cartão de crédito é oriundo da moeda escritural, na qual sua principal característica é a circulação de moeda sob forma de pagamento. É igual a outros meios de troca, tem um padrão de valor e é utilizado como meio de pagamento.
3. É uma moeda criada pelos bancos e corresponde ao total de depósitos à vista desses estabelecimentos de crédito. Ela é escritural por corresponder às contrapartidas de débito e crédito registrados na conta corrente dos bancos.
4. O principal objetivo é controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, de forma a assegurar a liquidez da economia do país.
5. As autoridades interferem no nível de despesa de consumo das famí-

lias através de algumas variáveis de cunho financeiro, como a taxa de juro, custo e disponibilidade de crédito, expectativa acerca de futuras taxas de juros e variação na riqueza privada.

Todas essas variáveis estão diretamente relacionadas a questões de disponibilidade de empréstimos nas instituições financeiras e comportamento das pessoas frente à postura das autoridades monetárias.



Sistemas monetários e financeiros: a intermediação financeira

Todas as economias, nos dias de hoje, possuem complexos sistemas financeiros, em que a moeda representa, juntamente com muitos outros, o papel de um ativo financeiro. E a operacionalização do sistema é feita pelo conjunto de instituições financeiras voltadas para a gestão da política monetária do governo por meio de mercados específicos como o de crédito, capitais, monetário e cambial.

Sistema monetário

O sistema monetário abrange o numerário da nação, isto é, todas as moedas metálicas, os papéis-moeda que nele tenham curso legal e a moeda escritural.

No que diz respeito ao papel-moeda de uma economia, ele se constitui uma moeda fundamental, ou moeda-padrão que serve de unidade de valor, e de moedas subsidiárias, cujos valores são múltiplos e submúltiplos daquela. No quadro 1 apresentamos uma relação com moedas-padrão e subsidiárias utilizadas em alguns países.

Quadro 1 – Moeda-padrão e subsidiárias de alguns países

País	Moeda-padrão	Símbolo	Moeda subsidiária
Alemanha	Euro	€	100 euro cents
Argentina	Peso Argentino	\$	100 centavos
Brasil	Real	R\$	100 centavos
Canadá	Dólar Canadense	C\$	100 cents
Estados Unidos	Dólar Americano	US\$	100 cents
França	Euro	€	100 euro cents
Itália	Euro	€	100 euro cents
Japão	Iene	¥	100 sen
México	Peso Mexicano	MEX\$	100 centavos
Portugal	Euro	€	100 euro cents
Reino Unido	Libra Esterlina	£	100 pence
Rep. Pop. China	Iuan	y	100 fen
Suíça	Franco Suíço	SwFr	100 centimes

Sistema financeiro

O sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras que, com a utilização dos instrumentos financeiros, operacionaliza as atividades do sistema, transferindo recursos dos aplicadores (ou poupadores) para aqueles que necessitam de recursos por uma razão qualquer (inclusive investidores). As instituições financeiras são responsáveis, ainda, por criar condições para que os mais diferentes títulos financeiros tenham liquidez no mercado.

Os aplicadores (ou poupadores) são também definidos como ofertadores últimos, ou, ainda, ofertadores finais de recursos. Esses indivíduos são aqueles que se encontram em uma posição privilegiada, na qual o volume de recursos que ele despense em consumo é menor que a sua renda disponível. São indivíduos que estão, de acordo com o jargão financeiro, com superávit financeiro.

Os indivíduos que necessitam de recursos, também denominados tomadores últimos ou tomadores finais, são aqueles que se encontram em uma situação de *deficit* financeiro. O perfil de consumo desses indivíduos normalmente é maior que sua renda disponível, e eles necessitam, portanto, da poupança dos outros para atender às suas necessidades ou para executar seus planos.

Via de regra, os ofertadores finais e tomadores finais necessitam de um intermediador para que cada um possa atingir seus objetivos. Assim surgem instituições que são tomadoras e ofertadoras de recursos, papel este desempenhado pelos chamados intermediários financeiros, que oferecem recursos dos ofertadores últimos aos tomadores últimos. É importante salientar que os intermediários financeiros nunca trabalham com recursos próprios, ou seja, quando eles repassam recursos para tomadores finais, não estão repassando recursos da instituição, e sim, dos ofertadores últimos.

O desenvolvimento do mercado financeiro nos dias de hoje, juntamente com o surgimento de instituições especializadas em determinados tipos de operações ou produtos, mais bem-elaborados e com toques de sofisticação, têm trazido uma série de vantagens à economia como um todo.

Essa evolução é de extrema importância para que:

- as captações das firmas tenham um custo reduzido;
- instituições financeiras especializadas em determinados setores possam atender de forma mais eficiente a determinados e complexos setores da atividade econômica;

- haja diversificação das alternativas de aplicação de poupanças;
- se verifique uma diminuição dos riscos e dos custos das transações com recursos financeiros; e
- se aumente a liquidez dos títulos de crédito existentes no mercado.

Somente um mercado maduro e profissional pode oferecer essas condições.

Instituições financeiras

As instituições financeiras que operam no sistema financeiro são classificadas em dois grupos distintos:

- instituições financeiras bancárias;
- instituições financeiras não bancárias.

As instituições financeiras bancárias, ou instituições financeiras monetárias, como o próprio nome diz, têm a faculdade de criar moedas ou meios de pagamento. Os meios de pagamentos são compostos pelo papel-moeda e pelos depósitos à vista nos bancos. De forma simplificada, podemos afirmar que a criação dos meios de pagamentos é realizada pelo Banco Central, que controla a emissão do papel-moeda, e pelos bancos comerciais, que estão autorizados a receber depósitos à vista.

O processo de criação de moeda pelos bancos comerciais pode ser exemplificado da seguinte forma: suponhamos que um indivíduo deposite, em papel-moeda, um determinado valor em sua conta-corrente. Para que isso fosse possível, naturalmente o Banco Central foi responsável por esta emissão de papel-moeda. O banco comercial, ao acolher esse depósito, por uma questão de probabilidade, sabe que pode emprestar parte desse dinheiro a um tomador final. Esse, por sua vez, ao receber o dinheiro, vai depositá-lo no mesmo banco ou em qualquer outro banco comercial. O banco que receber esse depósito, da mesma forma que o primeiro, pode emprestar uma parte do montante para outro tomador e assim sucessivamente. Ao final desse processo, verificaremos que o montante inicial depositado em papel-moeda se multiplicou dentro da estrutura das instituições financeiras bancárias.

É o que chamamos de efeito multiplicador, pois o primeiro depósito se transformou em vários outros de menor porte. Esse é, em essência, o mecanismo básico de criação da moeda escritural. É por esse meio que os bancos

comerciais tornam os meios de pagamentos várias vezes superiores ao saldo de papel-moeda emitido.

As instituições financeiras não bancárias, ou não monetárias, por sua vez, não possuem a faculdade de criar moeda, pois não têm autorização para acolher depósitos à vista.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em:

- ativos financeiros monetários;
- ativos financeiros não monetários.

No caso brasileiro, fazem parte dos ativos financeiros monetários o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista nos bancos comerciais, tanto públicos como privados, e nas caixas econômicas.

Compreendem os ativos financeiros não monetários todos os demais ativos como depósitos de poupança, letras de câmbio, certificados de depósito bancário etc.

Ao contrário do que ocorre com as instituições monetárias, Banco Central e bancos comerciais, que podem emitir instrumentos monetários, papel-moeda e moeda escritural, respectivamente, os instrumentos não monetários são, via de regra, emitidos por instituições financeiras não monetárias. Um Certificado de Depósito Bancário (CDB), por exemplo, que classificamos como um ativo financeiro não monetário, tanto pode ser emitido por um banco comercial como por um banco de investimento, que é uma instituição financeira não monetária, como veremos adiante.

Portanto, quando nos referimos a ativos financeiros, estamos falando em todos os instrumentos financeiros emitidos diretamente pelos tomadores de recursos ou pelas instituições financeiras que exercem a conexão entre esses tomadores e os ofertadores finais.

Segmentação dos mercados financeiros

As operações do mercado financeiro, de acordo com as suas características, podem ser classificadas em um dos quatro mercados relacionados a seguir:

- mercado de crédito;
- mercado de capitais;
- mercado monetário;
- mercado cambial.

Podemos ter uma visão completa e resumida desses mercados no quadro 2, no qual descrevemos as características gerais de cada um deles.

Quadro 2 – Características do mercado financeiro

Segmentos	Características		Intermediação
	Prazos	Fim	
Mercado de crédito	Curto, médio e aleatório	Financiamento do consumo e capital de giro das empresas	Bancária e não bancária
Mercado de capitais	Médio, longo e indeterminado	Financiamento de capital de giro, capital fixo e habitação	Não bancária
Mercado monetário	Curto e curtíssimo	Controle da liquidez monetária da economia e suprimentos momentâneos de caixa	Bancária e não bancária
Mercado cambial	Curto e à vista	Transformação de valores em moeda estrangeira em nacional e vice-versa	Bancária e auxiliares (sociedades corretoras)

Mercado de crédito

Classificamos nesse mercado todas as operações de financiamento e empréstimo de curto e médio prazos, para a aquisição de bens de consumo corrente e de bens-duráveis, bem como para o capital de giro das empresas. As instituições financeiras que atuam nesse segmento são os bancos comerciais, os bancos de investimentos e as financeiras, que são instituições especializadas no fornecimento de crédito ao consumidor e no financiamento de bens-duráveis.

Mercado de capitais

É onde está concentrada toda a rede de bolsa de valores e instituições financeiras que operam com a compra e venda de ações e títulos de dívida em geral, sempre a longo prazo. Esse mercado atua no financiamento do capital de giro e do capital fixo das sociedades anônimas de capital aberto.

A maior parte das operações das instituições financeiras não monetárias está concentrada neste mercado. O mercado de capitais tem a função de canalizar as poupanças da sociedade para a indústria, o comércio e outras atividades econômicas e até mesmo para o governo.

Mercado monetário

É nesse mercado que são realizadas as operações financeiras de curto e curtíssimo prazo. Dele fazem parte órgãos financeiros que negociam títulos e valores, concedendo empréstimos a firmas ou particulares a curto e curtíssimo prazo, contra o pagamento de juros. Nele são financiados, também, os desenhos momentâneos de caixa dos bancos comerciais e do Tesouro Nacional. É nesse mercado que são realizadas as operações de mercado aberto, inclusive as operações de um dia, conhecidas como operações de *overnight*.

Esse mercado serve também como instrumento de política monetária, sobre a qual o Banco Central atua para controlar o nível de liquidez da economia. Quando o governo pretende reduzir a liquidez, ou seja, retirar o dinheiro de circulação, ele vende títulos públicos, e quando deseja aumentar a liquidez, compra esses títulos, injetando de volta o dinheiro no sistema econômico.

Mercado cambial

Nesse mercado realizam-se as operações de compra e venda de moedas estrangeiras cujas transações determinam as cotações diárias dessas moedas. As operações normalmente são de curto prazo e as instituições que nele atuam são os bancos comerciais e as firmas em geral, com a intermediação das corretoras de câmbio ou de bancos múltiplos com esse tipo de carteira.

Sistema financeiro brasileiro

A primeira instituição financeira criada no país, em outubro de 1808, foi o Banco do Brasil. Seguindo o modelo bancário europeu, realizava operações de desconto de letras de câmbio, captações de recursos para depósito a prazo, emissões de notas bancárias, operações de câmbio e acolhimento de depósitos de diamantes, metais preciosos e papel-moeda, além de deter a exclusividade das operações financeiras da Coroa.

Naquela época, os bancos se revestiam de uma imagem excessivamente nobre e austera, e essa imagem perdurou até meados do século XX, quando se verificaram grandes transformações. Apesar disso, no período de 1914 a 1945 houve significativos progressos no quadro da intermediação financeira, cabendo destacar o crescimento no volume de intermediação financeira de curto e médio prazos, o disciplinamento das atividades bancárias no Brasil e o início dos estudos visando a criação de um Banco Central.

Foi no período pós-guerra, entretanto, que as atividades bancárias do Brasil se alavancaram, coincidindo com o forte crescimento do país. Apesar de ser considerado um período de transição, as estatísticas mostram que em 1953 o número de matrizes instaladas no Brasil era de 404, totalizando 3 954 agências. Esse forte crescimento no número de estabelecimentos bancários, no entanto, foi acompanhado pela incapacidade empresarial de administrá-los.

Em 1945 foi implantado um órgão normativo, em substituição à Inspeção Geral dos Bancos criada em 1920, de assessoria, controle e fiscalização do sistema financeiro: a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), cuja atribuição principal era exercer o controle do mercado monetário. O ano de 1945 foi também o ano em que se criava a figura do depósito compulsório, como forma de controlar o volume de crédito e dos meios de pagamentos.

Grandes reformas ocorreram nos anos de 1964 e 1965, que acabaram definindo a estrutura atual do sistema financeiro, e criaram as chamadas Autoridades Monetárias, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, e regulamentaram as diversas instituições de intermediação.

Em 1988 foi dada às instituições financeiras a possibilidade de se organizarem como uma única instituição com personalidade jurídica própria: os chamados Bancos Múltiplos.

A composição atual

Nos dias de hoje, o Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em três grupos, conforme podemos ver no quadro 3:

- órgãos normativos;
- entidades supervisoras; e
- operadores.

Quadro 3 – Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores		
Conselho Monetário Nacional – CMN	Banco Central do Brasil – Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Bolsa de mercadorias e futuros	Bolsas de valores	Comissão de valores Mobiliários – CVM
Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	Superintendência de Seguros Privados – Susep	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
	IRB Brasil Resseguros			
Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC	Secretaria de Previdência Complementar – SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)		

Órgãos normativos

Conselho Monetário Nacional

Instituído em 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do sistema financeiro nacional. Integram o Conselho Monetário Nacional o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central do Brasil.

Entre suas funções estão:

- adaptar o volume dos meios de pagamentos às reais necessidades da economia;
- regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos;
- orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras;
- propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

- coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

Com base nessas funções, o Conselho Monetário Nacional estabelece diretrizes, normas, autorizações e limites para o sistema financeiro, tendo como principal executor o Banco Central do Brasil. O Conselho Monetário Nacional tem ainda, como atribuições:

- autorizar as emissões de papel-moeda;
- aprovar os orçamentos monetários preparados pelo Banco Central;
- fixar diretrizes e normas de política cambial;
- disciplinar o crédito em suas modalidades e as formas das operações creditícias;
- estabelecer limites para a remuneração das operações e serviços bancários ou financeiros;
- determinar as taxas do recolhimento compulsório das instituições financeiras;
- regulamentar as operações de redesconto e liquidez;
- outorgar ao Banco Central o monopólio de operações de câmbio quando o balanço de pagamentos o exigir;
- estabelecer normas a serem seguidas pelo Banco Central nas transações com títulos públicos; e
- regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país.

Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

O Conselho Nacional de Seguros Privados é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. Entre as funções desse conselho estão:

- regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas;

- fixar as características gerais dos contratos de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro;
- estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;
- prescrever os critérios de contribuição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradoras, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações; e
- disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor.

Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC)

Esse conselho é um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular, normatizar e coordenar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que é o caso dos fundos de pensão.

Entidades supervisoras

Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (Bacen) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, e que foi criada em 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos:

- zelar pela adequada liquidez da Economia;
- manter as reservas internacionais em nível adequado;
- estimular a formação de poupança; e
- zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

Entre suas atribuições estão:

- emitir papel-moeda e moeda metálica;
- executar os serviços do meio circulante;

- receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- exercer o controle de crédito;
- exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; e
- controlar o fluxo de capitais estrangeiros no País.

Dessa forma, o Banco Central do Brasil pode ser considerado como:

- banco dos bancos, pois recebe os recolhimentos compulsórios e realiza as operações de redesconto de liquidez para os bancos comerciais;
- gestor do Sistema Financeiro Nacional, porque emite normas, fiscaliza e controla as atividades das instituições financeiras, podendo ainda decretar a sua intervenção ou liquidação extrajudicial;
- executor da Política Monetária, visto que possui o controle sobre os meios de pagamento, regulando a sua expansão e elaborando o orçamento monetário;
- banco emissor, pois tem a responsabilidade sobre a emissão do meio circulante e a execução dos serviços de saneamento do meio circulante; e
- banqueiro do governo, pois tem como atribuições o financiamento ao Tesouro Nacional, pela emissão de títulos, a administração da dívida pública interna e externa, a gestão das reservas internacionais do País, além de ser representante do governo perante as instituições financeiras internacionais.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A Comissão de Valores Mobiliários, instituída em 1976, também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país.

Para esse fim, exerce as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários¹;
- evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado;
- garantir o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido;
- assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular no mercado de ações; e
- estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

¹ Valores Imobiliários: títulos ou contratos de investimento coletivo, que geram direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. Esses títulos, quando ofertados publicamente, entram no regime da Comissão de Valores Mobiliários. Como exemplo, temos as ações e debêntures.

Superintendência de Seguros Privados (Susep)

A Susep é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, e é responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização.

Entre suas atribuições estão:

- fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Aberta e Resseguradoras, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados;
- atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua por meio das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;

- zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados;
- promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição;
- zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas; e
- promover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

IRB-Brasil Resseguros

O IRB é uma sociedade de economia mista com controle acionário da União, jurisdicionada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de regular o cosseguro, o resseguro e a retrocessão, além de promover o desenvolvimento das operações de seguros no país.

Secretaria de Previdência Complementar (SPC)

A Secretaria de Previdência Complementar é um órgão do Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ou fundos de pensão. Essa secretaria se relaciona com os órgãos normativos do Sistema Financeiro na observação das exigências legais de aplicação das reservas técnicas, fundos especiais e provisões que as entidades sob sua jurisdição são obrigadas a constituir, e que tem diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A essa secretaria compete:

- propor as diretrizes básicas para o Sistema de Previdência Complementar;
- harmonizar as atividades das entidades fechadas de previdência privada com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do governo;

- fiscalizar, supervisionar, coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas com previdência complementar fechada;
- analisar e aprovar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle das entidades fechadas de previdência complementar, bem como examinar e aprovar os estatutos das referidas entidades, os regulamentos dos planos e benefícios e suas alterações;
- examinar e aprovar os convênios de adesão celebrados por patrocinadores e por instituidores;
- autorizar a retirada de patrocínio e decretar a administração especial em planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar; e
- propor ao ministro a decretação de intervenção ou liquidação das referidas entidades.

Operadores

Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista

- Bancos múltiplos

Os bancos múltiplos são instituições privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimentos e/ou desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.

- Bancos comerciais

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.

- Caixa Econômica Federal (CEF)

É uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósi-

tos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da CEF é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte.

■ Cooperativas de crédito

Atuando tanto no setor rural como no urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições.

Demais instituições financeiras

■ Agências de fomento

As agências de fomento têm como objetivo social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na unidade da federação em que tenham sede. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle da Unidade da Federação.

■ Associações de poupança e empréstimo

As associações de poupança e empréstimo são constituídas sob a forma de sociedade civil, sendo de propriedade comum de seus associados. Suas operações ativas são, basicamente, direcionadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

■ Bancos de desenvolvimento

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.

■ Bancos de investimento

Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter tem-

porário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros.

■ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

■ Companhias hipotecárias

As companhias hipotecárias são instituições financeiras, constituídas sob a forma de sociedade anônima, que têm por objeto social conceder financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos, entre outros.

■ Cooperativas centrais de crédito

As cooperativas centrais de crédito, formadas por cooperativas singulares, organizam em maior escala as estruturas de administração e suporte de interesse comum das cooperativas singulares filiadas, exercendo sobre elas, entre outras funções, supervisão de funcionamento, capacitação de administradores, gerentes e associados, e auditoria de demonstrações financeiras.

■ Sociedades de créditos, financiamento e investimento (financeiras)

São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro.

■ Sociedades de crédito imobiliário

As sociedades de crédito imobiliário são instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, especializadas em operações de financiamento imobiliário e constituídas sob a forma de sociedade anônima. Constituem operações passivas dessas instituições: os depósitos em poupança; a emissão de letras e cédulas hipotecárias; e depósitos interfinanceiros. Suas operações ativas são: financiamento para construção de habitações; abertura de crédito para compra ou construção de casa própria; e financiamento de capital de giro a empresas incorporadoras, produtoras e distribuidoras de material de construção.

■ Sociedades de crédito ao microempreendedor

São entidades que têm por objeto social exclusivo a concessão de financiamento e a prestação de garantias a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas classificadas como microempresas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte.

Outros intermediários financeiros e administradores de recursos financeiros

■ Administradoras de consórcio

As administradoras de consórcio são pessoas jurídicas prestadoras de serviços relativos à formação, organização e administração de grupos de consórcio.

■ Sociedades de arrendamento mercantil

O objetivo principal do *leasing*² é realizar, com pessoas físicas e jurídicas, operações que visem ao arrendamento de bens imóveis e móveis classificáveis no ativo permanente, adquiridos a terceiros pela arrendadora para fins de uso próprio da arrendatária.

■ Sociedades corretoras de câmbio

Tem por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio a taxas livres.

■ Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, e aqui incluem-se os fundos de investimento

Entre os objetivos das sociedades corretoras estão: operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; entre outros. Os fundos de investimento, por sua vez, são administrados por corretoras ou outros intermediários financeiros, e são constituídos sob forma de condomínio e representam a reunião de recursos para a aplicação em carteira diversificada de títulos e valores

² *Leasing*, ou arrendamento mercantil, é uma operação financeira entre uma empresa proprietária de determinados bens (veículos, máquinas, unidades de produção etc.) em uma pessoa jurídica (arrendatária), que usufrui desses bens contra o pagamento de prestações. Os contratos são sempre com tempo determinado, ao fim do qual a empresa arrendatária tem a opção de compra do bem. A grande vantagem do *leasing* é não imobilização de capital, sobretudo em casos de bens de alto preço, que terão utilização imediata.

mobiliários, com o objetivo de propiciar aos condôminos valorização de cotas, a um custo global mais baixo.

■ Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

Suas atividades constituem-se por: intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; administrar e custodiar as carteiras de títulos e valores mobiliários; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, entre outros.

Bolsas de mercadorias e futuros

As bolsas de mercadorias e de futuros são associações privadas civis, sem finalidade lucrativa, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de *hedging* (proteção) ante a flutuação de preço de *commodities*³ agropecuárias, índices, taxa de juros, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Bolsas de valores

As bolsas de valores são associações privadas civis, sem finalidade lucrativa. Sua principal função é organizar e manter em funcionamento o mercado de títulos e valores mobiliários. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa.

Seus principais objetivos são:

- manter local ou sistema adequado à realização de operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado pelas corretoras-membro e pelas autoridades competentes;

³ *Commodities*: plural de *commodity*, o termo significa literalmente "mercadoria" em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, do petróleo etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desses produtos. Londres, pela tradição colonial e comercial britânico, é um dos mais antigos centros de compra e venda de *commodities*, grande parte das quais nem sequer passam por seu porto.

- estabelecer sistemas de negociação que propiciem continuidade de preços e liquidez ao mercado de títulos e valores mobiliários;
- efetuar registro, compensação e liquidação de operações;
- preservar elevados padrões éticos de negociação, estabelecendo, para esse fim, normas de comportamento para as sociedades corretoras e companhias abertas, fiscalizando sua observância e aplicando penalidades, no limite de sua competência, aos infratores; e
- divulgar as operações realizadas, com rapidez e detalhes.

Sociedades seguradoras

As sociedades seguradoras são entidades constituídas sob a forma de sociedades anônimas, especializadas em pactuar contrato, por meio do qual assumem a obrigação de pagar ao contratante (segurado), ou a quem este designar, uma indenização, no caso em que advenha o risco indicado e temido, recebendo, para isso, o prêmio estabelecido.

Sociedades de capitalização

As sociedades de capitalização são entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos (títulos de capitalização) que têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, depois de cumprido o prazo contratado, o direito de resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente; conferindo, ainda, quando previsto, o direito de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro.

Entidades abertas de previdência complementar

As entidades abertas de previdência complementar são entidades constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

As entidades fechadas de previdência complementar, ou fundos de pensão, são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Ampliando seus conhecimentos

O efeito multiplicador da moeda no sistema bancário

(PASSOS; NOGAMI, 2005, p. 461-462)

A criação da moeda

Depois de termos examinado as definições de moeda, vamos agora analisar os aspectos relativos à sua criação.

A moeda escritural possui uma alta participação na composição do meio circulante, e por isso pode ser explicado pela capacidade dos bancos em multiplicar os depósitos à vista realizados por seus correntistas. Trata-se, portanto, do mecanismo de criação de moeda pelos bancos.

A preferência do público em utilizar a moeda escritural pode ser justificada por algumas razões simples. Ao efetuarmos um depósito em um banco, estamos, na verdade, buscando uma forma segura de proteger nosso dinheiro contra perdas e roubos; afinal, é mais fácil carregar um talonário de cheques que um maço de dinheiro no bolso, principalmente quando se trata de vultosas quantias. Por outro lado, ao mantermos nosso dinheiro em um banco, ele nos oferece um conjunto de vantagens (cheques especiais, cartões de crédito, facilidade para a obtenção de empréstimos etc.), além das facilidades para a aplicação de nossos recursos disponíveis.

Outra grande vantagem que os bancos apresentam é que eles simplificam as operações de cunho financeiro dos agentes econômicos.

Agora, vamos ver como os bancos comerciais conseguem criar moeda. Suponhamos que o Banco Central decida expandir a quantidade de dinheiro em circulação na economia, ou seja, a oferta de moeda. Assim, o Banco Central compra no mercado títulos do Tesouro o montante de \$1.000.000. O vendedor dos títulos recebe o dinheiro ou o cheque dessa transação e o deposita em sua conta em um banco A. Suponhamos que os depósitos compulsórios dos bancos e os encaixes sejam de 40% dos depósitos. Assim, o banco A pode emprestar \$600.00 e reter \$400.000 como reserva. Quem recebe os \$600.000 como empréstimo vai depositá-lo no banco B que, por sua vez, terá condições de emprestar \$360.000, que o tomador vai depositar em outro banco e assim sucessivamente. Nesse processo, o total de moeda criado pode ser obtido por:

$$\Delta M = R\$1.000.000 + 600.000 + 360.000 + \dots$$

Ou, ainda,¹

$$\Delta M = R\$1.000.000 [1 + 0,6 + 0,6^2 + \dots]$$

$$\Delta M = R\$1.000.000 \times \frac{1}{1 - 0,6}$$

$$\Delta M = R\$2.600.000$$

Pelo que vimos até agora, podemos então definir a variação na oferta de moeda como:

$$\Delta M = \frac{1}{Z} \times \Delta R$$

onde ΔR representa o aumento inicial das reservas, ou seja, o primeiro depósito à vista, e Z a fração dos depósitos à vista que é destinada aos depósitos compulsórios e aos encaixes bancários. Costuma-se chamar $1/Z$ de multiplicador de depósitos bancários.

Quadro 1 – Processo de criação de moeda pelo sistema bancário

Etapas	Expansão dos depósitos à vista	Empréstimos concedidos pelo sistema bancário	Encaixe mantidos pelos bancos
Compra de título pelo Bacen (1.ª etapa)	1.000.000	-	-
2.ª etapa	1.000.000	600.000	400.000
3.ª etapa	600.000	360.000	240.000

¹ A expressão entre chaves é a soma dos termos de uma Progressão Geométrica Crescente de razão (1-r). Essa soma é igual ao termo inicial dividido por 1 menos a razão.

Etapas	Expansão dos depósitos à vista	Empréstimos concedidos pelo sistema bancário	Encaixe mantidos pelos bancos
4.ª etapa	360.000	216.000	144.000
5.ª etapa	216.000	129.600	86.400
.	.	.	.
.	.	.	.
.	.	.	.
.	.	.	.
n.º etapa	Próximo a zero	Próximo a zero	Próximo a zero
Final do Processo	2.500.000	1.500.000	1.000.000

Atividades de aplicação

1. O que se entende por sistema monetário?
2. Quais são os dois agentes que permitem a operacionalização das atividades do sistema financeiro?
3. Qual a principal característica das instituições financeiras bancárias?
4. Como você conceituaria as instituições financeiras não bancárias?
5. Quais as principais características do mercado monetário?

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOPES, João do Carmo e ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

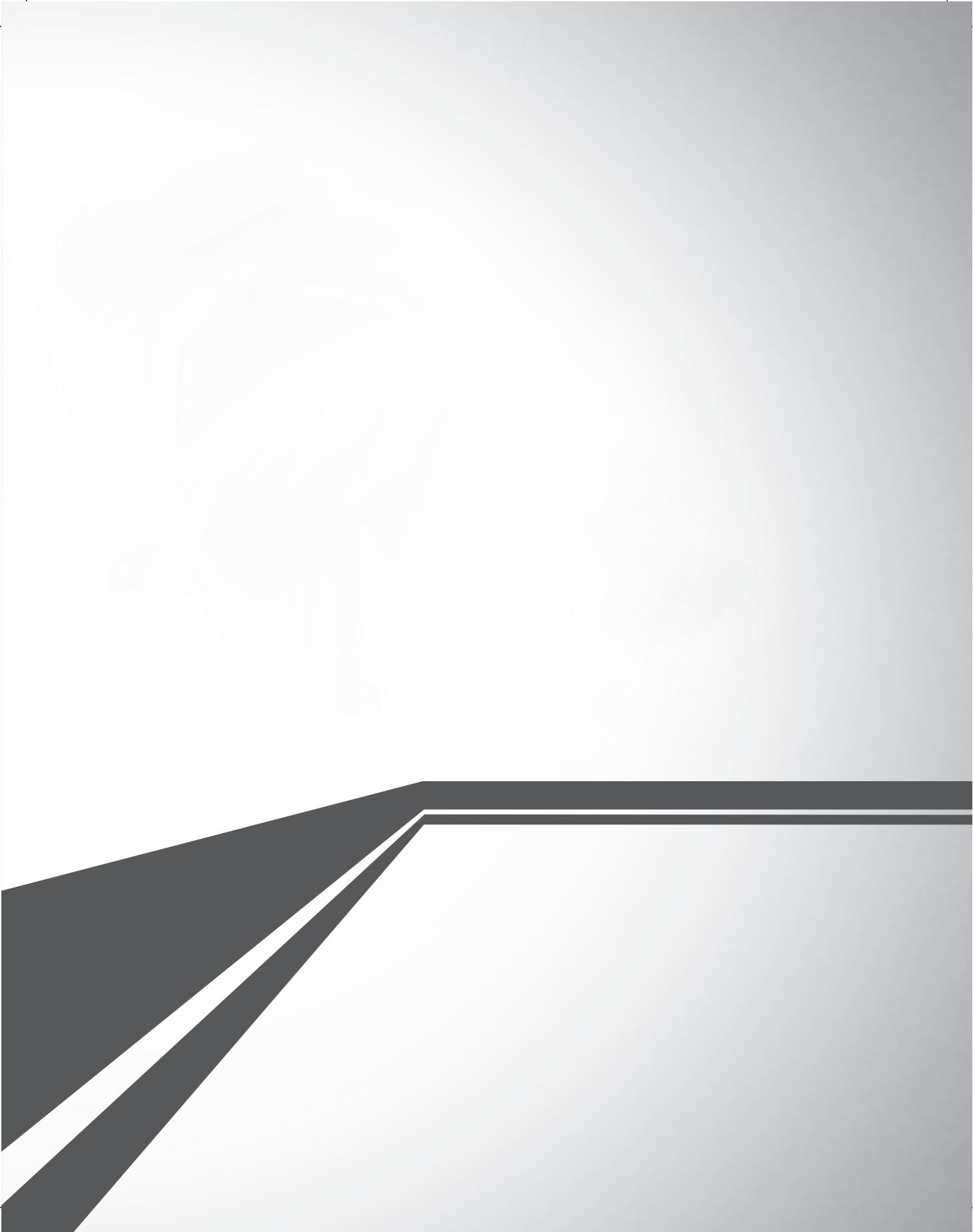
MAYER, Thomas *et al.* **Moedas, Bancos e Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

Gabarito

1. Sistema monetário é todo tipo de moeda, com por exemplo a metálica, papel-moeda, moeda escritural, que possua curso legal utilizado no numerário de uma nação.
2. Os dois agentes que operacionalizam as atividades do sistema financeiro são os aplicadores (poupadores), classificados como superavitários financeiros e os tomadores de empréstimos, classificados como deficitários, os quais dependem da poupança dos superavitários.
3. A principal característica das instituições bancárias ou instituições financeiras monetárias é a faculdade de criar moedas ou meios de pagamentos.
4. As instituições financeiras não bancárias são aquelas que não modificam a base monetária, pois não captam depósito à vista e não criam moeda escritural.
5. A principal característica do mercado monetário é a realização de operações financeiras de curto e curtíssimo prazo, incluindo financiamento de descaixes momentâneos de caixa entre os bancos comerciais e tesouro nacional (mercado interbancário). Esse mercado serve como instrumento de política monetária sobre o qual o Banco Central atua para controlar o nível de liquidez da economia.



■ **Relações econômicas internacionais**

No mundo atual, nenhuma nação existe em isolamento econômico. Todos os aspectos da economia de um país – suas indústrias, setores de serviços, níveis de renda e emprego, padrão de vida – estão vinculados às economias de seus parceiros comerciais.

Esse vínculo assume a forma de movimentos internacionais de bens e serviços, mão de obra, empreendimentos, fundos de investimento e tecnologia. De fato, as políticas econômicas nacionais não podem ser formuladas sem a avaliação de seus impactos prováveis sobre a economia de outros países.

O alto grau de interdependência econômica entre as economias da atualidade reflete a evolução histórica da ordem econômica e política mundial. Em resumo, a interdependência econômica tem se tornado um tema complexo, muitas vezes resultando em impactos fortes e desiguais entre as nações e entre setores de uma dada nação.

Empresas, mão de obra, investidores e consumidores sentem as repercussões das condições econômicas e políticas de comércio em alteração que ocorrem em outros países. A atual economia global exige cooperação em nível internacional para lidar com o grande número de temas e problemas.

Autossuficiência e especialização

Imagine, por alguns momentos, ser totalmente autossuficiente. Assim, você teria de fazer suas próprias roupas, produzir seus próprios alimentos, construir sua própria casa, enfim, teria de ter condições, sozinho, de satisfazer a todas as suas necessidades e desejos.

Nessas condições, o seu padrão de vida por certo cairia muito, uma vez que faltariam os recursos materiais, habilidade e tempo para você fazer muitas dessas coisas. Nos dias de hoje, um fato é certo: não participamos diretamente da produção de tudo aquilo que consumimos.

Mas, como resolver esse problema?

Uma possibilidade seria você se especializar, isto é, passar a trabalhar apenas nas coisas que faz melhor. Dessa maneira, poderia produzir uma

quantidade maior do que o necessário ao seu autoabastecimento e vender ou trocar o excedente por outras coisas que porventura desejasse.

Na realidade, isso é o que a maioria das pessoas procura fazer. Um médico, um economista, um professor, um pedreiro, cada um procura tirar vantagens especializando-se naquilo que faz melhor e ganhando o suficiente para poder comprar os bens e serviços que não produz.

O fenômeno da especialização também ocorre entre os países, uma vez que os recursos existentes são distribuídos desigualmente. Enquanto alguns países possuem maiores disponibilidades de terra, outros possuem maior disponibilidade de mão de obra especializada; outros, ainda, possuem uma disponibilidade maior de capital.

Dessa forma, tendem a ser ricos ou pobres em relação a determinado fator de produção. Por causa dessas diferenças, os custos de produção variam de país para país. Algumas mercadorias podem ser obtidas a custos menores do que se fossem produzidas internamente, por meio do comércio internacional.

O fato é que a existência do comércio internacional faculta aos países o aproveitamento de suas aptidões, empregando seus recursos na produção daqueles bens de custos relativamente mais baixos e trocando-os por bens de custos relativamente mais altos.

Assim, os países produzem e trocam entre si maior variedade e quantidade de bens que seriam menores e teriam custos mais elevados, caso cada país tentasse ser autossuficiente.

Vamos, portanto, nesta aula, estudar não só o comércio internacional, mas também as relações econômicas internacionais. Tal estudo justifica-se pelo fato de que não só a troca de bens e serviços e de fatores de produção, mas também as intermediações de recursos financeiros, não se processam apenas no interior de um país. Essas trocas e intermediações tendem a se processar também com outras economias, tendo em vista as muitas vantagens decorrentes da divisão do trabalho e da especialização.

Teorias do comércio internacional

Por diversas questões que envolvem desde a sobrevivência de uma nação até a satisfação de necessidades menos vitais, fortes razões induzem os países ao comércio exterior de bens e serviços.

Entre essas razões podemos citar:

- as desigualdades entre as nações no tocante às reservas não reprodutíveis (recursos naturais);
- diferenças internacionais no tocante a fatores climáticos, que são determinados por fatores relativamente estáticos como altitude, latitude, topografia e tipo de superfície, bem como no que diz respeito a fatores edáficos, ou seja, natureza e distribuição dos solos;
- desigualdades nas disponibilidades estruturais de capital e trabalho; e
- diferenças nos estágios de desenvolvimento tecnológico.

É a partir da combinação desses quatro fatores que surge a divisão internacional do trabalho, a especialização das nações. Por decorrência, o comércio externo tem contribuído contínua e persistentemente, para a internacionalização dos processos econômicos e, é inegável, para o gradativo aumento das taxas de dependência de cada economia com relação ao resto do mundo.

Apenas para ilustrar, veja no quadro 1 alguns países altamente dependentes da exportação juntamente com o principal produto por eles exportado. É com a receita da exportação desse produto principal que cada país consegue recursos para importar bens e serviços com a finalidade de atender às necessidades de sua população.

Quadro 1 – Países altamente dependentes de exportações

País	Produto
Arábia Saudita	Petróleo
Burundi	Café
Sri Lanka	Chá
México	Petróleo
Jamaica	Alumínio
Serra Leoa	Diamantes
Gâmbia	Amendoim
Islândia	Pescado
Chile	Cobre
Bolívia	Estanho
Honduras	Banana

Vamos ver, então, de forma resumida, a visão geral a respeito das principais teorias que procuram explicar a existência do comércio internacional.

A teoria da vantagem absoluta

Em 1776 Adam Smith¹, em seu livro *A Riqueza das Nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas, atacou o ponto de vista mercantilista a respeito do comércio, e defendeu o livre-comércio como a melhor alternativa para todas as nações.

O argumento do autor residia no fato de que cada nação poderia especializar-se na produção de mercadorias que ela produzisse com maior eficiência que os demais países, em outras palavras, que tivesse vantagem absoluta; e importasse as mercadorias em que tivesse desvantagem absoluta, ou produzisse menos eficientemente.

Essa especialização de fatores de produção e o comércio permitiriam um aumento da produção e do consumo, beneficiando as nações que comerciavam entre si.

O quadro 2 nos mostra um exemplo de vantagens absolutas. Neste exemplo estamos fazendo a suposição de que existam dois países – Estados Unidos e Brasil – e que produzam apenas duas mercadorias: milho e tecido. A mão de obra é o único fator de produção e está habilitada tanto a trabalhar na produção de milho quanto na de tecido. Neste exemplo, os Estados Unidos têm vantagem absoluta sobre o Brasil na produção de milho, e o Brasil tem vantagem absoluta sobre os Estados Unidos na produção de tecido.

Quadro 2 – Exemplo de vantagem absoluta

Países	Fator de produção	Produtos		
		Milho		Tecido
Estados Unidos	1/trabalhador/ano	1 200kg	ou	400m
Brasil	1/trabalhador/ano	600kg	ou	800m

O exemplo mostra claramente que um trabalhador nos Estados Unidos produz mais milho (1 200 quilos) que o trabalhador no Brasil, que produz

¹ Economista escocês (1723-1790), foi um dos mais eminentes teóricos da Economia Clássica. Foi o professor de Lógica e Filosofia Moral e ocupou-se, em princípio, com questões de ética. Ele derrubou algumas ideias básicas do mercantilismo, defendendo a ideia de que a livre-concorrência é o ingrediente essencial de uma economia eficiente.

600 quilos, ao passo que um trabalhador no Brasil produz mais tecido (800 metros) do que o trabalhador nos Estados Unidos (400 metros).

Para exemplificar as vantagens do livre-comércio, pensemos agora nas seguintes hipóteses:

- cada país possui apenas um trabalhador (é uma hipótese simplificadora);
- não há especialização na produção;
- não há comércio entre os dois países; e
- na primeira metade do ano, tanto os Estados Unidos como o Brasil só produzem milho, e na outra metade do ano só produzem tecidos.

Se isso acontecesse nos primeiros seis meses, os Estados Unidos produziriam 600 quilos de milho. Observe que, se no período de um ano o trabalhador produz 1 200 quilos de milho, em seis meses ele só poderá produzir metade do que produz em um ano. Já na segunda metade do ano produziriam 200 metros de tecido.

O Brasil, se fizesse a mesma coisa, conseguiria produzir 300 quilos de milho no primeiro semestre e 400 metros de tecido no segundo semestre do ano.

Observando o quadro 3, vemos como ficaria a produção total nessa situação.

Quadro 3 – Os dois países sem especialização e sem comércio

Produção	Países		Produção total
	Brasil	Estados Unidos	
Produção anual de milho (kg)	300	600	900
Produção anual de tecido (m)	400	200	600

De acordo com o quadro, portanto, a produção total sem a especialização seria de 900 quilos de milho e 600 metros de tecido.

Vejam agora como ficaria a situação se os Estados Unidos resolvessem produzir apenas milho (durante o ano inteiro) e o Brasil fizesse o mesmo em relação ao tecido. O quadro 4 apresenta os resultados que seriam alcançados.

Quadro 4 – Os Estados Unidos produzindo somente milho e o Brasil produzindo somente tecido

Produção	Países		Produção total	Ganho líquido
	Brasil	Estados Unidos		
Produção anual de milho (kg)	0	1200	1200	300
Produção anual de tecido (m)	800	0	800	200

Com a especialização de cada país na produção daquele bem em relação ao qual tem vantagem absoluta, haveria um ganho líquido de 300 quilos de milho e de 200 metros de tecido.

Assim, se os Estados Unidos se especializassem na produção de milho e o Brasil na produção de tecido, a produção conjunta de milho e tecido seria maior e os dois países partilhariam desse aumento por intermédio das trocas.

A teoria da vantagem comparativa

A teoria de Adam Smith quanto à vantagem absoluta é correta. Entretanto, explica apenas uma parte do comércio internacional. Coube a David Ricardo², no início do século XIX, explicar a maior parte do comércio mundial, com sua *teoria da vantagem comparativa*.

Ricardo mostrou com sua teoria que não é necessária a existência de vantagem absoluta para que a especialização e o comércio sejam vantajosos. Ricardo afirmou que, ainda que uma nação apresentasse desvantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias em relação à outra nação, o comércio seria vantajoso, desde que ela se especializasse na produção e exportação do bem em que sua vantagem absoluta fosse maior. Além disso, deveria importar a mercadoria em que sua vantagem absoluta fosse menor.

Como podemos observar no quadro 5, os Estados Unidos superaram o Brasil tanto na produção de milho quanto na produção de tecidos. Mesmo assim, valerá a pena para os Estados Unidos se concentrar apenas na produção de milho. Vamos entender o porquê desse fato.

² Economista inglês (1772-1823) considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith. Suas ideias dominaram a Economia Clássica por mais de meio século.

Quadro 5 – Um exemplo de vantagem comparativa

Países	Fator de produção	Produtos		
		Milho	ou	Tecido
Estados Unidos	1/trabalhador/ano	1 200Kg	ou	600m
Brasil	1/trabalhador/ano	400kg	ou	400m

Nos Estados Unidos, para se obter 1 quilo de milho teríamos de deixar de produzir 0,5 metro de tecido. Já no Brasil, o custo é de 1 para 1, pois para se obter 1 quilo de milho apenas 1 metro de tecido deixará de ser produzido. Por outro lado, 1 metro de tecido custa 2 quilos de milho nos Estados Unidos, ao passo que, no Brasil, para se obter 1 metro de tecido precisamos abandonar 1 quilo de milho.

Assim, para que se estabeleça o comércio entre eles, os Estados Unidos deverão se especializar na produção de milho, ao passo que o Brasil deverá se especializar na produção de tecidos.

E qual será a relação de troca entre os dois produtos?

Para os Estados Unidos, qualquer quantidade de tecido superior a 0,5 metro que receba em troca de 1 quilo de milho será vantajosa. Já para o Brasil, qualquer quantidade de milho que seja superior a 1 metro de tecido também será vantajosa.

Concluindo, podemos dizer que a teoria da vantagem absoluta e a teoria da vantagem comparativa procuram mostrar que a especialização da produção estimula o comércio internacional e favorece o consumidor.

Política comercial internacional

A existência do comércio internacional, nos moldes que relatamos na teoria da vantagem comparativa que na terminologia técnica seria o *livre-comércio*, sofre interferências governamentais por meio do instrumento denominado *política comercial internacional*, em que são introduzidas ações artificiais que possibilitam ou o incremento das exportações, ou a redução das importações, ou ambos.

O comércio interno de um país tem influência significativa na geração de recursos aos governos, por meio das taxas e impostos. O mesmo raciocínio se aplica ao comércio internacional, apenas mudando o fator gerador do imposto.

Nas operações de comércio internacional é praxe eliminarem-se os impostos internos de um país, ou seja, não se exportam impostos, mas, em contrapartida, cria-se o imposto alfandegário, significando que para uma mercadoria entrar no país ela será taxada de acordo com a política econômica do país que está importando.

É nesse estágio que voltamos ao ponto a que nos referíamos como política comercial internacional, uma vez que os governos, mediante a política alfandegária, poderão distorcer os princípios do chamado livre-comércio (em que a teoria das vantagens ou custos comparativos explica a existência dos fluxos comerciais), interferindo no comércio internacional.

Intervenção governamental no comércio internacional

O porquê de medidas protecionistas

Mesmo com as vantagens existentes advindas do livre-comércio, em certos casos se aconselha a intervenção do Estado com a finalidade de restringir a entrada de determinados produtos no país. São as chamadas medidas protecionistas, cujas justificativas são dadas a seguir:

- **Argumento da indústria nascente**

Uma indústria nascente pode não estar em condições de sobreviver à competição externa. O argumento da indústria nascente sustenta que tais indústrias deveriam ser protegidas, ao menos temporariamente, por altas tarifas ou cotas até que conseguissem desenvolver eficiência tecnológica e economias de escala que lhes possibilitem competir com as indústrias estrangeiras.

- **Argumento da segurança nacional**

Deve-se procurar proteger indústrias consideradas estratégicas do ponto de vista de segurança nacional.

- **Argumento da proteção ao emprego**

Deve-se promover a substituição das importações por bens fabricados no próprio país. Dessa forma, estimula-se a criação de novas indústrias e a geração de novos empregos.

- **Argumento do combate aos *deficits* comerciais**

Nesse caso, deve-se procurar combater os *deficits* entre importações e exportações.

Restrições ao livre-comércio

O governo pode criar restrições ao comércio internacional, entre as quais destacamos:

- **Barreira tarifária**

O governo pode aplicar uma barreira tarifária, isto é, um imposto que, adicionado ao preço internacional do produto, poderá fazer com que o preço da mercadoria produzida internamente se torne competitivo. Dessa forma, o governo protege os produtos nacionais a fim de que não sofram a concorrência de produtos importados mais baratos.

- **Barreira não tarifária**

Nesse caso, assim como no caso da barreira tarifária, o governo visa dar maior competitividade ao produto nacional. A diferença básica é que não se aplica um imposto, mas sim obstáculos quantitativos ou burocráticos que oneram ou inviabilizam as importações.

Incentivos

O incentivo à ampliação do comércio internacional é a forma adotada pelo governo para fazer com que, artificialmente, o preço do produto nacional, no exterior, se torne mais barato do que o preço do produto equivalente.

Para tanto ele se utiliza dos incentivos fiscais às exportações ou, ainda, de incentivos creditícios, ou seja, o produtor nacional consegue financiamentos a juros subsidiados. Utiliza-se, também, de incentivos burocráticos, com a eli-

minação de uma série de passos burocráticos que deveriam ser observados em uma exportação.

Balanço de pagamentos

O campo das relações econômicas internacionais não se restringe apenas ao fluxo de comércio, serviços e rendas, mas sim a uma série de outras transações econômicas, tais como empréstimos, financiamentos, investimentos, donativos etc. E todos esses aspectos estão retratados no balanço de pagamentos de um país.

Tradicionalmente, o balanço de pagamentos de um país é definido como o registro sistemático das transações econômicas, ocorridas em um determinado período de tempo, entre residentes e não residentes.

Por registro sistemático entenda-se a escrituração das transações econômicas de um país com o resto do mundo. Isto é, viabilizado por um sistema contábil, pelo método das partidas dobradas (débito e crédito), e obedecendo a um determinado plano de contas.

Os dados do balanço de pagamentos são normalmente divulgados em dólares norte-americanos, a valores correntes, sem ajustamento sazonal. Compreendem as transações realizadas por todo o país com o resto do mundo, e estão compilados de acordo com os critérios estabelecidos no *manual de balanço de pagamentos* do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As transações econômicas podem ser agrupadas em três grandes itens.

Transações correntes

- Exportações, importações e saldo da balança comercial.
- Receita; despesa e saldo de serviços totais; e os relacionados a transportes, viagens internacionais, seguros, financeiros, computação e informação, *royalties* e licenças, aluguel de equipamentos, governamentais e outros serviços.

- Receita; despesa e saldo de rendas, incluindo salários e ordenados, renda de investimento direto (lucros, dividendos e juros de empréstimos intercompanhia), renda de investimentos em carteira (lucros, dividendos e juros de títulos da dívida) e renda de outros investimentos (inclui juros de empréstimos, financiamentos, depósitos e outros ativos e passivos).
- Saldo de transações unilaterais correntes.
- Saldo de transações correntes.

Conta de capital

- Saldo da conta capital, que inclui transferências de patrimônio e compra e venda de ativos não produzidos ou não financeiros.

Conta financeira

- Total da conta financeira que engloba a receita, a despesa e o saldo dos investimentos diretos.
- A receita, a despesa e o saldo dos investimentos diretos.
- A receita, a despesa e o saldo de investimentos em carteira.
- Total das operações com derivativos, ativos e passivos.
- Outros investimentos, que incluem, entre outros, créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

Plano de contas

O *plano de contas* do balanço de pagamentos poderá ser tão analítico quanto as autoridades monetárias do país desejarem. Mas se o país for membro do FMI, deverá incorporar, pelo menos, as contas definidas por aquele órgão. O quadro 6 nos mostra a estrutura geral desse demonstrativo.

Quadro 6 – Estrutura geral do balanço de pagamentos

Discriminação
1. Balança comercial (FOB)
Exportações
Importações
2. Serviços
Transportes
Viagens internacionais
Seguros
Financeiros
Computação e informações
<i>Royalties</i> e licenças
Aluguel e equipamentos
Serviços governamentais
Outros serviços
3. Rendas
Remuneração do trabalho assalariado
Rendas de investimentos
Rendas de outros investimentos
4. Transferências correntes
5. Saldo de transações correntes (1+ 2 + 3 + 4)
6. Conta capital
Transferências de capital relacionados com patrimônio de migrantes
Aquisição/alienação de bens não financeiros ou não produtivos
7. Conta financeira
Investimento direto
Investimento em carteira
Derivativos
Outros investimentos
(créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos)
8. Erros e omissões
9. Resultado do balanço de pagamentos (5 + 6 + 7 + 8)

Detalhamento do grupo de contas

Detalhando, para efeito de entendimento do grupo de contas, temos:

Balança comercial

Inclui todos os bens que o Brasil exporta ou importa: produtos agrícolas, maquinários, automóveis, eletroeletrônicos, têxteis e assim por diante. O

valor em dólares das exportações de mercadorias é registrado como um crédito, e o valor em dólares das importações de mercadoria, como um débito. O saldo comercial de mercadorias, ou da balança comercial resulta da combinação das exportações e importações de bens. Dessa forma, quando o saldo é negativo, o resultado é um *deficit* comercial; um saldo positivo implica em um superávit comercial.

Serviços

As exportações e importações de *serviços* incluem uma variedade de itens. Quando navios brasileiros transportam produtos estrangeiros ou turistas estrangeiros gastam dinheiro em restaurantes e hotéis no país ou, ainda, quando serviços em geral são oferecidos por residentes no Brasil, precisam ser remunerados. Tais serviços, considerados exportações, são registrados como créditos na conta de bens e serviços. Inversamente, quando navios estrangeiros transportam produtos do Brasil ou turistas brasileiros gastam dinheiro em hotéis e restaurantes no exterior, os residentes estrangeiros é que estão prestando serviços que também exigem remuneração. Pelo fato de brasileiros estarem importando efetivamente esses serviços, estes são registrados como débitos. Os serviços bancários e os seguros podem ser explicados da mesma maneira.

Os serviços também incluem itens como transferência de bens ao amparo de programas militares, serviços de construção, serviços jurídicos, serviços técnicos etc.

Analiticamente falando, precisamos agregar os serviços à conta comercial de mercadorias para se ter uma compreensão mais ampla das transações internacionais de um país. Esse total resulta no *saldo de bens e serviços*. Quando esse saldo é positivo, o resultado é um superávit nas transações de bens e serviços; um saldo negativo resulta em *deficit*. O que significa precisamente um superávit ou um *deficit* aparecendo na conta de bens e serviços do Brasil? Se a conta de bens e serviços indica um superávit, o Brasil transferiu mais mercadorias e serviços aos estrangeiros do que recebeu deles ao longo de um ano.

Rendas

Outro item importante e que diz respeito aos *recebimentos e pagamentos de rendimentos*. Esse item consiste nos rendimentos líquidos (dividendos e juros) dos investimentos brasileiros feitos no exterior, isto é, rendimentos dos investimentos brasileiros menos pagamentos referen-

tes aos ativos estrangeiros no Brasil. Ele também inclui a remuneração dos empregados.

Transferências correntes

Também conhecidas como *transferências unilaterais*, incluem transferências de bens e serviços (doações em espécie) ou ativos financeiros (doações em dinheiro) entre o Brasil e o resto do mundo. As transferências privadas se referem a doações feitas por indivíduos e instituições não governamentais a estrangeiros. Podem incluir uma remessa de um imigrante que vive no Brasil para os parentes no país de origem, um presente de aniversário enviado a um amigo no exterior ou uma contribuição a um fundo de ajuda para outros países. As transferências governamentais se referem a doações feitas por um governo a residentes estrangeiros ou a governos estrangeiros.

Transações correntes

É o resultado do somatório dos saldos da balança comercial, de serviços, de rendas e de transferências correntes. O saldo em transações correntes indica se houve poupança externa negativa ou positiva.

Se o saldo em transações correntes for deficitário, significa que o país comprou mais bens e serviços do exterior do que vendeu, indicando ter havido uma poupança externa positiva.

Caso o saldo em transações correntes seja superavitário, significa que o país vendeu mais bens e serviços ao exterior do que comprou. Nesse caso, haverá uma poupança externa negativa.

Conta capital

Essa conta registra as transferências de capital relacionadas com o patrimônio dos imigrantes e a aquisição/alienação de bens não financeiros ou não produzidos, tais como cessão de patentes e marcas.

Conta financeira

Os quatro itens dessa conta são desdobrados em ativos e passivos, ou seja, há um item destinado a registrar fluxos envolvendo ativos externos detidos por residentes no Brasil e outro para registrar a emissão de passivos por

residentes cujo credor é não residente. Essas contas de ativos e passivos são, em seguida, novamente desdobradas para evidenciar detalhes específicos de cada conta.

A conta *investimentos diretos* registra os ativos externos detidos por residentes no Brasil sob a forma de investimento direto, bem como representa a conta de passivo do grupo de investidores diretos. Estão divididas em duas modalidades: participação no capital e empréstimos intercompanhias.

A rubrica *investimentos em carteira* registra o fluxo de ativos e passivos constituídos pela emissão de títulos de crédito comumente negociados em mercados secundários de papéis. Compõem esses ativos os títulos de renda variável negociados no país ou no exterior, e os títulos de renda fixa. Os passivos de investimento em carteira registram as aquisições por não residentes de títulos de renda variável (ações) e de renda fixa (títulos da dívida) de emissão brasileira.

A conta *derivativos financeiros* registra os fluxos financeiros relativos à liquidação de haveres e obrigações decorrentes de operações de *swap*³, opções⁴ e futuros e os fluxos relativos aos prêmios de opções.

A conta *outros investimentos*, por sua vez, compreende os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, a movimentação de depósitos mantidos no exterior na forma de disponibilidades, cauções, depósitos judiciais e, ainda, as garantias para os empréstimos vinculados a exportações, bem como a variação dos depósitos no exterior dos bancos comerciais.

³ Termo inglês que significa, literalmente, *permuta* e que designa o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas.

⁴ Direito negociável de compra de mercadorias ou títulos, ações etc., com pagamento em data futura e preços predeterminados.

Erros e omissões

Os lançamentos realizados a débito e a crédito efetuados no balanço de pagamentos provêm de diferentes fontes de informações, gerando, na prática, um líquido total diferente de zero, apesar de esse fluxo ser contabilizado pelo método das partidas dobradas. A principal razão está nas discrepâncias temporais das diversas origens dos dados utilizados. Com isso, torna-se necessário o lançamento de partida que permita o balanceamento das contas. Essa rubrica serve, portanto, para compensar toda superestimação ou subestimação dos componentes registrados.

Saldo do balanço de pagamentos

Equivale à soma algébrica das contas do balanço de pagamentos, conta corrente, conta capital e financeira e erros e omissões.

O resultado do balanço de pagamentos representa a variação das reservas internacionais do país, detidas pelo Banco Central, no conceito de liquidez internacional, deduzidos os ajustes relativos a valorizações ou desvalorizações das moedas estrangeiras e do ouro em relação ao dólar norte-americano e os ganhos ou perdas relativos a flutuações nos preços dos títulos e da cotação do ouro.

Variáveis determinantes das importações e exportações

Os elementos que mais influenciam as importações e as exportações estão apresentadas a seguir:

Com relação às importações

- Renda nacional

Um aumento da produção e da renda nacional significa que o país está crescendo e que demandará mais produtos importados, na forma de bens de consumo, de matérias-primas e de bens de capital. Nesse caso, existe uma relação direta entre renda nacional e importações.

- Taxa de câmbio

Uma desvalorização cambial fará com que os importadores paguem mais pelos mesmos produtos antes importados, acabando por desestimular as importações que, apesar de manter seus preços em dólares, exigirão mais reais por dólar de produto importado. Nesse caso, existe uma relação inversa entre desvalorização cambial e importações.

- Preços externos

A elevação dos preços (em dólares) dos produtos importados provavelmente provocará uma diminuição das importações brasileiras. Nesse caso, existe uma relação inversa entre preço (em dólares) dos produtos importados e as importações.

- **Preços dos produtos produzidos internamente**

Uma elevação dos preços dos produtos produzidos internamente estimulará a substituição desses produtos por produtos similares produzidos externamente, elevando as importações. Nesse caso, existe uma relação direta entre os preços internos e as importações.

- **Barreiras tarifárias e não tarifárias às importações**

A imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias às importações pode ocasionar uma diminuição de produtos importados. Nesse caso, existe uma relação inversa entre a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias e as importações.

Com relação às exportações

- **Renda mundial**

Um aumento na renda mundial deverá estimular o comércio internacional. Em consequência, as exportações nacionais também deverão aumentar. Nesse caso, existe uma relação direta entre a renda mundial e as exportações.

- **Taxa de câmbio**

Uma desvalorização cambial deve estimular as exportações, uma vez que os exportadores receberão mais reais por dólar de mercadoria exportada. Além disso, os importadores poderão comprar mais mercadorias produzidas internamente pela mesma quantidade de dólares. Nesse caso, existe uma relação direta entre desvalorização cambial e exportações.

- **Preços externos**

Uma elevação nos preços externos dos produtos por nós exportados deverá elevar as exportações. Nesse caso, existe uma relação direta entre os preços externos dos produtos produzidos nacionalmente e as exportações.

■ Preços internos

Um aumento nos preços internos dos produtos exportáveis poderá estimular o aumento das vendas no mercado interno, diminuindo as importações. Nesse caso, existe uma relação inversa entre preços internos e as importações.

■ Incentivos às exportações

Incentivos às exportações, sejam de ordem fiscal (isenções de impostos), creditórios (o produtor nacional consegue financiamento a juros subsidiados), ou de natureza burocrática, podem estimular as exportações. Existe, então, uma relação direta entre aumento de incentivos e exportações.

Taxas de câmbio

A taxa de câmbio é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Em outras palavras, a taxa de câmbio é o preço de uma moeda em termos de outra. Obviamente há pelo menos tantas taxas de câmbio quanto moedas estrangeiras. Contudo, a expressão taxa de câmbio geralmente indica o preço de uma moeda internacional de referência que, no caso brasileiro, é o dólar norte-americano.

Assim, quando falamos que um dólar norte-americano vale R\$2, já estamos expressando a taxa de câmbio entre as duas moedas:

$$\text{US\$1,00} = \text{R\$2,00}$$

No Brasil, as divisas são monopólio do Estado, que é representado pelo Banco Central. As operações de câmbio, por sua vez, só podem ser conduzidas por meio de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio pelo Banco Central.

Sendo a taxa de câmbio um preço, ela também será influenciada pela oferta e demanda, no caso, de divisas, ou seja, pela oferta e demanda de moeda estrangeira em um determinado país.

A oferta de divisas depende:

- do volume de exportações, uma vez que as moedas estrangeiras recebidas pelas vendas externas têm de ser trocadas por moeda nacional; e
- da entrada de capitais externos, que também precisam ser trocados por moeda nacional.

Assim, quando um exportador vende sua mercadoria no mercado internacional, o importador estrangeiro dessa mercadoria remete divisas, dólares, por exemplo, ao Banco Central, que fica com os dólares, pagando ao exportador nacional a quantia equivalente em reais.

A demanda de divisas, por sua vez, depende:

- do volume de importações, uma vez que os importadores nacionais necessitam de moeda estrangeira para pagar suas compras realizadas em outros países, já que a moeda nacional não é aceita; e
- da saída de capitais externos, sob a forma de amortização de empréstimos, pagamentos de juros etc.

Ampliando seus conhecimentos

Desvio de comércio na América do Sul

(KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 184)

Em 1991, quatro nações sul-americanas – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – formaram uma área de livre-comércio conhecida como Mercosul. O acordo teve um efeito imediato e radical sobre o comércio: em quatro anos, o valor do comércio entre as nações triplicou. Os líderes da região orgulhosamente tomaram o Mercosul como um êxito importante, parte de um pacote mais amplo de reformas econômicas.

Mas, embora o Mercosul tenha claramente aumentado o comércio intrarregional, a teoria das áreas preferenciais de comércio nos diz que isso não é, ne-

cessariamente, bom: se o novo comércio aconteceu à custa do comércio que, do contrário, teria ocorrido com o resto do mundo – enfim, se o acordo desviou comércio em vez de criar comércio –, ele pode, na verdade, ter reduzido o bem-estar. E, de fato, em 1996 um estudo preparado pelo economista-chefe de comércio do Banco Mundial concluiu que, apesar do sucesso do Mercosul no aumento do comércio regional – ou melhor, porque aquele sucesso veio à custa de outro comércio –, os efeitos líquidos sobre as economias envolvidas foram provavelmente negativas.

Em essência, o relatório argumentava que, como resultado do Mercosul, os consumidores dos países-membros estavam sendo induzidos a comprar de seus vizinhos produtos industrializados caros – em vez de mais baratos –, mas pesadamente tarifados, vindos de outros países. Em particular, por causa do Mercosul, a indústria automobilística brasileira, altamente protegida e um tanto ineficiente, tinha, na verdade, conquistado um mercado cativo na Argentina, desbancando as importações de outros lugares, exatamente como no nosso exemplo em que o trigo francês desbancou o trigo norte-americano no mercado britânico. O rascunho inicial do relatório conclui: “Essas descobertas parecem constituir a evidência mais convincente e perturbadora gerada até agora sobre os potenciais efeitos adversos dos acordos comerciais regionais”.

Mas não foi isso que o relatório final dizia quando publicado. O rascunho inicial vazou para a imprensa e gerou uma tempestade de protestos dos governos do Mercosul, em particular do Brasil. Sob pressão, o Banco Mundial primeiro adiou a publicação e, no fim, acabou lançando uma versão recheada de advertências. Ainda assim, mesmo na versão que veio a lume, o relatório afirma, com certa veemência, que o Mercosul, se não é completamente contraproducente, pelo menos tem produzido uma quantidade considerável de desvio de comércio.

Atividades de aplicação

1. Quais as razões que justificam a existência do comércio internacional?
2. Que argumentos são utilizados para justificar a adoção de medidas protecionistas? Explique-os.

3. O que significa balanço de pagamentos?
4. Do que depende a oferta de divisas em uma economia?
5. O que se entende por taxa de câmbio?

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**: teoria e política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

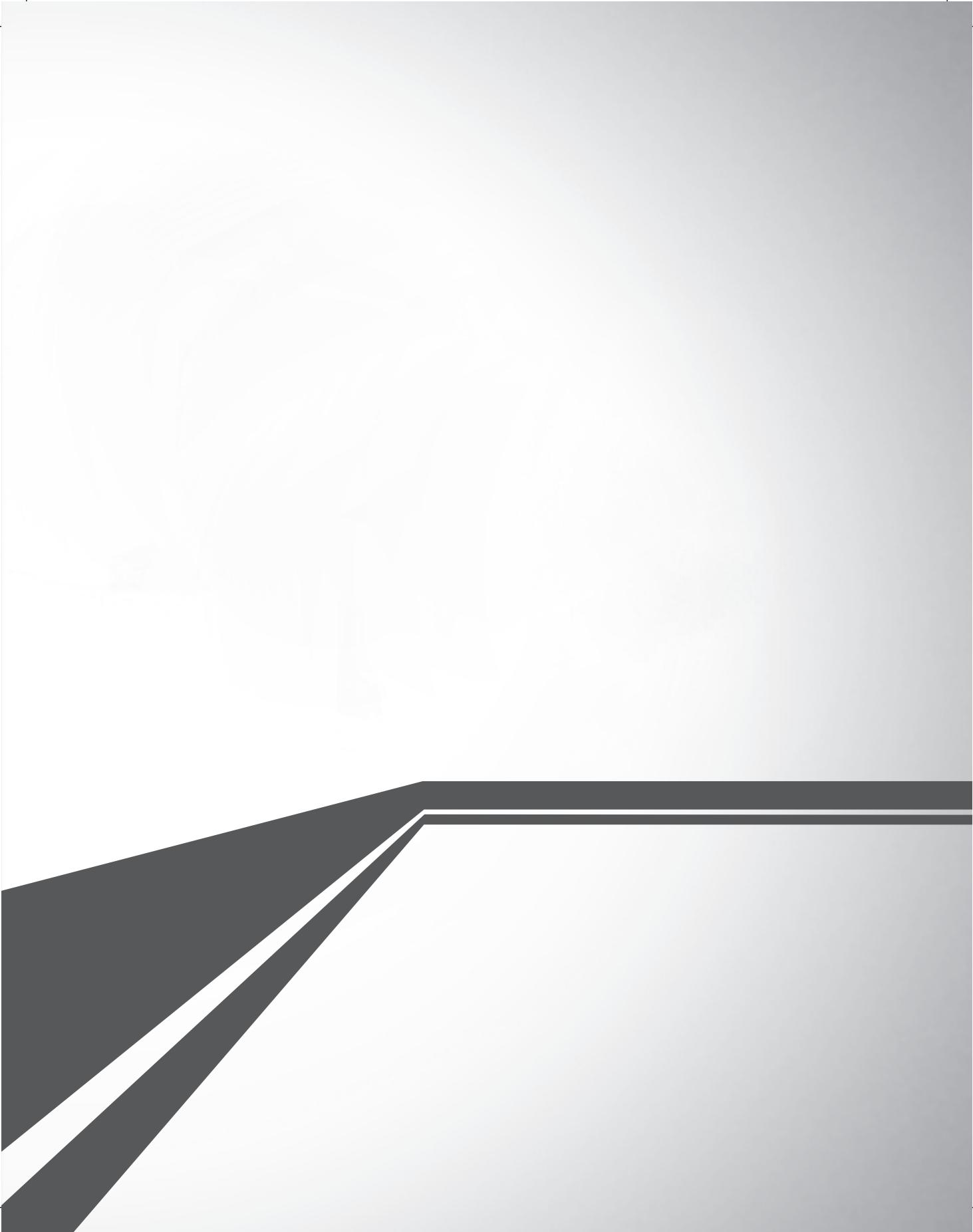
SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

Gabarito

1. As razões que justificam o comércio internacional são a desigualdade predominante entre as nações no tocante aos vários fatores de produção, como reservas de recursos naturais, fatores climáticos, natureza e distribuição de solos, disponibilidades estruturais de capital e trabalho, e diferenças nos estágios de desenvolvimento tecnológico.
2. Os argumentos de medidas protecionistas são vários, entre os predominantes podemos destacar quatro. O primeiro é da indústria nascente, este defende que ela deve ser protegida ao menos temporariamente por não estar em condições de sobreviver à competição externa. Em seguida vem o argumento da segurança nacional, ou seja, proteger as indústrias estratégicas do ponto de vista de segurança nacional. O terceiro deles é proteção ao emprego, através da substituição das importações para estimular a criação de novas indústrias e geração de novos empregos. Por fim o de combate aos *deficits* comerciais, exportação maior que importação.

3. É o registro sistemático das transações econômicas, ou seja, escrituração das transações econômicas de um país com o resto do mundo por intermédio de um sistema contábil ocorrido em um determinado período de tempo, entre residentes e não residentes.
4. A oferta de divisas em uma economia depende do volume de exportação e entrada de capitais externos. Ambas estão relacionadas à troca de moeda estrangeira por moeda nacional.
5. Taxa de câmbio indica o preço da relação de troca entre uma moeda estrangeira no preço da moeda nacional, ou seja, preço em moeda nacional de uma unidade de moeda estrangeira.





■ **Inflação e desemprego**

Neste capítulo vamos falar sobre a inflação, seus efeitos sobre a economia e os tipos de inflação existentes. Apresentaremos, também, o conceito de desemprego e as relações existentes entre os fenômenos da inflação e do desemprego.

A inflação não é um problema exclusivo das economias em desenvolvimento. Nos dias de hoje é um fenômeno mundial, um mal em todas as economias. E não é um “mal necessário”, como alguns pretendem fazer crer. Para tanto, basta analisarmos rapidamente os pesados custos que um processo inflacionário crônico impõe à sociedade.

A inflação deteriora o poder de compra da moeda, o que significa menor capacidade, por parte das famílias, de adquirir os bens e serviços produzidos, o que acaba implicando Custos de Bem-Estar.

Este fenômeno de aumento generalizado dos preços implica uma redistribuição da renda a favor dos bancos e do governo, mas, de um modo geral, implica também uma redistribuição contra os credores e a favor dos devedores, bem como em uma transferência a favor das rendas não contratuais (como os lucros) em detrimento das rendas contratuais (salários, por exemplo). É óbvio que isto vai prejudicar as classes mais pobres da população e, ao se introduzir expectativas com relação à inflação futura, a situação tende a piorar, porque os grupos mais ricos podem prever melhor a inflação do que os mais pobres. É o que chamamos de Custos Distributivos.

Um terceiro custo causado pela inflação é o Custo Alocativo. Numa inflação variável, nem todos os preços aumentam na mesma proporção, o que implica variações nos preços relativos, fazendo com que determinados setores se tornem mais atrativos do que outros, efeito este que ainda é reforçado pela incerteza. Isso faz com que o padrão de investimentos se afaste do ótimo, em termos sociais. Nesta situação são favorecidas as aplicações de curto prazo e os investimentos especulativos, em detrimento das aplicações de longo prazo.

Por outro lado, a teoria da inflação mais recente costuma ligar o estudo da inflação ao mercado de trabalho. Em épocas de prosperidade, quando o produto efetivo é elevado, o nível de emprego costuma aumentar, e, portanto, o desemprego costuma ser baixo, enquanto que, em épocas de desaquecimento econômico, com a queda nas vendas, as empresas costumam demitir seus empregados, o que leva a taxa de desemprego a crescer.

Colocando a questão de uma outra forma: a grande causa da inflação é o crescimento excessivo da demanda agregada por bens e serviços. No curto prazo, crescimentos da demanda tendem a gerar aumentos nos preços e no produto nacional, ou seja, aumentos no nível de emprego. No longo prazo, os deslocamentos da demanda gerados pelas políticas expansionistas causarão apenas mudanças nos preços, não afetando a taxa de desemprego, que irá se manter em seu nível natural. Nesse ponto, a taxa natural de desemprego corresponderá a uma situação em que o produto natural coincida com o produto efetivo e, portanto, a um estado de equilíbrio de longo prazo, em que a taxa de inflação é plenamente antecipada.

Conceito de inflação

O fenômeno macroeconômico denominado inflação pode ser definido como um processo persistente de aumento no nível geral de preços, o que resulta em perda do poder aquisitivo da moeda.

A inflação é considerada um fenômeno generalizado, pois os aumentos não ocorrem apenas sobre um pequeno conjunto de preços ou sobre um setor específico da economia. Por essa razão, altas esporádicas de preço, devido, por exemplo, a flutuações sazonais não podem ser confundidas com inflação. A inflação significa aumento simultâneo de um grande número de preços.

O problema inflacionário não ocorre apenas em economias em desenvolvimento, como a brasileira. Nos dias de hoje a inflação é um fenômeno universal, que traz grandes consequências políticas, econômicas e sociais.

Efeitos da inflação

Como dissemos acima, esse aumento generalizado nos preços causa pesadas disfunções sobre a atividade econômica. A inflação tende a favore-

cer os devedores e especuladores, redistribui a renda entre setores e, além disso, tende a mudar os hábitos de consumo e a incentivar a aplicação em bens de valorização garantida, mesmo com o surto inflacionário.

Efeito sobre a distribuição de renda

A inflação provoca redução do poder aquisitivo dos segmentos da população que dependem de rendimentos fixos, com prazo legal de reajuste. Como exemplo, podemos citar os assalariados que, até a chegada de um novo reajuste, ficam com seu poder de compra cada vez mais reduzido.

Os proprietários de imóveis alugados também são prejudicados, apesar de que em processos inflacionários os imóveis tendem a se valorizar, normalmente mais que a inflação. Por outro lado, aqueles que têm renda livre, como as firmas e os especuladores, são favorecidos pelo processo inflacionário.

Todos esses fatos contribuem para tornar injusta a repartição de renda na economia.

Efeitos sobre a alocação de recursos

No tocante à alocação de recursos, verificamos que o processo inflacionário costuma modificar o perfil de investimentos dos agentes econômicos, podendo trazer sérias implicações de cunho social. Isso ocorre em função da resistência que os investidores têm em alocar seus recursos em projetos de longa maturação, preferindo os de curto prazo e, até mesmo, os especulativos.

Efeitos sobre o balanço de pagamentos

Se a elevação dos preços internos se dá em um ritmo superior ao do aumento de preços internacionais, os produtos produzidos internamente podem ficar mais caros que os bens produzidos externamente.

Isso pode dificultar as exportações e estimular as importações, diminuindo o saldo da balança comercial (exportações menos importações).

O governo pode, então, promover desvalorizações cambiais, objetivando aumentar as exportações e reduzir as importações. Esse procedimento, en-

tretanto, pode encarecer as importações de produtos essenciais, tais como o petróleo. O encarecimento desses produtos acaba por elevar os custos de produção, podendo essa elevação de custos ser repassada para os preços.

Tipos de inflação

A inflação, normalmente, pode resultar de fatores estruturais (inflação de custos), monetários (inflação de demanda) ou de uma combinação de fatores.

Entretanto, independentemente da causa inicial do processo de elevação dos preços, a inflação adquire autonomia suficiente para se auto alimentar por meio de reações em cadeia (a elevação de um preço puxando a elevação de vários outros). Desse modo, configura-se a chamada espiral inflacionária.

Inflação de demanda

A inflação de demanda diz respeito ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços (oferta agregada). Ela pode ser entendida como “dinheiro demais à procura de poucos bens disponíveis”.

Estudos admitem que o governo, ao financiar seus *deficits* mediante a emissão de moeda, origina o processo inflacionário. Essa é a visão monetarista da inflação.

Assim, neste caso, para se combater a inflação, a demanda agregada por bens e serviços deverá ser reduzida, uma vez que, no curto prazo, ela se mostra mais sensível a alterações de política econômica que a oferta agregada cujos ajustes se dão no longo prazo. Mas como comprimir a demanda agregada?

A demanda agregada pode ser reduzida, entre outras, das seguintes maneiras:

- aumento da carga tributária;
- redução dos gastos do governo;
- elevação das taxas de juros;

- controle de crédito;
- arrocho salarial.

Inflação de custos

A inflação de custos, que tem como causa os fatores não monetários, comparativamente à inflação de demanda, é bem mais simples de ser entendida. Ela surge por decisão e ação dos agentes autônomos da economia, sem intervenção do mecanismo de mercado, como ocorre na inflação com características monetárias. Ela pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. O nível de demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores de produção importantes aumentam.

Existem, basicamente, quatro fatores geradores desse tipo de inflação: quedas de produção, aumento nos preços de produtos importados, aumentos excessivos de salários e atuação dos oligopólios.

As quedas de produção, também conhecidas como choques de oferta, ocorrem quando as empresas reduzem, significativamente, seus volumes de produção.

Essas quedas de produção são decorrentes de greves de trabalhadores da indústria, da falta de matérias-primas ou de quebras de safras agrícolas. Aumentos nos preços de produtos agrícolas que servem de insumo para outras indústrias, devido a geadas ou secas, por exemplo, também caracterizam uma inflação de custos, quando tais aumentos são repassados ao preço do produto final. Essa redução súbita na oferta desses bens, mantida a demanda constante, levará a uma inevitável elevação de preços.

Uma economia altamente dependente de determinados produtos importados, como matérias-primas e certos insumos básicos (tal como o petróleo e seus derivados), sofrerá as consequências, no curto prazo, de uma elevação no preço desses produtos no mercado internacional. Essa elevação de preços fará com que os custos de produção das empresas aumentem, e elas, por sua vez, repassarão essa elevação ao preço do produto final.

Um aumento real de salários, além da inflação e dos índices reais de produtividade, tanto por iniciativa do governo como pela capacidade de negociação dos sindicatos dos trabalhadores, poderá elevar os custos de pro-

dução das empresas. A exemplo do caso anterior, essa atitude criará uma pressão altista de preços, fomentando a inflação.

As firmas monopolistas ou oligopólios também podem contribuir para o aumento de preços, mediante a “inflação administrada”. Esse fato pode ocorrer quando essas firmas decidem aumentar seus preços com o único objetivo de auferir um lucro maior. Se as firmas atuam na produção de bens que servirão de insumo ou matéria-prima para outras indústrias, o repasse dos custos será em cadeia, acarretando a chamada “espiral inflacionária”.

Para conter a inflação de custos sugere-se:

- política de controle sobre os lucros das empresas;
- política de controle direto sobre preços;
- política salarial mais rígida.

Inflação inercial

Se, em uma economia, em um dado momento, os agentes econômicos adaptam as suas expectativas a determinada taxa de inflação, a taxa esperada passa a ser denominada “taxa de inflação pela inércia”.

Uma vez incorporada ao comportamento dos agentes econômicos, ela passa a ser integrada nos contratos e acordos informais e pode persistir durante bastante tempo.

Assim, se os preços vêm aumentando a uma taxa de 10% durante algum tempo, os agentes econômicos formam suas expectativas em torno dessa taxa, passando ela a ser incorporada por diferentes instituições no desenvolver de suas atividades.

A interação entre inflação de demanda e inflação de custo

Devemos observar que, na realidade, é muito difícil dissociar a causa principal de pressões inflacionárias, se provocadas por um aumento inadequado da demanda agregada, ou se impulsionadas por elevação dos custos de produção.

Para entendermos melhor esta questão, vamos imaginar o seguinte exemplo.

Suponhamos, inicialmente, uma economia operando no pleno emprego. Façamos, então, a suposição de que o governo resolva aumentar seus gastos. Como já sabemos, isso vai causar pressões inflacionárias, em função de um nível de demanda agregada superior à oferta agregada da economia. Teríamos, então, uma inflação de demanda.

Em decorrência da elevação dos preços, os sindicatos dos trabalhadores, em função de sua força política, reivindicarão aumentos salariais, com vistas a repor a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores.

Em havendo tal reposição, ocorrerá, como decorrência, aumento nos custos de produção. Se esses aumentos de custo forem repassados aos preços finais dos produtos, teremos aquilo que se denomina inflação de custos.

Algumas firmas, valendo-se do seu poder monopolista no mercado e também do fato de que seus custos aumentaram, poderão elevar seus preços além dos aumentos de custos ocorridos, com a finalidade de auferir taxas de lucro mais altas. Surge, assim, nova pressão inflacionária (inflação administrada).

Em decorrência das elevações de preços ocorridas, poderá haver expectativa por parte dos agentes econômicos de que os preços aumentem no futuro. Isso poderá induzir os consumidores a aumentar as compras de bens de consumo. Poderá também induzir as empresas a aumentar seus estoques, fugindo, assim, dos aumentos de preços futuros. Esse aumento de demanda agregada acabará por gerar novas pressões inflacionárias.

A visão monetarista

Os monetaristas explicam a causa da inflação pelo desequilíbrio da política do governo de financiar seus *deficits* no orçamento pela emissão de papel-moeda.

Para eles, o aumento da oferta de moeda poderá provocar excesso de demanda por parte dos consumidores e empresários que se defrontarão com uma oferta de bens e serviços relativamente fixa no curto prazo. Haverá, então, pressão da demanda sobre a oferta, desencadeando um processo de aumento de preços.

Formas de combate à inflação

Como a inflação é um problema macroeconômico e que afeta o bem-estar da sociedade como um todo, o seu controle torna-se preocupação primeira do próprio governo. Teoricamente, duas são as soluções para o problema: contração da demanda e controle de preços e salários.

A contração da demanda pode ser obtida por meio de políticas monetária e fiscal contracionista, reduzindo assim o nível de produção e de emprego na economia.

O controle de preços e salários pode trazer resultados favoráveis no curto prazo, mas no longo prazo a tendência é que se crie uma inflação reprimida.

Sistema de metas inflacionárias

A partir do segundo semestre de 1999, foi estabelecida como diretriz para fixação do regime de política monetária a sistemática de “Metas para inflação”.

As metas são públicas e ao Banco Central cabe executar as políticas necessárias para o cumprimento das metas fixadas e prestar regularmente informações sobre as medidas tomadas para atingi-las. Tais metas devem ser atingidas principalmente pela política de juros. Quando a inflação ameaça passar da meta, os juros sobem.

O índice escolhido pelo governo para referência de inflação no Brasil é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sem nenhum tipo de expurgo. Caso a meta não seja cumprida, o presidente do Banco Central do Brasil divulgará publicamente as razões de seu descumprimento, por meio de carta aberta ao Ministro da Fazenda, a qual deve conter:

- descrição detalhada das causas do descumprimento;
- providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos;
- o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

Além disso, o Banco Central do Brasil deve, até o último dia de cada trimestre civil, enviar Relatório de Inflação abordando o desempenho do regime de “metas para a inflação”, os resultados das decisões passadas de política monetária e a avaliação prospectiva da inflação.

Principais índices de preços

De acordo com Sandroni (1999, p. 302), em princípio, o índice ideal para medir a inflação resultaria do deflator implícito do produto nacional gerado em determinado período de tempo, que daria uma medida, a uma certa periodicidade, do crescimento dos preços dos bens de consumo, dos bens de produção e de todos os serviços gerados no intervalo de tempo relevante com o concurso da força de trabalho. Por motivos de ordem prática, outros índices são utilizados.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

Este índice é calculado pela Fundação IBGE, com base em uma cesta de itens representativos do consumo das famílias, com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Goiânia.

O período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior. Em 1999 o IPCA foi selecionado para ser o índice oficial de acompanhamento da inflação do país, dentro do sistema de Metas de Inflação.

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Índice também calculado pelo IBGE, tem por finalidade constituir-se no indexador oficial de salários. O universo de pesquisa é composto por pessoas que ganham de 1 a 8 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio

de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Goiânia. O período de coleta dos preços vai do primeiro ao último dia do mês de referência, e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior.

IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna)

Medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), este índice se refere ao mês cheio, ou seja, o período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 20 do mês posterior.

Ele é calculado em dois conceitos: oferta global e disponibilidade interna. No conceito de oferta global, consideram-se a produção interna e as importações. Já no conceito de disponibilidade interna, excluem-se as exportações da oferta global.

O IGP-DI, como é mais conhecido, foi criado com o objetivo de balizar o comportamento de preços em geral na economia. É composto por três outros indicadores, quais sejam:

- Índice de Preços no Atacado (IPA) – no qual entram preços praticados no mercado atacadista. Representa 60% do IGP-DI;
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – cuja coleta de dados ocorre nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro entre as famílias que têm uma renda de 1 a 33 salários mínimos. Representa 30% do IGP-DI;
- Índice Nacional da Construção Civil (INCC) – no qual são avaliados os preços no setor de construção civil, não só de materiais, como também de mão de obra. Representa 10% do IGP-DI.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)

Calculado pela Fundação Getulio Vargas. A coleta do IGP-M é efetuada entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência, e sua divulgação costuma ocorrer no último dia útil do mês de referência. A cada decêndio do período de coleta ocorrem as divulgações prévias.

O IGP-M foi criado com o objetivo de se possuir um indicador confiável para as operações financeiras, especialmente as de longo prazo. Da mesma forma que o IGP-DI, é composto pelo IPA-M, IPC-M e INCC-M, tendo esses índices os mesmos pesos tanto para o IGP-M quanto para o IGP-DI. Importante esclarecer que a base de dados utilizada é a mesma em ambos os casos.

IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da FIPE)

O índice de preços ao consumidor é medido na cidade de São Paulo com o universo de pessoas que ganham de 1 a 20 salários mínimos. O índice é calculado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

O período de coleta vai do primeiro ao último dia de cada mês. Semanalmente ocorrem divulgações prévias, chamadas quadrissemanais. O IPC mensal corresponde ao resultado apurado na quarta quadrissemana do mês-calendário de referência.

ICV – Dieese (Índice de Custo de Vida do Dieese)

Este índice, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), tem por objetivo atender às necessidades de vários sindicatos de aferir o custo de vida no município de São Paulo.

O universo de pesquisa é de pessoas que ganham de 1 a 30 salários mínimos. O período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês civil, e a divulgação ocorre próxima ao dia 10 do mês posterior ao de referência.

A questão do desemprego

Imagine que, após longos anos de árduos estudos, você finalmente consiga se formar na faculdade. Agora, sim, você está pronto para dar início a uma brilhante carreira. Mas será que existirão vagas na área em que você deseja trabalhar? Será que pagarão bem pelos serviços de um recém-formado? Ou será que a economia passa por uma fase recessiva, com desemprego acentuado, e você será obrigado a aceitar um trabalho que, além de não lhe pagar a remuneração dos seus sonhos, também não vai aproveitar seu preparo, adquirido em incontáveis horas de aula e de estudo ao longo de anos?

As respostas a essas questões não são simples e dependerão, em grande parte, do número de vagas disponíveis e da taxa de desemprego da economia.

O conceito de desemprego

Para se entender a questão do desemprego, é preciso, antes de mais nada, conceituar o que se entende por mercado de trabalho e por força de trabalho.

O mercado de trabalho, de maneira geral, pode ser entendido como o mercado no qual se processa a compra e venda de serviços de mão de obra. Nesse mercado, os trabalhadores (o lado da oferta de mão de obra) se defrontam com as empresas (o lado da demanda de mão de obra) para, em processos de negociação, determinar os níveis salariais, as condições de trabalho e outras questões pertinentes à relação capital-trabalho.

Já a força de trabalho, denominada também População Economicamente Ativa (PEA), diz respeito aos indivíduos que vão constituir o mercado de trabalho, mercado este que abastece as firmas em termos de necessidade de mão de obra.

Assim, se da População Total de um país subtrairmos a População em Idade Não Ativa, ou seja, aqueles que são muito jovens ou muito idosos, chegaremos ao conceito de População em Idade Ativa. No Brasil, adota-se o critério de 10 anos como limite mínimo para a idade ativa.

Se da população em idade ativa excluirmos estudantes, inválidos, indivíduos em tarefas domésticas não remuneradas (donas de casa, por exemplo), chegaremos ao conceito de População Economicamente Ativa (PEA), que é constituído por ocupados e desocupados. De acordo com o IBGE, em sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que abrange atualmente seis regiões metropolitanas, a PEA na semana de referência é constituída pelas populações ocupada e desocupada nesse período.

Por desempregado, entende-se, fundamentalmente, as pessoas que procuram por um emprego. Segundo o IBGE, isso corresponde à população desocupada por um determinado período de referência.

Desta forma, População Desocupada na semana de referência compreende as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

Já a População Ocupada na semana de referência compreende as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Taxa de desemprego

É o percentual de pessoas desocupadas (desempregadas) na semana de referência da pesquisa, com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, em relação à população economicamente ativa. A taxa de desemprego mostra a falta de capacidade da economia em fornecer emprego para todas as pessoas que desejam trabalhar.

Ela é uma relação entre o número de desocupados e o total da força de trabalho (PEA), ou seja:

$$Td = \frac{\text{População Desocupada}}{\text{PEA (Força de Trabalho)}} \times 100$$

ou

$$Td = \frac{\text{População Desocupada}}{\text{População Ocupada} + \text{População Desocupada}} \times 100$$

Essa taxa indica a porcentagem de indivíduos que estão buscando trabalho, mas que não encontram ocupação pelos salários vigentes na economia. Essa taxa inclui o desemprego aberto, que envolve as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias que antecederam a entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

Tipos de desemprego

O desemprego é classificado em várias categorias conforme suas causas.

Desemprego friccional ou desemprego natural

Este tipo de desemprego ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a demanda, quando empregadores com vagas desconhecem a existência de mão de obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho.

O desemprego friccional (ou natural) consiste, portanto, em indivíduos desempregados temporariamente, e é vivenciado por pessoas ou que estão no processo de mudança voluntária de emprego, ou que foram despedidas e estão procurando um novo trabalho, ou que estão no mercado de trabalho buscando emprego pela primeira vez.

Esse tipo de desemprego é chamado friccional, porque o mercado de trabalho opera com “atrito”, não combinando de forma rápida e suave trabalhadores e empregos.

Desemprego estrutural

Também conhecido como desemprego tecnológico, o desemprego estrutural decorre de mudanças estruturais na economia, tais como mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas).

Essas variações da tecnologia e da demanda ao longo do tempo acabam por alterar a estrutura da demanda total por trabalho em termos de qualificação, já que avanços tecnológicos alteram as qualificações necessárias para o desempenho de determinadas funções. Essas mudanças eliminam algumas oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo em que criam outras, para as quais os desempregados não têm qualificação.

Desemprego sazonal

O desemprego sazonal ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica, tais como a agricultura e o turismo, e que

acabam causando variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano.

Desemprego cíclico

O desemprego cíclico é assim denominado porque ocorre na fase de recessão do ciclo econômico. Ele é causado por uma deficiência nos gastos totais da economia (consumo, investimento e gastos governamentais). A demanda por bens e serviços diminui, reduzindo a produção e aumentando o desemprego. É também denominado desemprego involuntário.

O significado do pleno emprego

Dos tipos de desemprego analisados, três deles – o desemprego friccional, o estrutural e o sazonal – têm origem em causas microeconômicas, tais como alterações na oferta e na procura de mão de obra em mercados de trabalho e indústrias específicas. Notem que o desemprego que se enquadra nessas classificações dificilmente deixará de existir, uma vez que em uma economia dinâmica sempre haverá trabalhadores desempregados friccionalmente à procura de um emprego.

Além disso, sempre decorre um período até que os trabalhadores desempregados estruturalmente consigam obter qualificação para serem contratados para o desempenho de novas funções. Da mesma forma, os desempregados sazonais sempre existirão porque em uma economia sempre haverá indústrias sazonais.

Os economistas, ao utilizarem o termo Pleno Emprego, não estão querendo dizer que o desemprego seja zero. Na verdade, haverá sempre uma taxa de desemprego, mesmo que haja pleno emprego da força de trabalho. Essa taxa de desemprego de pleno emprego é dada pela soma dos desempregos friccional, estrutural e sazonal. Denomina-se também taxa natural de desemprego.

Os economistas dizem que o pleno emprego foi atingido quando o desemprego cíclico for zero, mas a taxa natural de desemprego for maior que zero, pois existem os desempregos friccional, estrutural e sazonal.

Ampliando seus conhecimentos

Henry Ford e os salários de eficiência

(RAFF; SUMMERS *apud* BLANCHARD, 2004, P. 118)

Em 1914, Henry Ford – o construtor do carro mais popular do mundo na época, o modelo T – fez um anúncio espetacular. Sua empresa pagaria a todos os empregados qualificados um mínimo de US\$5 ao dia por jornada de 8 horas. Era um enorme aumento de salário para a maioria dos trabalhadores, que até então ganhavam US\$2,30 por uma jornada de 9 horas. Embora os lucros fossem substanciais, esse aumento estava longe de ser negligenciável: ele representava na época cerca de metade dos lucros da empresa.

Não se sabe com clareza quais teriam sido as motivações de Ford. Ele próprio apresentou razões demais para que saibamos com exatidão em quais ele de fato acreditava. A razão não foi a de que a empresa tivesse dificuldade para encontrar operários pelo salário anterior. Mas a Ford tinha realmente dificuldade para reter seus empregados. Havia uma alta taxa de rotatividade, bem como grande insatisfação entre os trabalhadores.

Sejam quais fossem as razões por trás da decisão de Ford, os resultados do aumento de salários foram extraordinários, conforme apresentado na tabela 1.

A taxa anual de rotatividade (a relação entre os desligamentos e o emprego) despencou de 370% em 1913 para 16% em 1915. Uma taxa anual de rotatividade de 370% significa que, na média, 31% dos trabalhadores da companhia saíram a cada mês, de modo que, ao longo do ano, a taxa de desligamentos do emprego era $31\% \times 12$ que é igual a 370%. A taxa de demissões encolheu de 62% para perto de 0%. Outras medidas apontam na mesma direção. A taxa média de absenteísmo [...], que chegou a 120% em 1913, caiu para 2,5% no ano seguinte. Há poucas dúvidas de que os salários mais elevados foram a principal causa dessas mudanças.

Será que a produtividade na fábrica da Ford cresceu o suficiente para compensar o custo adicional dos salários? A resposta a essa pergunta é menos clara. A produtividade foi muito maior em 1914 do que em 1913; as estimati-

vas de aumento de produtividade variam entre 30 e 50%. Apesar dos salários mais altos, os lucros também foram maiores em 1914 do que em 1913. É mais difícil, contudo, estabelecer quanto desse aumento dos lucros deveu-se a mudanças de comportamento do trabalhador e quanto foi devido ao crescente sucesso do modelo T.

Assim, embora os efeitos reforcem as teorias do salário de eficiência, pode ser, também, que o aumento dos salários para US\$5 por dia tenha sido excessivo, pelo menos do ponto de vista de maximização do lucro. Henry Ford, no entanto, provavelmente tinha também outros objetivos, como manter de fora os sindicatos – o que conseguiu – e gerar publicidade para ele próprio e para a empresa – o que também conseguiu.

Tabela 1	Taxas anuais de rotatividade e demissões (em porcentagem) na Ford, 1913-1915		
	1913	1914	1915
Taxa de rotatividade	370	54	16
Taxa de demissões	62	7	0,1

Fonte: RAFF, Dan; SUMMERS, Lawrence. Did Henry Ford Pay Efficiency Wages?: NBER Working Paper, 2101, dez. 1986.

Atividades de aplicação

1. Explique que efeito a inflação acarreta sobre pessoas que tenham renda fixa.
2. Formule um exemplo de interação entre inflação de demanda e inflação de custos.
3. Explique a visão monetarista da inflação.
4. O que se entende por taxa de desemprego?
5. O que se entende por desemprego sazonal?

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

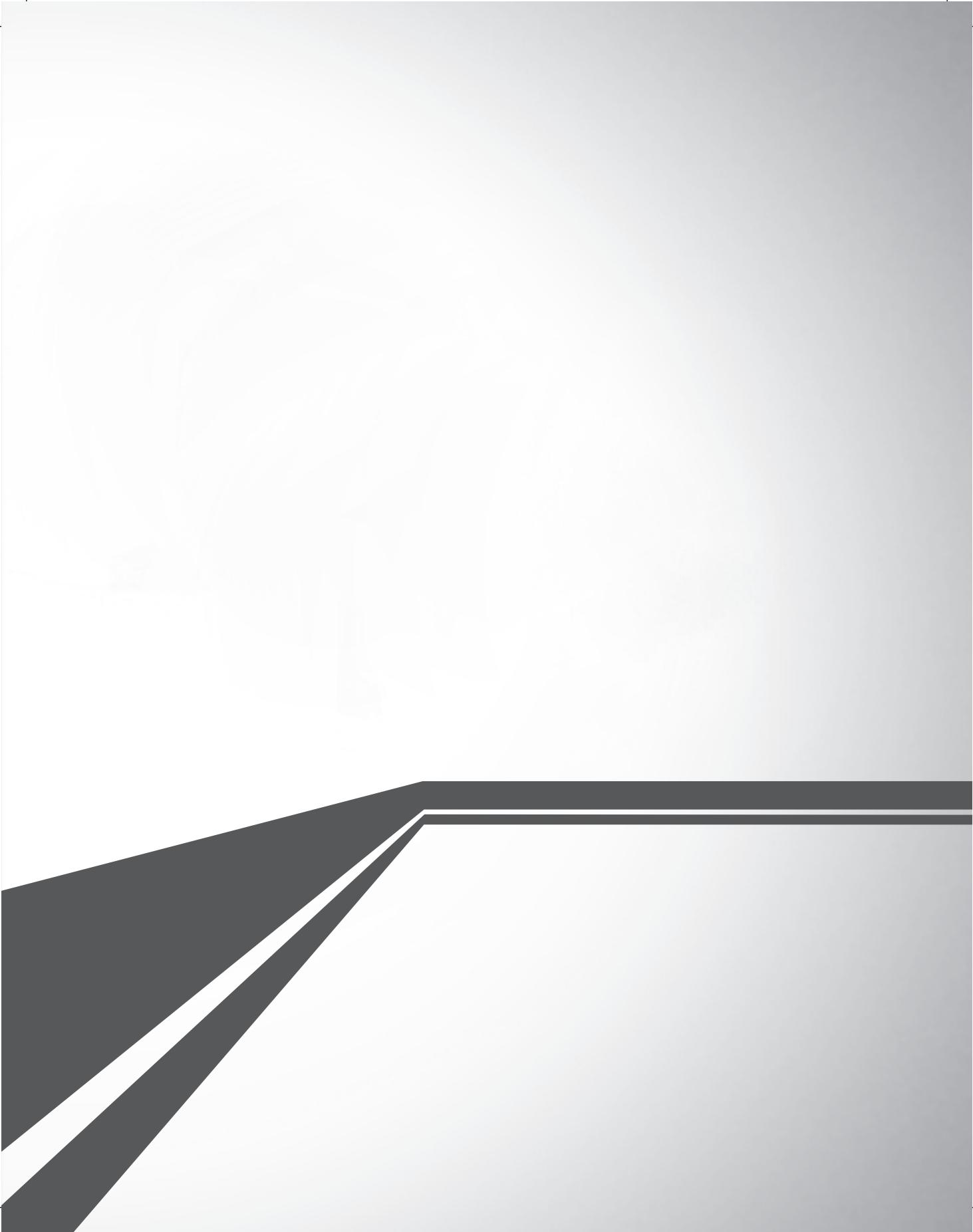
SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iório de. **Macroeconomia e Política Macroeconômica**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1984.

Gabarito

1. Para as pessoas que possuem renda fixa a inflação provoca redução do poder aquisitivo, o poder de compra é corroído pelo aumento de preços, pois a renda permanece constante e o preço dos bens e serviços aumenta, com isso compra-se menos do que no período inicial.
2. O governo promove um pacote econômico de investimento fixo para atender os serviços básicos da sociedade, como construção de rodovias e ferrovias. No lado da demanda isso provocará expansão na curva da demanda agregada, aquecendo a atividade econômica do país. O reflexo disso na oferta é que as empresas do setor base que fornecem produtos para as obras do governo possuem restrição de produção, portanto, necessitarão realizar investimentos em montante elevado. Por esse motivo, elas reajustam os seus preços para repassar parte do custo de investimento. Este fato denomina-se inflação de oferta.
3. A visão monetarista explica a causa da inflação pelo desequilíbrio da política do governo em financiar seu *deficit* no orçamento pela emissão de papel-moeda. O aumento da oferta de moeda provoca um excesso de demanda por parte dos consumidores, o que entrará em choque com uma oferta de bens e serviços fixa no curto prazo. Isso desencadeia um processo de aumento de preços pela demanda ser maior do que a oferta.

4. Taxa de desemprego é o resultado percentual da proporção de pessoas desocupadas (desempregadas) em relação à força de trabalho (população ocupada e desocupada). Indica a porcentagem de indivíduos que estão buscando trabalho, mas não encontraram ocupação.
5. É o desemprego que ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas em diferentes épocas do ano.



■ **Crescimento e desenvolvimento econômico**

As definições de desenvolvimento e crescimento suscitam, muitas vezes, confusões conceituais. Em geral, são dois termos que se combinam no progresso das nações, mas nunca podemos defini-los como palavras sinônimas. Quando o processo de crescimento ocorre de forma isolada, poderá acarretar desequilíbrios estruturais em uma economia, trazendo sérias dificuldades a seus governantes. O processo de desenvolvimento, por sua vez e via de regra, traz consigo o crescimento.

Assim, por crescimento podemos entender o ato ou efeito de crescer, enquanto por desenvolvimento entendemos o ato ou efeito de desenvolver. Em outras palavras, o crescimento econômico pode ocorrer pelo aumento contínuo do Produto Nacional Bruto (PNB), tanto em termos globais como *per capita*, ao longo do tempo.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico refere-se a um estágio econômico, social e político de uma sociedade, caracterizado pela constante melhoria nos índices de produtividade dos fatores de produção (aproveitamento da busca da eficácia dos recursos naturais, capital e trabalho).

Crescimento econômico

É certo que o crescimento econômico não se processa simplesmente pelo aumento do PNB. Muitas vezes, todo um conjunto de fatores é fundamental para que uma economia obtenha resultados positivos. Essas mudanças de cunho quantitativo, nos níveis do produto, podem estar associadas ao estoque de capital, à força de trabalho e ao próprio período de tempo.

Entretanto, nos dias de hoje, sabemos que não bastam apenas essas variáveis para explicar o fenômeno do crescimento. A elas pode-se associar a questão da melhoria na qualidade de mão de obra (obtida pela melhoria nos níveis educacionais, de treinamento e de especialização), na melhoria tecnológica (por meio do aumento da eficiência na utilização do estoque de capital) e na eficiência organizacional (maximização na utilização dos recursos disponíveis).

Finalizando, podemos conceituar o crescimento econômico como o processo de crescimento do PNB *per capita*, em função da melhoria no padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da atividade econômica.

Do ponto de vista técnico, podemos associar a questão do crescimento econômico a um conjunto de fatores que não deixam de ser primordiais para o perfeito entendimento dessa conceituação, quais sejam: a questão do crescimento populacional, a capacidade de acumulação de capital, e o grau de desenvolvimento tecnológico.

Crescimento populacional

Quando abordamos a questão do crescimento populacional, não estamos apenas nos referindo a uma medida meramente quantitativa, pois a ela está associada a influência da estrutura social dessa economia. Se nos concentrarmos apenas no conceito estrito de crescimento populacional, estamos falando em um dos mais importantes, se não o mais importante, fator de produção disponível dentro de uma economia. Assim, um eventual aumento no contingente populacional implica no deslocamento positivo da curva de possibilidades de produção da sociedade.

A forma tradicional para se medir o crescimento econômico envolve o conceito de produto *per capita* da economia, ou seja, é a relação entre o Produto Nacional de determinado período de tempo e o total da população.

Dessa forma, um aumento do Produto Nacional maior que o aumento do contingente populacional, em termos proporcionais, implica no crescimento do produto *per capita*, ou seja, constata-se um crescimento na economia. No sentido contrário, se esse aumento do produto for proporcionalmente menor que o aumento da população, haverá redução do produto *per capita* e, conseqüentemente, redução da taxa de crescimento.

Acumulação de capital

Outro elemento importante para que uma economia possa crescer é a existência de outros fatores de produção, além do fator mão de obra. Há a necessidade de que existam máquinas, equipamentos, instrumentos, edificações, que no seu agregado são classificados como estoques de capitais.

Esses elementos serão importantes para que a economia possa produzir bens e serviços em quantidade necessária e suficiente para atender a demanda da sociedade como um todo.

Progresso tecnológico

Ao conceito tradicional de fatores de produção podemos incorporar um novo elemento denominado conhecimento, ou tecnologia. A tecnologia, incorporada aos fatores de produção, é que permitiu a transformação dos processos e técnicas de produção tradicionais.

E é o progresso tecnológico que tem permitido significativas mudanças na forma e na quantidade de utilização dos fatores tradicionais de produção, trazendo para o campo da economia um novo elemento classificado como produtividade do trabalho. Entretanto, esse progresso tecnológico é resultado de todo um conjunto de fatores comumente utilizado para a concretização do desenvolvimento econômico, ou seja, a educação, o volume de recursos alocados para a pesquisa, o grau de aptidão e qualificação da mão de obra, entre outros.

Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico implica, além do aumento na quantidade de bens e serviços produzidos por uma economia, em determinado período de tempo e em termos *per capita*, em mudanças de caráter qualitativo. Por essa razão, o desenvolvimento econômico não deve ser analisado tomando-se por base indicadores como o crescimento do produto global, o crescimento do produto *per capita*, e sim outros indicadores que reflitam mudanças na qualidade de vida da população de uma economia.

O estudo do desenvolvimento, no âmbito econômico e social, se faz presente em vista da forte discrepância existente entre as economias de renda alta, também conhecidas como industrializadas, cujas populações gozam de elevado nível de bem-estar material, e as economias de baixa renda e renda média, denominadas respectivamente subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que apresentam acentuados desníveis sociais. Nos dias de hoje essas economias recebem, no meio financeiro, a designação de mercados emergentes, termo este introduzido pelos executivos da Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial.

Até o início do século XX verificamos que alguns países – como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Estados Unidos, Holanda, Espanha, Itália e Bélgica – tiveram o predomínio sobre o comércio e forte influência política sobre suas colônias. Como descreve Sandroni (1999, p.169), durante o século XIX, a industrialização de muitos países da Europa e da América do Norte reduziu os demais países à condição de colônias políticas e/ou colônias econômicas dos primeiros. A guinada para o desenvolvimento, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi quase sempre precedida por mudanças políticas profundas, especialmente a conquista da independência política e a formação de governos que colocavam o desenvolvimento nacional como objetivo principal; a partir daí fortaleceu-se a ideia de desenvolvimento, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados desenvolvidos.

Entretanto, o desenvolvimento não é um fenômeno que ocorre de forma isolada. Normalmente existem determinadas condições importantes que desempenham papel fundamental nesse processo. A distribuição geográfica das nações, por exemplo, determinará os fatores edáficos (disponibilidade de solos aráveis), as condições climáticas, os recursos hídricos utilizáveis e os recursos naturais disponíveis (depósitos de petróleo e de minério de ferro, por exemplo). Importante salientar que, nos dias de hoje, eventuais deficiências podem ser eliminadas ou compensadas pela intensificação do comércio, que se torna cada vez mais possível, especialmente com a formação dos blocos econômicos.

Ao longo de décadas os economistas têm estudado a questão do desenvolvimento, e cada vez mais surgem novas teorias para explicar esse processo tão almejado pelos mais diferentes países. Cada um elabora sua estratégia para alcançar tal *status*, mas segundo Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações*, é de se esperar, antes de mais nada, o fenômeno dos rendimentos crescentes, que hoje conhecemos como produtividade, ou seja, a alocação eficiente dos recursos. A esse processo não podemos deixar de agregar, também, a grande questão industrialização *versus* agricultura, o que implica, em última instância, o processo de substituição das importações.

A constante busca por uma autonomia econômica é o vértice daqueles países que buscam sua independência econômica. Principalmente nos dias de hoje, em que ideologias são derrubadas pela disseminação das comunicações de massa.

Devemos observar, portanto, que o conceito de crescimento econômico difere do de desenvolvimento econômico, já que este implica, além de um aumento da quantidade de bens e serviços *per capita*, mudanças de caráter qualitativo. Por essa razão, o desenvolvimento econômico não deve ser analisado tomando-se por base indicadores tais como o crescimento do produto global ou o crescimento do produto *per capita*.

Outros indicadores, que reflitam mudanças na qualidade de vida, devem ser levados em conta. Como exemplos, podemos citar:

- renda *per capita*;
- níveis de estoque *per capita*;
- taxas de natalidade e de mortalidade;
- taxa de mortalidade infantil;
- esperança de vida ao nascer;
- índice de analfabetismo e padrões educacionais;
- taxa de desemprego e produtividade da mão de obra;
- distribuição da renda;
- participação do setor primário no produto nacional;
- percentual da população atuando na agricultura;
- potencial científico e tecnológico;
- grau de dependência externa;
- condições sanitárias;
- taxas de poupança *per capita*.

As dificuldades que os países emergentes têm enfrentado nos últimos anos não são pequenas, principalmente quando levamos em consideração o aspecto desenvolvimentista. A extensão territorial de muitos países, por exemplo, tem-se apresentado como um dos grandes obstáculos, especialmente pela falta de estradas em condições adequadas de tráfego e de sistemas eficientes de transporte que interliguem as regiões. É o caso da Rússia e da China. Outro importante aspecto tem relação com a questão do iso-

lamento social, cultural e econômico, representado por barreiras religiosas entre diversos setores da população, bem como por barreiras linguísticas (Índia).

Entre os vários fatores que retardam ou prejudicam o processo de desenvolvimento das mais diferentes economias estão, de acordo com Sandroni (1999, p.169-170):

- a dificuldade de se integrar toda a população na economia nacional, entre outros fatores, por inexistência de um sistema de transporte eficiente que interligue de fato as regiões do país;
- o isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional, que é o caso das empresas estrangeiras e latifúndios;
- a dificuldade de encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores primários (indústria de base, transportes, energia etc.) cujo crescimento depende de todo o processo.
- o desperdício de recursos (sob a forma de exportação de capitais, consumo supérfluo, gastos militares excessivos, especulação financeira) que, investidos, poderiam se reproduzir e se ampliar.

Outros países, por sua vez, vivem o problema da chamada escassez de capital para a importação de bens e serviços que seriam essenciais para o desenvolvimento de suas economias. É o chamado estrangulamento externo da economia. Essa escassez de capital deve-se à baixa capacidade de acumulação de renda da sociedade, fruto de um baixo nível de renda, ou pela característica consumista da sociedade.

Diante dessa necessidade de recursos, que permite a uma nação mudar de grandeza, é que surge o capital estrangeiro, que normalmente se desloca de um país para outro, para aquisição de empresas, equipamentos, instalações e/ou explorar serviços, sempre tendo em vista as oportunidades por ele apresentadas.

Esse capital estrangeiro pode ser classificado como direto – quando é utilizado para a criação de novas empresas ou para a participação societária em outras empresas já existentes – e indireto – quando se dirige a um país sob a forma de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Indicadores tradicionais

O grau de desenvolvimento de uma nação é percebido pela análise de certos indicadores que se relacionam em termos de estrutura da sociedade. Esses indicadores, segundo Nogami (2000), compreendem três grandes grupos cujos conceitos seguem as definições estabelecidas pelo Banco Mundial:

- vitais;
- econômicos;
- sociais.

Indicadores vitais

- Esperança de vida ao nascer – indica o número de anos que um recém-nascido viveria, considerando-se os padrões de mortalidade vigentes à época do seu nascimento.
- Taxa de mortalidade infantil – representa o número de crianças que morreram antes de completar um ano, em um grupo de mil nascidos vivos, em determinado período de tempo.
- Estrutura etária da população – mostra-nos a proporção da população total entre as idades de 15 e 64 anos, que representam a chamada população economicamente ativa. Em muitos países em desenvolvimento, entretanto, crianças com menos de 15 anos trabalham em período integral ou parcial, enquanto em economias de alta renda muitos trabalhadores postergam a sua aposentadoria para depois dos 65 anos.
- Taxa média anual de crescimento populacional – calculada pelo método exponencial entre os extremos de determinado período de tempo.

Indicadores econômicos

- Estruturais – ou de infraestrutura, relacionam-se ao conjunto de elementos que formam a base econômica da sociedade. Entre eles podemos citar: força de trabalho, recursos naturais, capital, estrutura de produção, estrutura de distribuição da renda.

- Disponibilidade de bens e serviços – conjunto de elementos que permitem o bem-estar da sociedade: renda *per capita*, bens básicos de consumo, bens produtivos e insumos, serviços básicos, serviços sociais.

Indicadores sociais

- Estrutura social – interação entre indivíduos, grupos e classes sociais, e o conjunto de normas, valores e padrões de comportamento que regem estas relações.
- Mobilidade social – possibilidade ou facilidade de os indivíduos de uma sociedade se movimentarem de uma para outra camada da hierarquia social.
- Representação no sistema político – nível de representatividade da população nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Participação social – forma como a população se articula, de acordo com um conjunto de valores que definem seus padrões de comportamento.
- Sistema de concentração da propriedade – avaliação da proporção de empresas que detêm parte significativa do capital, investimentos, vendas, força de trabalho.

Novos indicadores

A preocupação crescente com a defesa dos direitos humanos e a conscientização cada vez maior da importância do homem dentro do contexto econômico tornaram possível o surgimento de formas mais elaboradas para se medir o grau de desenvolvimento.

Assim, temos dois novos indicadores importantes:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e
- Índice de Corrupção Percebida (ICP).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A Organização das Nações Unidas, em 1990, começou a divulgar esse indicador na tentativa de reduzir a pobreza, estimular a implementação de governos democráticos, estabelecer mecanismos de prevenção a crises, despertar a atenção mundial no que diz respeito à energia e ao meio ambiente, tudo isso dentro de um contexto que podemos definir como a revolução das comunicações.

Esse indicador tem como objetivo específico o de monitorar o desenvolvimento humano, aumentando as opções das pessoas para que possam ter vida longa e saudável, se educar e agregar conhecimentos, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente, defendendo a igualdade entre homens e mulheres, preservando as gerações futuras e garantindo um bem-estar geral da humanidade.

A sua metodologia de cálculo procura cobrir todos os aspectos relacionados à vida humana, de todas as pessoas, sejam elas residentes em países economicamente mais avançados ou não. Ele enfatiza a necessidade de se colocar as pessoas – suas necessidades, suas aspirações e suas capacidades – no centro do esforço para o desenvolvimento mundial, rejeitando qualquer tipo de discriminação, seja de classe social, sexo, raça, nacionalidade, religião ou geração.

O desenvolvimento humano é um processo que visa aumentar as opções das pessoas, não apenas entre diferentes bens materiais ou de consumo, mas entre as opções criadas para ampliar a capacidade ou condição humana.

Índice de Corrupção Percebida (ICP)

Muito se tem debatido a respeito da presença da corrupção nos mais diferentes níveis de uma economia, do escalão governamental até o cotidiano das pessoas, passando inclusive pelas empresas da iniciativa privada. E muito se tem falado também da correlação existente entre o grau de desenvolvimento econômico e o grau de corrupção. Em geral, quanto mais evoluída é uma economia, mais distante ela estará desse tipo de comportamento. Dentro desse contexto, o Índice de Corrupção Percebida tem assumido um papel de destaque nas discussões realizadas em torno do assunto.

Idealizado e desenvolvido pelo pesquisador alemão Johann Graf Lambsdorff, da Universidade de Göttingen, esse índice é resultado de uma pesquisa de abrangência mundial, em que se procura identificar, por exemplo, o mau uso da máquina estatal para benefícios privados.

Ampliando seus conhecimentos

Joseph Schumpeter

(PARKIN, 2003, p. 248-249)

Joseph Schumpeter, filho do dono de uma fábrica têxtil, nasceu na Áustria em 1883. Mudou-se para Alemanha durante os tumultuosos anos 1920, quando esses dois países sofriam com a hiperinflação. Em 1932, no auge da Grande Depressão, foi para os Estados Unidos e se tornou professor de economia na Universidade de Harvard.

Esse criativo pensador econômico escreveu sobre crescimento econômico e desenvolvimento, ciclos empresariais, sistemas políticos e biografia econômica. Era uma pessoa de opiniões fortes que as expressava bravamente, gerando verdadeiras batalhas verbais.

Schumpeter se tornou fundador da moderna teoria do crescimento. Ele viu, no desenvolvimento e na difusão de novas tecnologias por empresários que buscavam o lucro, a fonte do progresso econômico. Mas viu também o progresso econômico como um processo destrutivo: criava oportunidades de novos lucros, mas acabava com negócios no momento lucrativos. Para Schumpeter, crescimento econômico e ciclo empresarial eram um único fenômeno.

Quando ele morreu, em 1950, estava realizado: tinha sido considerado o maior economista do mundo.

Tópicos fundamentais

Mudança tecnológica, acumulação de capital e crescimento de população: tudo isso interage para produzir crescimento econômico. Mas o que é causa e o que é efeito? Podemos esperar que a produtividade e a renda pessoal continuem crescendo?

Os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX acreditavam que os avanços tecnológicos e a acumulação de capital eram as forças motrizes do crescimento. Mas também achavam que não importava quanto fosse investido em tecnologias mais produtivas e em capital novo: as pessoas comuns estavam fadadas a viver ao nível de subsistência. A conclusão desses economistas estava baseada na crença de que o crescimento da produtividade gera crescimento de população, o que, por sua vez, faz declinar a produtividade. Tais economistas clássicos acreditavam que, sempre que o crescimento econômico de população traz diminuição de lucros, isso reduz ainda mais a produtividade. Como resultado, as rendas sempre têm de voltar ao nível de subsistência – único nível em que o crescimento da população permanece contido.

Uma nova visão, chamada de teoria neoclássica do crescimento, foi desenvolvida por Robert Solow, do MIT, durante os anos 1950. Solow – que foi aluno de Schumpeter – recebeu o prêmio Nobel de Ciência Econômica por esse trabalho.

Solow desafiou as conclusões de economistas clássicos. Mas as novas teorias de crescimento econômico desenvolvidas durante os anos 1980 foram mais adiante, ainda que nelas tenham permanecido certas convicções clássicas. A atual teoria sobre crescimento populacional propõe que a elevação da renda reduz a velocidade da taxa de crescimento da população porque aumenta o custo da oportunidade de se ter filhos e diminui o custo da oportunidade de investir em crianças e equipá-las com mais capital humano, possibilitando que se tornem mais produtivas.

Produtividade e renda crescem porque a tecnologia avança, e a possibilidade de que haja crescimento de produtividade adicional estimulado pela procura por lucro é praticamente ilimitada.

Na época

Em 1830, um lavrador forte e experiente era capaz de colher três acres de trigo por dia. O único capital empregado era uma foice para cortar o trigo – e um cesto no qual os talos eram postos (inventado por fazendeiros flamengos no século XV). Com a invenção de arados e rastelos puxados por cavalo, os fazendeiros passaram a plantar mais trigo do que podiam colher. Mas, apesar dos grandes esforços, ninguém ainda tinha conseguido fazer uma máquina capaz de produzir o balanço de uma foice. Então, em 1831, Cyrus McCormick, um

rapaz de 22 anos, construiu uma máquina que deu certo: dispensava o trabalho do cavalo e, em questão de horas, fazia o mesmo que três homens durante todo um dia. A mudança tecnológica aumentou a produtividade em fazendas e trouxe crescimento econômico. Tal crescimento de produtividade mostrou que os economistas clássicos – que acreditavam que os rendimentos decrescentes reconduziam sempre as pessoas a um nível de subsistência – estavam errados?

Atualmente

As tecnologias atuais estão ampliando nossos horizontes além dos confins de nosso planeta e abrindo nossa mente; satélites de geossincronismo trazem imagem global, voz e comunicação de dados e previsões meteorológicas mais precisas, o que, incidentemente, aumenta a produtividade agrícola. Num futuro previsível, poderemos ter supercondutores que revolucionem o uso da energia elétrica, parques temáticos e instalações de treinamento de realidade virtual, carros movidos a hidrogênio – totalmente não poluentes –, relógio de pulso com telefone e computadores ópticos com os quais poderemos falar. Equipados com essas novas tecnologias, nossas habilidades para criar outras tecnologias aumentam. A mudança tecnológica gera mudança tecnológica em um (aparente) processo interminável e sempre implica mais produtividade e rendas mais altas.

Atividades de aplicação

1. O que se entende por crescimento econômico?
2. Por que o conceito de desenvolvimento econômico é considerado mais abrangente do que o conceito de crescimento econômico?
3. Cite pelo menos cinco características dos chamados países em desenvolvimento.
4. O que se entende por indicadores vitais de uma economia?
5. Relacione os principais contrastes entre a vida nos países industrializados e num país emergente típico.

Referências

NOGAMI, Otto. **O Crescimento Econômico do Brasil (1808-1945)**: a contribuição do capital estrangeiro. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2000.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iório de. **Macroeconomia e Política Macroeconômica**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1984.

Gabarito

1. É o processo de crescimento do PNB *per capita*, em função da melhoria no padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da atividade econômica.
2. O conceito de desenvolvimento econômico além de incluir conceito de crescimento econômico abrange indicadores qualitativos, que refletem a mudança na qualidade de vida da população em uma economia.
3. Entre as características dos países em desenvolvimento pode-se destacar que todos passaram por um grande processo de exploração durante o período colonial. Por esse motivo, possuem uma dependência econômica, política e cultural em relação às nações desenvolvidas, possuem deficiência tecnológica e baixo nível de conhecimento científico. Outras características vitais são as elevadas taxas de crescimento populacional, natalidade e mortalidade, e baixa expectativa de vida.

4. Os indicadores vitais são aqueles relacionados a condições de vida da população, compreendem esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, estrutura etária da população e taxa média anual de crescimento populacional.
5. Os contrastes presente entre a vida nos países desenvolvidos (PD) e países em desenvolvimento (PED) são gritantes. A taxa de mortalidade infantil é elevada nos PED e baixa nos PD, sendo que o mesmo acontece com as taxas de analfabetismo. A assistência médica e o número de habitantes que possuem saneamento básico é baixa nos PED e elevada no PD.

